



Universidade Estadual de
Maringá
Mestrado Profissional em Ensino de
História



PROF **HISTÓRIA**
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

FERNANDO CAVALCANTE DE OLIVEIRA



Maringá/PR
2024



Universidade Estadual de
Maringá
Mestrado Profissional em Ensino de
História



PROF**HISTÓRIA**
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

FERNANDO CAVALCANTE DE OLIVEIRA



**O BRASIL EM CENA E A CULTURA NEGRA NAS
AULAS DE HISTÓRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ensino de História. Orientador: Prof. Dr. Delton Aparecido Felipe.

Maringá, PR
2024

CIP - Catalogação na Publicação

O363b Oliveira, Fernando Cavalcante de
O Brasil em cena e a cultura negra nas aulas de história / Fernando Cavalcante de Oliveira. -- Rio de Janeiro, 2024.
96 f.

Orientador: Delton Aparecido Felipe.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História em Rede Nacional, 2024.

1. Ensino de História. 2. Filmes Nacionais. 3. Educação Antirracista. 4. Lei 10.639/2003. 5. Lei 13.006/2014. I. Felipe, Delton Aparecido, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a minha companheira e revisora Larissa, minha esposa maravilhosa, que tem me apoiado, aconselhado, aturado nesses últimos treze anos, seu incentivo por muito tempo foi o maior motor de minha carreira, e agora nossa amada Nathalia Fernanda tem sido outra motivadora, e espero que por nossa filha esse trabalho possa contribuir para um país mais justo e humano, que respeite a todos independente de raça, credo ou gênero.

Agradeço também aos meus pais, avós e irmãos, e amigos como o professor Julio Felis, pessoas que por meio de nossos papos me permitiram aprender mais, ampliando o gosto pelo diálogo como forma de melhorar o mundo, a mim mesmo e reafirmando algo que realmente amo: estudar/debater/ensinar sobre história.

Agradeço as Universidades Estaduais de Londrina e Maringá, que tanto me ensinaram e me tornaram o professor que hoje sou e que resistem bravamente as investidas de desqualificação de seus importantíssimos trabalhos científicos.

Agradeço aos professores desse programa que sempre foram mais do que professores: o professor Jaime Estevão e o “prazo extra” que me deu para entregar seus trabalhos quando eu ainda era apenas um aluno externo. A professora Márcia Teté que desde a graduação tem sido um alicerce em meus estudos, que me cobrou quando perdi os prazos de inscrição em 2020 e exigiu a inscrição em 2022, que sempre que me encontra pelas ruas de Londrina, não deixa de perguntar sobre tudo.

Agradeço a minha banca, a professora Karla L. Rascke e o professor Márcio J. Pereira que em muito contribuíram para a versão final desse trabalho, ao sugerirem outras leituras e especialmente por serem exigentes, algo que poderia incomodar a outros, mas para mim foi essencial para um trabalho “mais redondo”.

Destaco meu orientador o professor Delton, que desde nossas primeiras aulas se apresentou como um educador fantástico, que me levou a pensar em questões importantes para comigo mesmo, que sempre encontrou pelo menos cinco minutos de seu escasso e precioso tempo para além de me orientar, me apoiar, acalmar e permitir que meu trabalho fosse finalizado, professor obrigado.

Por fim, agradeço aos meus estudantes, que me questionam, me desafiam, me levam a melhorar em busca de uma maior qualidade para minhas aulas, que esse trabalho possa ser uma prova de como aprecio tê-los em minha vida.

OLIVEIRA, Fernando Cavalcante. **O Brasil em Cena e a Cultura Negra nas Aulas de História**. Dissertação (PROFHISTÓRIA) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2024.

RESUMO

Apesar de passados mais de vinte anos da obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na Educação Básica, como demanda a Lei 10.639/2003, seu trabalho nas salas de aula ainda não tiveram efetivadas diretrizes, seja por falta de formações, materiais didáticos adequados ou por uma cultura racista ainda persistente no Brasil, tendo isso em vista, esta pesquisa tem como objetivo a elaboração de um produto pedagógico que contribua para o trabalho com a Lei 10.639/2003 nas aulas de história a partir da filmografia brasileira, para tal o objetivo é discutir o uso do cinema como fonte em sala de aula para então elaborar um manual pedagógico que contribua para o trabalho com a Lei 10.639/2003 a partir da filmografia nacional. A proposta é que a partir de três fontes fílmicas: *Macunaíma* (1969), *Abolição* (1988) e *Medida Provisória* (2020), selecionadas por suas inúmeras possibilidades de trabalho tanto com a lei 10.639/2003, bem como a BNCC, permitindo aos professores das redes pública e privada a abordagem com maior efetividade da cultura afro-brasileira nas aulas de história a partir de filmes nacionais. Para direcionar o trabalho, o organizamos em três capítulos, aqui nomeados como atos: Ato um **o ensino de história do brasil e a lei 10.639/2003**, que por meio de uma revisão trará um olhar para a história do Ensino de História, destacando como esse foi utilizado para reforçar a desqualificação das populações negras; Ato dois **a cultura afro-brasileira “em cena” no cinema nacional**, que por meio da análise do contexto social dos diretores das obras, discute a importância das fontes escolhidas e de que modo seu uso pode contribuir para que o ensino de história seja mais efetivo no combate do racismo; e finalmente o ato três - clímax, **o cinema nacional vai as aulas de história**, que apresenta o manual produzido, esse que tem como objetivo não apenas auxiliar no uso das fontes escolhidas em sala, mas permitir aos docentes, se apropriarem do método proposto para o trabalho também com outros filmes em salas de aula em que venham a trabalhar com o ensino de história e cultura afro-brasileira. Por fim, esperamos que este trabalho contribua com o fortalecimento de uma cultura antirracista no ensino de história.

Palavras-Chave: Ensino de História, Filmes Nacionais, Educação Antirracista, Lei 10.639/2003, Lei 13.006/2014.

OLIVEIRA, Fernando Cavalcante. **O Brasil em Cena e a Cultura Negra nas Aulas de História**. Dissertação (PROFHISTÓRIA) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2024.

ABSTRACT

Even though passed more than twenty years from the obligation of teaching Afro-Brazilian and African Culture at basic education, as promulgates the law 10.639/2003, it works in the classrooms has not had effective guidelines, as by lack of qualification, adequate didactic material or by a racist culture among Brazilian society. Bearing it in mind, this research has the purpose of make a pedagogical product that contributes to working with the law 10.639/2003 in History classes using Brazilian filmography, for that It is discussed the use of cinema as a source in the classroom to elaborate a pedagogical manual which could contribute to the law 10.639/2003 using national movies. The purpose is from three film used as sources: *Macunaíma* (1969), *Abolição* (1988) e *Medida Provisória* (2020), selected because of the plenty of possibilities to discuss the law 10.639/2003 and BNCC, allowing teachers from public and private schools to approach effectively Afro-Brazilian Culture in History class by using national movies. This research is organized in three chapters, under the name of acts: Act one **teaching Brazilian history and the law 10.639/2003** through a review looks to History teaching, highlighting the process of black population disqualification. Act two **Afro-Brazilian Culture “in scene” at national cinema** analyses the social context from the directors, discussing the relevance of the chosen sources and how it can contribute to a history teaching more effective to fight against racism; and Act three **the national cinema goes to history classes** presents the manual made no only to help in the use of the chosen sources, but also allow teachers to appropriate from the presented method using other movies in the Afro-Brazilian Culture teaching in History classes. Finally, it is expected this research contributes to the strengthening of an antiracist culture in History teaching.

Palavras-Chave: History teaching, National movies, Antiracist Education, Law 10.639/2003, Law 13.006/2014.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	06
2	ATO UM: O ENSINO DE HISTÓRIA DO BRASIL E A LEI 10.639/2003 ...	17
	2.1 O RACISMO NA CONSTRUÇÃO DA ESCRITA DA HISTÓRIA BRASILEIRA	18
	2.2 A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DAS PERSONALIDADES NEGRAS COMO SÍMBOLO DE RESISTÊNCIA	26
3	ATO DOIS: A CULTURA AFRO-BRASILEIRA “EM CENA” NO CINEMA NACIONAL	33
	3.1 REFLEXÕES SOBRE OS DIRETORES E SUAS OBRAS	36
	3.2 MÁRIO, JOAQUIM E SEUS MACUNAÍMAS	38
	3.3 ZÓZIMO BULBUL, DA DECEPÇÃO COM ROTEIROS A UMA DIREÇÃO RADIANTE ..	44
	3.4 O MENINO DO OLODUN QUE VIROU DIRETOR INTERNACIONALMENTE FAMOSO.	50
4	ATO TRÊS: O CINEMA NACIONAL VAI AS AULAS DE HISTÓRIA	59
	4.1 ORIENTAÇÕES INICIAIS	63
	4.2 CAPA E ORIENTAÇÕES GERAIS	66
	4.3 MACUNAÍMA (1969)	69
	4.4 ABOLIÇÃO (1988)	73
	4.5 MEDIDA PROVISÓRIA (2020)	78
5	ATO FINAL: CONSIDERAÇÕES	87
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	89
	ANEXOS	94

1 INTRODUÇÃO

Dentro de uma daquelas coincidências históricas, em 1º de janeiro de 2023, o excelentíssimo presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, foi empossado para seu terceiro mandato - o mesmo presidente que em 9 de janeiro de 2003 sancionou a lei federal 10.639/2003, subiu a rampa acompanhado de representantes da diversidade brasileira, cidadãos brasileiros que lhe colocaram a faixa presidencial, na melhor expressão das palavras da Professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva¹, “No Brasil, temos de tratar juntos indígenas, afrodescendentes, descendentes de europeus e de asiáticos, sem medo das tensões, abertos a nossa diversidades, sem querer ninguém ser melhor, o superior.” (SILVA, 2007, p.502).

Curiosamente, aquele momento me fez retornar ao janeiro de 2003, quando eu com 11, quase 12 anos, assisti pela TV à primeira posse de Lula enquanto ouvia os bate-papos dos adultos sobre política, sua esperança de que o novo presidente viesse a transformar o Brasil. Aquelas conversas eram naturais para mim, mas aquele dia em si me marcou, pois meu - hoje finado avô, era pernambucano como o novo presidente e a todo momento esboçava sua esperança de um Brasil mais justo, onde as pessoas não tivessem de deixar de estudar para trabalhar, fala essa reforçada por minha avó, também nordestina, da Bahia, e que sonhava em ver os três netos formados na Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Para meus avós esse era um sonho possível, uma vez que com muito sacrifício tinham ajudado meu pai a se graduar pela UEL e viam como aquela conquista havia tornado possível outros pequenos sucessos, como a casa própria. Embora ainda fosse cursar a antiga 6ª Série em 2003, eu sempre gostei das discussões políticas, pois meu pai sempre nos motivou a participar das conversas, era um costume que seus pais lhe haviam dado desde cedo, uma forma de verificarem o que ele estava aprendendo na escola ao mesmo tempo que podiam ter um pouco do aprendizado que lhes foi negado.

Por não terem concluído nem os anos iniciais do fundamental, meus avós sempre deram muito valor aos estudos, dizendo a mim e a meus irmãos praticamente

¹ A Professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva é gaúcha e Doutora em Ciências Humanas e da Educação, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, é pesquisadora de Teoria da Educação e detém uma extensa carreira em defesa da educação em Cultura Negra. Vide: <<https://www.motricidades.org/spqmh/biografias/petronilha-beatriz-goncalves-e-silva/>>.

todos os dias do orgulho que tinham de o filho ter frequentado a universidade e como esperavam nos ver repetir o caminho. Assim, embora pequena, minha família tinha o costume de se reunir para ouvir as opiniões uns dos outros, mas sem censurar as crianças, ao invés disso, nos ouviam, conversavam, debatiam com a intenção de que entendêssemos melhor o nosso cotidiano, nosso passado e as possibilidades do futuro.

Durante minha criação, especialmente nos anos dos dois governos Lula, fui compreendendo que muito do que meus familiares passaram na vida não havia sido por falta de seu esforço, mas pela forma como a política se desenrolou na história do Brasil. E foi naquele ambiente de diálogo que cresci e passei a me interessar cada vez mais por história - ao passo que a via acontecer, me recordo de uma das conversas com meu finado avô e minha avó durante um telejornal, em que ele falava sobre Getúlio Vargas e sua importância para os trabalhadores, mas minha avó destacava como ele conquistava e ludibriava as massas.

Essa é uma das minhas memórias afetivas mais importantes para a decisão de cursar história, saber qual era a verdade sobre o que eu ouvia em casa, e na graduação compreendi as várias facetas da verdade, especialmente ao pesquisar sobre a construção da imagem de Vargas para meu TCC², compreendi que a narrativa histórica pode e será manipulada pelos poderosos, por isso hoje procuro levar essa reflexão à minha prática docente, levar a uma ampliação da criticidade de meus alunos, colegas, amigos e familiares e para tal decidi cursar o mestrado.

A decisão de ingressar no mestrado também foi motivada por outro ponto, o gosto pelos esportes, que durante a pandemia de COVID não apenas foi ampliado, mas resgatou outro prazer da minha infância: acompanhar a Fórmula 1, esse hábito foi retomado e fortalecido quando após os protestos pela morte de George Floyd, vi o único piloto negro do esporte - Lewis Hamilton, se posicionar a favor do movimento "*Black Lives Matter*". Enquanto despertou em mim uma admiração pelo piloto fora de um carro, o mesmo que seria o maior piloto de todos os tempos, o único a ter mais de 100 vitórias na categoria, passou a ser perseguido, questionado e viu reiniciar uma

² Apresentado para a conclusão do curso de Licenciatura em História, pela Universidade Estadual de Londrina, em 2013, sob a orientação do Professor Dr. Wander de Lara Proença, com o título: Entre as imagens do poder e o poder das imagens: construção da figura pública de Getúlio Vargas.

campanha que questiona suas habilidades e tenta desqualificá-lo, isso por ele ter lembrado a todos a importância das vidas negras.

E é justamente esse ponto que me incomoda nos últimos anos, pois mesmo com a existência da lei federal 10.639/2003 que determina a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nas salas de aula, a política da desqualificação do negro continua existindo, todas as políticas públicas conquistadas vêm sofrendo uma enorme quantidade de críticas. E para mim, essa importante mudança realizada por Lula em seu primeiro mandato é algo marcante, uma vez que, ao final da minha sexta série, ouvi sobre a lei do ensino de cultura afro-brasileira, e embora eu ainda não compreendesse sua importância, ela acabou por impactar minha vida de diversas maneiras, levando-me a buscar auxiliar em sua efetivação.

Embora eu não tenha tido um contato amplo com a lei em meu ambiente escolar, hoje consigo perceber sua presença e sua ausência em minha educação básica, pois, durante a 7ª e 8ª Série poucas foram as aulas direcionadas ao ensino afro, especialmente em 2004, eu me recordo de ter visto superficialmente algo sobre os egípcios e quase nada sobre as demais civilizações da África, apenas como notas de rodapé em um livro didático que dizia algo como: “os lorubás eram uma das etnias preferidas pelos portugueses para o trabalho escravo” e fim.

Nada mais apareceu até que em 2007, em meio ao meu segundo ano do ensino médio tive mais um contato real com a cultura afro, quando minha professora de Arte propôs uma atividade para recriar obras africanas, ela fez uma breve introdução sobre os reinos africanos e suas produções, foi quando comecei - enquanto estudante - a perceber a grandeza daquele continente, tão subvalorizado e reduzido ao Egito, e hoje compreendo que a falta até aquele momento também era uma posição - para desqualificar pela ausência - reforçar-se no Brasil a ideia de um continente, de um povo atrasado.

A mesma prática hoje é repetida por personalidades e pessoas que manipulam informação para enfraquecer o protagonismo de negros como Zumbi dos Palmares, e o fazem com a intenção velada de reforçar o racismo estrutural, procuram desqualificar a importância do negro na história do Brasil, felizmente há muitos que conhecem e entendem a importância da educação para o combate a essas manipulações, educação que evidencia também a grandeza da lei federal 10.639/2003, uma vez que, “mais do que efetuar uma mudança no ensino dos

ensinou um ritmo diferente do costumeiramente empregado. Ela preferia debater, me fazia pensar e entender os acontecimentos para além dos parágrafos do livro didático. Porém mesmo ela não abordava as questões negras, lembro de citar o fim da escravidão em 1888, e de um colega negro a questionar sobre a criminalização da capoeira, a professora deu várias explicações superficiais e enfim mudou de assunto.

Na época, notei que ela preferiu não se alongar sobre o tema, mesmo com a lei em vigência há cinco anos, mas sua efetivação no cotidiano da sala de aula ser lenta e apesar de reconhecer-se alguns avanços no cenário atual, parece que a efetivação da lei ainda está longe do impacto que ela pode causar em sala de aula no combate ao racismo e estabelecer um reflexão sobre como se deu a formação do Brasil, o que me faz questionar: **Existem materiais suficientes atualmente para o ensino de história e cultura afro-brasileira? Quais são os motivos para a lenta efetivação da lei no ambiente escolar? Por que passados mais de 20 anos, ainda há reclamações de falta de materiais? Os que existem atendem a necessidade dos/as professores/as em sala de aula para atender a lei?**

Em virtude desta aula e aos incentivos de minha família para que eu pudesse me graduar, decidi cursar história, entretanto, importa observar que o debate sobre a capoeira, que deveria ter ocorrido por volta de março/abril de 2008, somente vivenciei na disciplina de Cultura Afro-Brasileira em 2010 como calouro do curso de História da UEL. Foi a partir da professora Dra. Silvia Martins que entendi as motivações políticas para a perseguição aos capoeiristas. Aquela professora e seu amplo conhecimento da lei contribuíram para minha maturidade, pois, reprovei em sua disciplina e tive a chance de refazê-la em 2013 - meu último ano na graduação - mais velho, maduro e com alguma experiência de sala, compreendi a importância da lei e meu tornei finalmente fruto dela.

Para mim, esse fato foi o ápice para a compreensão da importância da 10.639/2003, foi ali que minha visão começou a se transformar, passei a refletir sobre quem sou, me identificar como um homem negro, que por anos ficou sobre a característica do pardo e enxerguei os preconceitos aos quais fui submetido e que muitas vezes reproduzi. Assim, devido minha própria história, neste trabalho teremos o foco na Lei federal 10.639/2003 por duas razões, a primeira porque em 09 de janeiro de 2023 - ano que entrei no mestrado - o referido dispositivo legal completou vinte anos de existência e o segundo é que ao tratar a história e trajetória da população

negra afro-diaspórica e seus antepassados africanos na sociedade brasileira, a lei despertou uma autorreflexão pela qual me identifiquei enquanto um homem negro.

Tem-se ciência que em 2008 foi aprovado um outro dispositivo legal - a lei federal 11.645/2003 que atualizou a 10.639/2003 que adiciona a obrigatoriedade do ensino de história e culturas indígenas no Brasil – informação relevante pois um dos filmes referenciados também permite a discussão sobre a história e trajetória dos povos indígenas no Brasil, no entanto, pelos motivos explicitados acima o foco deste trabalho está na população negra, mas não sem antes reforçar que tanto o trabalho com a população negra e povos indígenas nas aulas de história é fundamental para compreender as assimetrias de poder e hierarquias sociais construídas no país a partir do critério étnico-racial.

Além disso, os estudos propiciados ao conhecimento da cultura afro-brasileira pela lei federal 10.639/2003, é permitido compreender como as personalidades negras ao longo da história brasileira não deixaram de resistir a exclusão e marginalização de diversas formas, seja por meio da negociação ou do enfrentamento, mantiveram vivas suas raízes, e fazendo-as se tornarem fundamentais para o que hoje chamamos de cultura brasileira⁴. Um exemplo deste processo de resistência pode ser visto no início do Brasil Republicano, logo depois da abolição da escravidão aconteceu a proibição da capoeira, sob a desculpa de que essa incentivava a desordem, uma estratégia: criminalizar os corpos negros, mesmo que agora libertos e sua cultura, como podemos ver na citação abaixo:

De acordo com Vieira (2004) passaram a existir uma série de leis penais que os consideravam estes primeiros capoeiras, entre os quais existiam escravos fugitivos, negros libertos e elementos marginalizados pela sociedade escravagista, como desordeiros e delinquentes, sendo rigorosamente vigiados e punidos. A evolução das leis acontecia na mesma ordem em que os escravos iam gradativamente obtendo suas liberdades, através de cartas de alforria ou de compras de suas liberdades, o que lhes conferia um novo status jurídico. (CARVALHO e CORDEIRO, 2013, p.72).

Expressar-se por meio da capoeira demonstra que assim como os que lhes perseguiam, as populações negras se adaptaram as formas de luta e resistência, mantendo viva a luta contra o racismo. Assim, pensando em propor uma estratégia de resistência que contribua para o ensino de história e cultura afro-brasileira nas aulas

⁴ Os significados em torno do que é cultura e em especial da própria cultura negra, bem como para sua ressignificação para a cultura brasileira, foi amplamente abordado por Nilma Lino Gomes, em seu artigo publicado na Revista Brasileira de Educação ainda em 2003, em meio a discussão que se desenrolava ali, no contexto das arguições e da aprovação da lei 10.639/2003, destaque para entre as discussões presentes nas páginas 76 e 79.

história, entra em cena um dos prazeres da minha vida: o cinema, um artefato cultural, por muitos chamado de sétima arte e que tem um espaço central na cultura pop atual.

O cinema permite a exposição de fatos, histórias e narrativas pela linguagem cinematográfica, realçando a realidade, dando maior visibilidade a ela e mostrando, muitas vezes, algo que pode passar despercebido:

O uso de filmes na educação escolar deve ser tratado como um elo para repensar a relação professor-conteúdo-aluno. Não caberá mais ao aluno assimilar os conteúdos mas, com a mediação do professor, constituir a sua própria visão sobre a sociedade, para que docentes e discentes desenvolvam as ferramentas necessárias para desconstrução e reconstrução da linguagem fílmica a fim de possibilitar a elaboração democrática do saber sistematizado. (FELIPE e TERUYA, 2015, p.118).

Para além do aspecto pedagógico da utilização dos filmes em sala de aula, há um aspecto legislativo que é o cumprimento da Lei federal 13.006/2014, que versa:

§ 8º ao art. 26 da Lei nº 9.394 (LDB), de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica e exibição de filmes de produção nacional constituirá componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola, sendo a sua exibição obrigatória por, no mínimo, 2 (duas) horas mensais⁵. (BRASIL, 2014).

Dessa forma, esse trabalho, além de estabelecer um compromisso com a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira como estabelecido na 10.639/2003, também pretende colaborar com o cumprimento do dispositivo jurídico mencionado acima que é da utilização de filmes nacionais em sala de aula.

Como acredita-se que as leis supracitadas têm como objetivo contribuir para a formação das futuras gerações, surge então a questão: **é possível utilizar os filmes nas aulas de história para questionar as práticas racista existente na nossa realidade social e colaborar com o letramento racial de docentes e discentes?** Pensando em responder a essa e outras questões, que se estabelece como objetivo geral: **Construir uma reflexão sobre a utilização cinema em sala de aula para elaborar um manual pedagógico que contribua para a efetivação do ensino de história e cultura afro-brasileira no ensino de história a partir da filmografia brasileira.** Para isso há três objetivos específicos: 1) Demonstrar o impacto que a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira teve na educação brasileira; 2) Discutir como a utilização de filmes nacionais como fonte, com a análise de seus contextos de produção pode auxiliar para o ensino de história,

⁵ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13006.htm

contribuindo para a construção de uma sociedade democrática e com respeito às diversidades; 3) Apresentar um manual didático pedagógico, a partir da filmografia nacional que permita o trabalho das leis 10.639/2003 e 13.006/2014 nas aulas de história, para a educação em Cultura Afro-Brasileira e Africana.

O produto didático pedagógico pretende contribuir com a efetivação da Lei federal 10.639/2003, disponibilizar aos docentes o acesso a estratégias que possam ser utilizadas em sala de aula, refletindo sobre a “formação nacional e o lugar da população negra no ensino de história, se comparada a população branca, vive em condição marginalização, mesmo que ambas sejam pobres”. (FELIPE, 2019, p.11). Pensar em um produto didático que dialogue diretamente com a lei dentro da sala de aula é algo importante para que a educação brasileira possa refletir sobre sua própria prática e amplie, ao menos no campo da história, a quantidade de recursos utilizados no objetivo de, parafraseando Paulo Freire⁶, uma educação libertadora e que permita ao estudante, assim como para o educador verem o filme com algo além de lazer, visto que se propõe o uso dos filmes como fontes para a efetivação das leis

Utilizar o filme como fonte histórica, significa analisá-lo e discuti-lo como produto cultural e estético que veicula valores, conceitos, ideias, padrões de comportamento, representações sobre a sociedade, os grupos sociais, a ciência, a política, o passado, entre outros. (AGUIAR, 2018, p. 229).

Para tanto pensando em seguir essa linha de pensamento, foram selecionadas três películas, referidas abaixo:

Quadro 1 – Filmes selecionados para a construção do produto didático

Obra	Lançamento	Diretor	Justificativas de escolha.
Macunaíma	1969	Joaquim Pedro de Andrade.	Foi uma das primeiras películas com um ator negro (Grande Otelo), recebeu inúmeras críticas e denúncias, especialmente pelas mudanças feitas da obra original.
Abolição	1988	Zózimo Bulbul.	Foi um dos primeiros diretores/autores negros do Brasil e o filme foi produzido no centenário da Abolição da escravidão.
Medida Provisória	2020	Lázaro Ramos.	Apresenta novos pontos as discussões raciais no ano do bicentenário da independência do Brasil, após dez anos da política de cotas, destacando a problemática em

⁶ Em sua obra Educação como prática de Liberdade de 1967.

			torno do reconhecimento racial, especialmente na atualidade.
--	--	--	--

Fonte: Autor, 2024.

A escolha das obras foi pensada na busca de trabalhos que contribuam para o ensino de cultura afro-brasileira e privilegiem olhares nacionais na realidade brasileira em diversos momentos históricos. *Macunaíma* (1969) inserido no contexto dos anos 60, denunciou o Brasil como um país racista; *Abolição* (1988) em meio a redemocratização, questionou a efetividade da abolição e defendia maiores avanços para a luta do movimento negro, e *Medida Provisória* (2020) pode ser visto como um sucessor dessa luta, em meio a efervescência das pautas antirracista e da efetivação de políticas públicas de combate ao racismo e promoção da igualdade racial, como por exemplo as cotas raciais.

Destaca-se que a escolha das películas, apesar de ter priorizado o pertencimento étnico-racial dos diretores como Bulbul com *Abolição* (1988) e Ramos com *Medida Provisória* (2020) que sendo negros acabam por "marcar então, um posicionamento diferenciado de cineastas diante da representação do indivíduo e da coletividade negra, que refuta um modelo hegemônico reprodutor de uma inferiorização dos afrodescendentes". (VENTURA, OLIVEIRA, BORGES, 2020, p. 296). Também foi além do pertencimento étnico-racial, ao trabalhar com *Macunaíma* (1969) de Joaquim Pedro de Andrade, visto que seu diretor é um homem branco, mas que apresenta um olhar crítico da realidade e levou a uma quebra dos preconceitos reafirmados pela sociedade, em um contexto histórico em que intelectuais negros como Abdias do Nascimento (1914 -2011) e intelectuais não negros como Florestan Fernandes (1920-1995) estavam denunciando os efeitos do racismo no Brasil.

Assim, essas películas com suas direções brilhantes fomentaram estéticas distintas, produzindo visualidades que transgrediam os regimes dominantes de representação da experiência negra no Brasil, ao pautarem a forma como homens e mulheres negras são retratados na sociedade, cada filme considerando sempre o momento histórico de sua produção, permite ao serem trabalhados em aula como fonte para a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a efetivação de uma sociedade antirracista.

O manual elaborado é o resultado de uma reflexão sobre os desafios que a população negra tem enfrentado ao longo da história brasileira para ter respeitada

sua posição, não apenas social, mas também histórica, portanto, ao passar pelos diretores que se propuseram a um olhar diferente, considerando o contexto social vivido por eles, fica evidente a compreensão da importância dessas fontes.

É importante frisar que esse trabalho se propôs a demonstrar a importância de uma educação que liberte, algo a ser trabalhado sob a ótica que Paulo Freire propôs no campo educacional, ainda nos anos 1960 com a publicação de obras como *Educação como prática de Liberdade* (1967) e *Pedagogia do Oprimido* (1968), obras que inspiraram educadores ao longo do mundo, como Bell Hooks com *Ensinando a Transgredir - A Educação Como Prática da Liberdade* (1994) e que é parâmetro suficiente para nortear nossos trabalhos.

Pensando em situar o leitor é preciso explicar que chamaremos os capítulos de atos, esta palavra no mundo cinematográfico diz respeito a forma que um roteiro é organizado para ter uma sequência lógica e expressar a visão do diretor e roteirista sobre o tema, além de proporcionar um melhor entendimento a quem está como espectador, exatamente a proposta desse trabalho, levá-los além da demonstração de um olhar sobre a temática, permitindo uma organização em conjunto das ideias para melhor entendimento do estudante, assim, além de ser algo que queira remeter ao mundo do cinema, a proposta do presente trabalho é uma construção por atos, como um filme que permita contribuir para uma educação libertadora.

O Ato Um: O ensino de história do Brasil e a lei 10.639/2003 tem por objetivo que o leitor reflita sobre a história do ensino de história, a perceber a importância da disciplina de história, para além de aulas expositivas dos conteúdos programáticos. Espera-se situá-los sobre como a história, sendo parte do processo de construção da identidade brasileira, foi utilizada pelos grupos dominantes para a desqualificação da população negra no geral e a manutenção do *status quo*. Com este ato almeja-se que o(a) docente - ciente de sua importância no processo - contribua ainda mais para a superação das práticas desqualificadoras, objetivando uma educação que forme um sujeito livre das amarras do silêncio imposto pelas elites⁷, algo almejado também pela lei federal 10.6039/2003.

⁷ Considerando-se um sujeito que compreenda a sociedade em que está inserido, os desafios e as realidades, indo além de assistir um filme, para o refletir sobre o filme, o sujeito possa compreender o papel daquela produção e sua importância no contexto social em que foi produzido e em sua própria formação como cidadão, após “assisti-lo”. A ideia desse conceito chave vem de: FREIRE, Paulo. **Educação como prática de Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

No Ato Dois: A cultura afro-brasileira “em cena” no cinema nacional o trabalho individualizado de cada fonte fílmica irá na direção de destacar não apenas as informações técnicas e o resumo das obras, mas seu contexto de elaboração, gravação, lançamento. Mais do que um simples suporte, os estudos acerca dos diretores têm por objetivo discutir sobre os usos dados ao cinema, e como uma vez tomado como fonte de análise, altera os objetivos em sala e também os resultados de sua adoção, não se espera apenas atender uma lei (13.006/2014), mas utilizar esse instrumento legal para contribuir na superação da prática de desqualificação das populações negras.

Juntos os dois primeiros atos devem contribuir para a importância de uma educação que forme sujeitos críticos, pois

A educação das massas se faz, assim, algo de absolutamente fundamental entre nós. Educação que, desvestida da roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e de libertação. A opção, por isso, teria de ser também, entre uma “educação” para a “domesticação”, para a alienação, e uma educação para a liberdade. (Freire, 1967, p.36).

As discussões dos dois primeiros atos tendem a incentivar o trabalho como um todo – e como em um filme – preparam para a parte final: o **Ato Três: O cinema nacional vai as aulas de história**, elaborando não apenas um manual para o uso do cinema como fonte, mas um método para a construção de uma educação libertadora, as discussões dos dois primeiros atos levam a construção, justificativa e orientações para uso do material aqui proposto, objetivando conduzir a uma educação libertadora, que permita uma tomada de consciência crítica para a análise da história do país por meio de fontes como o cinema, bem como a compreensão do contexto e da realidade ao qual pertencemos.

2 ATO UM: O ENSINO DE HISTÓRIA DO BRASIL E A LEI 10.639/2003

Por muitos anos o ensino de história remeteu-se a chegada dos primeiros portugueses como fundamental para uma pretensa salvação dos que aqui estavam, afinal já nos registros de Pero Vaz de Caminha, era evidente a ideia de que, “[...] Ele nos para aqui trazer creio que não foi sem causa. E, portanto, Vossa Alteza, pois tanto deseja acrescentar a santa fé católica, deve cuidar da salvação deles. E prazerá a Deus que com pouco trabalho seja assim!” (CAMINHA, 1500, p.12), ou seja, desde os primeiros contatos, os lusos esboçaram o objetivo de catequizar e de salvar os indígenas, introduzindo nas terras tupiniquins a teoria de que apenas o jeito dos europeus era civilizado e deveria guiar os rumos daquela gente e da terra que hoje é conhecida como Brasil.

As palavras de Caminha são relevantes para compreender que o ideário de superioridade europeia foi enraizado na cultura brasileira, desde seus primeiros passos, sendo fortalecido ano a ano, com a escravização de parte dos indígenas, mas principalmente no tratamento dispensado aos africanos que eram sequestrados de suas terras e forçados a atravessar a Kalunga Grande⁸ para serem explorados e terem suas identidades desqualificadas.

Para que o processo fosse um sucesso, os colonizadores portugueses precisavam não apenas manter os africanos cativos, como também buscar torná-los submissos, para tal despindo-os de suas práticas cotidianas, em outras palavras, os europeus buscavam destroçar⁹ a identidade dos povos que escravizavam na expectativa de facilitar o domínio e de criar uma passividade, importa dizer que esse modelo não se iniciou com a colonização portuguesa na América, mas foi sendo construído através dos séculos em todo o globo,

Somos oriundos de uma formação que atribui, aos brancos, aos europeus, a cultura que dizem clássica, pois permanece no tempo, desconhecendo-se as culturas dos povos não europeus que também têm permanecido no tempo. Ignoramos, por exemplo, que os egípcios, povo também negro, ou melhor, os conhecimentos que eles produziram, estão no nascedouro da filosofia e das ciências o que se costuma atribuir aos gregos e a outros europeus. Somos

⁸ Calunga ou Kalunga, era um termo utilizado pelos povos africanos para se referirem aos cemitérios ou ao “além”, com o tempo o termo Kalunga Grande passou a referir-se ao mar, especialmente com as viagens sem volta, as quais eram forçados a realizar, aqueles capturados pelos portugueses;

⁹ Nesse sentido, com a intenção de desqualificar ao extremo as práticas culturais trazidas e/ou herdadas da África, visando que essas pessoas deixassem de reconhecerem-se como indivíduos e se possível passassem a acreditarem merecer as condições as quais estavam sendo submetidos.

levados a confundir cultura com ilustração, civilização com hemisférios norte, ao lado de outros tantos equívocos. (SILVA, 2007, p.500).

Embora os povos africanos sempre mantiveram viva a valorização de seus antepassados e suas culturas, ensinando para as gerações seguintes seus valores, essencialmente pautados na força da resiliência e até em alguns casos pela imposição, a perseguição e o racismo instrumentalizado têm sido dia a dia reformatados para a manutenção da ideia de uma superioridade da cultura europeia diante dos povos e das culturas africanas; por exemplo, a escrita da história no Brasil levou a uma reestruturação da prática de destroçar para a desqualificação, onde os feitos e as conquistas das populações negras são constantemente inferiorizados ou ignorados.

2.1 O RACISMO NA CONSTRUÇÃO DA ESCRITA DA HISTÓRIA BRASILEIRA

As práticas iniciadas ainda durante o Brasil Colônia estruturaram o racismo no cotidiano nacional, e isso acabou parametrizando as presenças e ausências da escrita da história, que levou à construção de uma narrativa histórica com as personalidades brancas tidas como importantes, ao passo que as personalidades negras - quando aceitas, tem suas lutas ignoradas e quando não aceitas se tornam alvos de questionamento, de desqualificação, dificultando seu reconhecimento e valorização pela sociedade como um todo.

Partindo do processo de rapto dos povos africanos e seu deslocamento para as colônias, como dito anteriormente, os colonizadores iniciaram a prática de desmontar culturalmente os povos e conforme os negros foram encontrando formas de resistir, encontraram meios de manterem vivas as suas tradições como forma de fortalecerem o espírito de resistência, pouco a pouco conquistando individual e coletivamente seus espaços, lutando ao longo dos séculos contra a exploração, surgiu para a elite a necessidade da reinvenção da escravização.

Para esse processo, a educação passou a ser utilizada como um mecanismo de disseminação de valores que as elites consideravam importantes, pois, muitas vezes ignorando as visões dos oprimidos, a escrita da história no Brasil, em especial a sulista, passou a defender inclusive atos de perseguição, como por exemplo os bandeirantes no mito formador da identidade nacional,

[...] na construção da identidade nacional, o bandeirante, ou antes, sua mitologia, foi figura fundamental na construção da identidade paulista, com a valorização deste e a exaltação da unidade nacional caminhando juntas. Postulou-se, de qualquer forma, uma identidade entre bandeirismo e identidade nacional que é constatada, entre outros, por Oliveira Vianna (1942, p. 15), para quem existe uma “ressonância simpática, afinidade eletiva, voz obscura e subconsciente da raça” a ligar o brasileiro ao bandeirante. (SOUZA, 2007, p. 156).

Essa escolha ignorou as atrocidades promovidas por homens como Domingos Jorge Velho ¹⁰, o mesmo que levou à destruição do Quilombo dos Palmares, e ao assassinato de seu líder Zumbi, um negro que nascido livre desejava manter essa condição, mas que acabou não apenas assassinado, mas marginalizado diante da elevação de Jorge Velho a exemplo de heroísmo¹¹, ou seja, enquanto Zumbi dos Palmares foi vitimado na busca por manter sua liberdade, e passou a ser desqualificado, ignorado, esquecido, seu perseguidor se tornou símbolo de identidade nacional.

Zumbi foi sendo deixado de lado, como se não merecesse um lugar na história, como se ele fosse o problema, e essa personalidade só não foi esquecida pela resistência da comunidade negra, que manteve viva sua memória, ao passo que a partir de 2003, com a aprovação da lei de ensino de cultura afro-brasileira, Zumbi foi sendo reconhecido, com a ampliação dos trabalhos em torno de sua figura pública¹².

Não é apenas Zumbi um dos exemplos a considerar como influências do racismo na escrita de nossa história, observe outra narrativa: os movimentos de Conjura ocorridos em Minas Gerais (1789) e na Bahia (1798), considerando inicialmente as diferenças históricas que residem entre as Conjurações, em Minas: os colonos tinham por intenção a liberdade de Portugal, mas com a manutenção da escravidão, enquanto, dez anos depois na Bahia, outros conjurados defendiam não apenas o fim da exploração metropolitana, mas a igualdade entre todos as raças,

O que ocorreu na Bahia em 1798, ao contrário das outras situações de contestação política na América portuguesa, é que o projeto que lhe era subjacente não somente na condição, ou no instrumento, da integração

¹⁰ Um dos mais notórios bandeirantes paulistas, que fez fama ao perseguir e capturar negros, indígenas e em especial, por ter liderado a destruição do Quilombo dos Palmares. Um dos diversos bandeirantes apontados como heróis, pela tradição colonial ainda hoje presente em parte dos materiais didáticos brasileiros.

¹¹ Fique aqui inclusive uma crítica aos termos herói e heroísmo, tidos como símbolo de retidão, benevolência e incorruptibilidade, mas que muitas vezes são aplicados a personagens com a intenção de “endeusá-los”. Por isso, ao longo desse trabalho, iremos buscar usar outras terminologias, para referência aos personagens históricos importantes à história do Brasil.

¹² Inclusive a data de sua morte, celebrada como “Dia da Consciência Negra”, foi recentemente tornada feriado nacional, vide: <<https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/12/21/lula-sanciona-lei-que-torna-dia-da-consciencia-negra-feriado-nacional.ghtml>>. Acesso em: 20/05/2024.

subordinada das colônias no império luso. Dessa feita, ao contrário do que se deu nas Minas Gerais (1789), a sedição avançou sobre a sua decorrência: o escravismo. (JANCSÓ e PIMENTA, 2000, p.49).

É importante frisar que durante o Brasil Colônia ambos os movimentos foram criminalizados e mantiveram-se assim por boa parte do período imperial, mas com a proclamação da República em 1889 apenas a Conjuração Mineira foi utilizada como apoio para as ideias republicanas, apesar de ambos terem grande importância na história brasileira, não foi o movimento das Minas que defendeu a liberdade de todos os brasileiros e muito menos a abolição da escravidão, mas foi ele que entrou nos livros oficiais, uma vez que seria útil na construção de uma história nacional branca.

Vale ressaltar, que o reconhecimento do movimento mineiro, se fez dentro de um projeto para o fortalecimento da república, mas sem a intenção da inclusão da população negra, visto que a prática de lhes considerar inferiores já estava enraizada, e ainda se transformando,

[...] a partir de teoria eugenistas houve uma animalização do corpo africano, teorias que colocaram muitas vezes a humanidade da população africana e os seus diaspóricos pelo mundo em questionamento. A população africana foi entendida pelos colonizadores como inferior. (FELIPE e SOUZA, 2019, p. 49).

A ideia era manter os processos de domínio das elites brancas, uma vez que naquele período a tendência mundial ainda era considerar a África e seus povos como inferiores, ou seja, a ausência do movimento de Conjura da Bahia, nos leva a supor que a intenção era de manter-se as práticas racistas que permitiram a manutenção de uma sociedade que ignorou, perseguiu e escravizou a população negra legalmente até 1888, extraoficialmente até os dias atuais.

É interessante pensar a importância da 10.639/2003 para a construção dos espaços de visibilidades de história que ficaram a margem e o questionamento de narrativas históricas que consideram somente o olhar do colonizador. A lei permitiu que a situação começasse a mudar, enquanto Tiradentes passou a ser reconhecido como símbolo nacional desde a década de 1890¹³, quando o movimento republicano procurava ganhar espaço com a Proclamação da República. Os líderes baianos, somente foram reconhecidos oficialmente em 2011, por meio da lei federal

¹³ Vide: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/em-busca-de-apoio-popular-republica-fez-de-tiradentes-heroi-nacional>>. Acesso em: 10/03/2024.

12.391/2011¹⁴, ou seja, após os primeiros resultados da lei federal 10.639/2003 e das diversas lutas dos movimentos negros ao longo da história do Brasil.

Não foi apenas uma coincidência que ausentou movimentos e personagens durante a formação da República, foi intencional, por muitas vezes incluir personagens negros, mas de maneira superficial ou marginalizada, por exemplo: o Instituto Históricos e Geográfico Brasileiro (IHGB), cujo papel era auxiliar na construção de uma identidade nacional,

Criado “debaixo da imediata proteção de S. M. I o Senhor D. Pedro II”,¹ em 1838, o IHGB desenvolvia estudos científicos sobre as características naturais do país, formações geográficas e botânicas e aspectos históricos. Tendo como um de seus objetivos a criação de uma identidade nacional, os trabalhos de seus membros promoveram a construção de uma narrativa histórica unificadora, representada pelo mito das três raças. Essa interpretação fundava a sociedade brasileira na ideia de interação entre o indígena selvagem, o negro escravizado e o português civilizador, com singular protagonismo do europeu no processo — e missão — de promover a evolução da nação que surgia. (MELO, 2019, p. 3).

Como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro surgiu em meio as tendências do século XIX, faz sentido que esse que acabou por guiar a construção do sentimento nacionalista e de pertencimento do povo brasileiro, tenha se baseado essencialmente no protagonismo do branco europeu, acabando por contribuir para que as versões oficiais da história nacional, deixassem em papel secundário a “população negra, antes escravizada, era entendida pela elite como inapta a modernidade, por isso foi deixada à míngua para sucumbir com o tempo, enquanto o Estado subsidiava a imigração de europeus com propósito de branqueamento da nação”. (CARVALHO e FELIPE, 2019, p.14 e 15).

O trabalho que acabou por ser realizado pelo IHGB estava inserido em um contexto de reflexões científicas diferentes das atuais, para alguns a miscigenação deveria ser combatida através do branqueamento racial, com isso aumentou o incentivo a imigração, para que as práticas europeias continuassem a ser disseminadas e o país pudesse se desenvolver ao patamar esperado, o estilo europeu branco, a desqualificação foi novamente utilizada para tal.

O mito de uma nação harmoniosa, a partir da ideia da “Fábula das três raças”, descrita pelo antropólogo Rodrigo da DaMatta¹⁵, começou a ganhar forma ao

¹⁴ Vide: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=445891>>. Acesso em: 10/03/2024.

¹⁵ Vide: DAMATTA, R. Digressão: a fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira. In: **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. Petrópolis, Vozes, 1981, p. 58-85.

mesmo passo que a cultura do branqueamento foi ganhando força e os costumes afro descendentes continuaram excluídos dos ritos oficiais, já que “o instituto também forjou uma identidade calcada na ideia de continuidade entre o período colonial e o império brasileiro, minimizando as dimensões de ruptura política e ressaltando os laços e as heranças portuguesas no Brasil” (MELO, 2019, p. 3), esse método manteve as elites no poder e reforçou a teoria de que somente os descendentes de portugueses teriam a capacidade intelectual de guiar a nação, mesmo com o incentivo a imigração.

O uso do IHGB para desqualificar a Cultura Afro-Brasileira, ganhou mais notoriedade ao olhar para as práticas de seus sócios, que tinham como intenção reafirmar a importância do regime imperial herdado das práticas coloniais e de acordo com Vidal e Faria Filho (2003) esses primeiros estudos privilegiavam o segundo reinado e tinham como finalidade política exaltar as ações imperiais direcionadas à educação, sendo “peças de propaganda do Estado Imperial”. (Vidal e Faria Filho, 2003, p. 45 in: MELO, 2019, p.7).

Sendo assim, a escrita sobre a formação da identidade nacional, acabou pautada pela reafirmação das práticas já existentes, e não na inclusão de toda a população, essa construção foi aliada ao apagamento de festas e também o esquecimento das personalidades negras pela história oficial do Brasil, como por exemplo, Maria Felipa, importante personalidade para nossa independência, mas que o Instituto não incluiu na história oficial,

Falar de Maria Felipa é também contestar a forma como a história vem sendo ensinada durante muitas gerações. Essa personagem está ligada às lutas pela independência do Brasil na Bahia, entre os anos de 1821 e 1823. Houve resistência contra os portugueses por parte de trabalhadores, negros (escravizados e libertos, africanos e brasileiros), indígenas e outras camadas oprimidas na Ilha de Itaparica, onde Maria Felipa viveu, mas os livros costumam focar no papel do imperador e da burguesia nesse processo. (SILVA, 2018, p. 7 e 8).

Veja que a produção do IHGB tinha como objetivo naquele contexto exaltar a elite branca portuguesa, e essa intenção influenciou os projetos educacionais subsequentes. A marginalização das populações negras se repetiu e as classes políticas posteriores a Proclamação da República, por exemplo, aprovaram diversas leis para perseguir e suprimir expressões culturais negras consideradas inadequadas ou perigosas como o carnaval, a capoeira, o candomblé, entre outras¹⁶, e/ou levaram

¹⁶ Dois dos decretos foram: nº 145 de 11 de junho 1893: determinava a prisão de vadios, vagabundos, entre eles os capoeiras; nº 3475 de 4 de novembro de 1899: negava fiança àqueles que não tivessem domicílio e permitia atividades policiais sem prévia autorização judicial em áreas de maior concentração

muitas vezes ao esquecimento de personagens negros importantes como os já citados Conjurados baianos, Zumbi dos Palmares e Maria Felipa, levando a um

[...] currículo escolar marcadamente eurocêntrico funciona como reprodutor de uma norma de conduta branca perpetuando a política do branqueamento como forma de aniquilação de outras formas de existência, a despeito da pluralidade étnica e multicultural de nossa sociedade. (CARVALHO e FELIPE, 2019, p.17).

A busca pela aniquilação, citada por Carvalho e Felipe, partiu da desqualificação tratada até aqui, que tinha também a intenção de afastar a população negra dos locais de destaque, por meio da manutenção do *status quo*, por isso, além de apagar personagens, ao longo dos anos criou-se uma cultura de valorização social dos costumes brancos europeus, ao associar aquilo que era tido como inadequado a figura do negro. Ainda hoje são práticas que passam despercebidas no cotidiano, como por exemplo algumas expressões da língua portuguesa como: “serviço de preto”, “humor negro”, “a coisa tá preta”, “da cor do pecado”, entre outras que continuam a reforçar a ideia de que o negro é “inferior, errado, subdesenvolvido”.¹⁷

Termos racistas, criminalização de práticas culturais como as religiões de matriz africana, a capoeira e o carnaval são exemplos de como mesmo com as mudanças socioculturais, o processo educacional foi organizado na intenção de desqualificar a presença do negro na sociedade brasileira, a ideia era branquear a população brasileira, por muito tempo, utilizando trechos de ideias de pesquisadores como Nina Rodrigues, que permitiam aos dominantes manter a população negra na posição de marginalidade, subalternidade, ou seja, sem direito à cidadania, uma vez que eram para a ciência do período considerados inferiores,

Assim, a questão da raça e do controle social no pensamento de N. Rodrigues pode ser considerada tema que chama para si o status de centralidade. A concepção do autor a respeito das raças é imbuída do evolucionismo e implica numa noção estigmatizante para negros e mestiços, os quais são considerados inferiores e, portanto, não merecedores do direito de igualdade. Isto significa, ainda, uma construção deficitária da noção de cidadania, uma vez que subtrai tanto de negros quanto de mestiços, o caráter de agentes sócio-políticos e não apenas de promotores de cultura, fornecedores de símbolos nacionais. Em outros termos, a desqualificação biológica de negros

de negros. Vale-se lembrar que ocorreu sistemático monitoramento de práticas culturais e religiosas, com apreensão de objetos sagrados iniciada ainda em 1889, que somente foram devolvidos em 2020, como aponta reportagem de Cecília Oliveira, do jornal The Intercept Brasil de 10 de novembro de 2020. Disponível em: <<https://theintercept.com/2020/11/10/apartheid-a-brasileira-como-a-falacia-da-democracia-racial-escamoteou-o-racismo-das-leis/>>. Acesso em 17/01/2023.

¹⁷ Entre 2020 e 2021 a prefeitura de Pindamonhangaba, por meio de um trabalho conjunto de sua secretaria de cultura e turismo, seu conselho de cultura e a comunidade negra, elaborou uma cartilha apresentando os termos pejorativos da língua portuguesa que devemos substituir, em busca da superação do racismo e das práticas de desqualificação da cultura negra.

e de mestiços serviu à construção da noção de cidadania que lhes subtrai o caráter sócio-político do termo, relegando-os à margem da sociedade e à discriminação. (RODRIGUES, 2009, p.105).

Essa discriminação a qual os negros eram impostos no Brasil foi impactante em diversos momentos, fortalecendo práticas elitistas que não apenas reforçaram a cultura de branqueamento e de perseguição a cultura negra, mas dificultaram que mesmo após a conquista da cidadania, os negros conseguissem ocupar quaisquer posições que deveriam ser naturais a qualquer cidadão, como suas próprias festividades, a exemplo o entrudo que foi sendo perseguido até sua substituição,

[...] o entrudo fora isolado do período carnavalesco, sendo noticiado antes da data oficial dos festejos carnavalescos. Acredita-se que esta tenha sido uma matéria preventiva, com o intuito de sensibilizar tanto as autoridades quanto as famílias de que o entrudo já havia sido superado e estava ameaçando a civilidade que já estava instalada em Feira de Santana. Caberia à esses grupos cuidar para que os comportamentos indesejáveis fossem banidos. [...] o entrudo não havia sido superado. E negá-lo era uma estratégia para enfraquecê-lo. O apelo para que a festa do carnaval ocorresse, e que se sobrepusesse aos hábitos do entrudo passou pelo fim do século XIX, e adentrou o século XX. As notas começavam, em sua maioria, ressaltando a grandiosidade e superioridade da festa da civilidade e sua superioridade. (SILVA, 2015, p. 5 e 6).

Assim, as práticas que deveriam ser permitidas aos cidadão negros, foram sendo enfraquecidas, no campo religioso, por exemplo, onde suas práticas culturais de ascendência africana já foram criminalizadas e mesmo que hoje sejam protegidas pela Constituição Federal¹⁸, continuam a ser alvo de violências readaptadas, que levam a perpetuação da desqualificação por meio de preconceitos, muitas vezes ditos brincadeiras, acabam por demonizar, ao distorcer as práticas do outro, por meio de um olhar da sua própria religião¹⁹.

Deste modo, embora o cidadão independentemente de sua raça, gênero ou credo, possa ir e vir, e ser quem ou o que ele quiser, as práticas de desqualificação auxiliaram na construção de: profissões, lugares, bairros e/ou cargos que seriam (e permanecem) como de branco.

O racismo científico criou uma explicação para as diferenças entre seres humanos. Interesses diversos (conquista de ricos territórios, produção de gêneros primários para consumo das indústrias e povos dos países mais ricos, submissão de populações de países mais pobres, redução de direitos

¹⁸ “É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e às suas liturgias” (BRASIL, 1988, p.496). Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 14/12/2022.

¹⁹ Vide exemplo recente em: <<https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2023/12/6753608-policia-investigacao-incendio-em-terreiro-de-candomble-na-ilha-do-governador.html>>. Acesso em 20/05/2024.

políticos aos negros, às populações nativas e asiáticas etc.) também estavam em jogo no momento de criar barreiras para a ascensão social. (NASCIMENTO, 2016, p.166).

É importante lembrar que as práticas desqualificadoras ainda são tomadas por muitos como certas, mantendo desigualdades e até o perpetuamento de agressões, que foram e são realizadas ao longo da história contra a população negra e muitas dessas violências são desferidas por pessoas que não hesitariam em tomar as práticas como boas se lhes for conveniente, como ao pular sete ondas em busca de um bom ano novo.

Para finalizar este momento, reflita o caso de Pelé, que ainda no início de sua carreira foi mais uma vítima da cultura de desqualificação negra após ter acompanhado a derrota do Brasil para o Uruguai, na final da Copa do Mundo de 1950, cresceu na sociedade brasileira a culpa sobre a ginga dos capoeiristas negros, essa teria contaminado o futebol brasileiro e impedido a conquista da copa “em casa”.

A perda da Copa de 1950 para o Uruguai, em pleno estádio do Maracanã, segundo Mário Filho, fez ressurgir as teorias racistas que explicitavam serem os negros e mestiços deficientes. A suposta incapacidade dos brasileiros de suportarem grandes pressões em consequência da miscigenação e a impossibilidade de praticarem um futebol racional como os europeus fizeram recair sobre jogadores negros e mestiços todo o preconceito que existia desde o início do esporte no país. Já a vitória em 1958, para o autor, revelou a mudança de tal paradigma no futebol brasileiro. (SILVA, 2008, p. 23).

O rei do futebol, que utilizava da tática para iniciar jogadas e elaborar obras de arte em formato de gols, passou a ser criticado e pensou em desistir, perseguido por seu estilo, sendo incentivado a não gingar e a seguir as táticas dos europeus, já que o jeito deles era mais avançado do que o primitivo estilo usado por Pelé,

"Sentia um misto de embaraço e vergonha, e naquela noite concluí que não conseguiria mais ficar em Santos. Na manhã seguinte, acordei às 6h30 com a firme intenção de voltar para Bauru. Fiz a mala em silêncio, saí do quarto na ponta dos pés e me encaminhei para a porta", conta o Atleta do Século no livro "Pelé, a autobiografia". Mas o momento de rebeldia foi interrompido por Sabuzinho, mordomo do clube, que perguntou pela autorização para a saída do prédio e, claro, impediu a partida de Pelé. (JUNIOR, 2012).

Persistente, Edson Arantes do Nascimento poderia ter sido utilizado para fortalecer a importância da resistência, do apoio entre os negros pela manutenção de suas particularidades, mas por anos as elites, talvez intencionalmente, ignoraram os desafios raciais vividos por ele, e ainda usaram o Pelé vencedor apenas no futebol e com a intenção de manter o *status quo*, defendendo que não existe racismo no Brasil e que se o negro quer, ele consegue, basta se esforçar, deste modo, quando as práticas de esquecimento ou desqualificação não são possíveis, retira-se da

personalidade seu status de símbolo de resistência, processo que a lei federal 10.639/2003 tem como objetivo impedir, não apenas para a memória de Pelé, mas especialmente outras personalidades negras.

2.2 A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DAS PERSONALIDADES NEGRAS COMO SÍMBOLO DE RESISTÊNCIA

Em seu trabalho **Maria Felipa: uma heroína baiana**, Silva (2018) colheu das fontes orais, que foram responsáveis por manter viva na memória popular, tão importantes personagens que só recentemente puderam enfim ser ressignificadas e incluídas nos oficiais livros didáticos, com a aprovação da Lei federal 10.639/2003²⁰.

Apesar de parecer tardio, evidenciar as personalidades negras brasileiras se torna essencial, uma vez que permite compreender que a luta por igualdade não é algo recente e muito menos resolvida, já que está presente na vida das populações negras há centenas de anos, remetendo ao Brasil Colonial com o surgimento dos primeiros quilombos, passando pelo movimento abolicionista no Brasil Império e avançando durante os períodos republicanos e ditatoriais na busca pelo fim da desigualdade social, ou seja, os desafios foram e são muitos, e culminam nas questões da atualidade.

Pode-se dizer que o reconhecimento de Zumbi²¹, Dandara²² e Maria Felipa pela história oficial só não foi mais complicado devido práticas culturais incentivadas por eles e outros personagens negros, que como já mencionado acostumaram-se a resistir, utilizando práticas como a oralidade, religião e/ou outras expressões para manterem vivas as memórias, lutas, desafios e conquistas, especialmente diante da marginalidade e da dificuldade do acesso à educação de qualidade, às quais foram submetidos.

²⁰ Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm> Acesso em 18/01/2023.

²¹ Zumbi dos Palmares, foi o último líder do Quilombo dos Palmares, nascido livre, governava por meio da justiça e da empatia. Em 1694 o Quilombo dos Palmares foi destruído pelos homens de Domingo Jorge Velho. Zumbi resistiu até 1695, quando foi preso e torturado, tendo sido assassinado em 20 de novembro de 1695, para ser usado como exemplo pela coroa, contra os que resistissem a escravidão.

²² Dandara dos Palmares, foi uma das líderes da resistência quilombola, batalhou ao lado de Zumbi pela liberdade do Quilombo, colocando-se contrária a qualquer tratado de paz que significasse o retorno de qualquer morador de Palmares a condição de escravizado. Acredita-se que tirou a própria vida, como forma de resistir a uma nova fase como escravizada.

A população africana enfrentou os primeiros desafios já na sua diáspora²³, desafios esses que foram sendo ampliados conforme eram forçados(as) a trabalharem em situação de desumanidade e para o ganho e crescimento financeiro dos colonizadores portugueses, que trabalharam incansavelmente para despirem suas posses de seus costumes, desqualificando-os e trazendo a cultura europeia como civilizada, esse trabalho, no entanto,

[...] Verifica-se, na sociedade brasileira, que o negro foi escravizado, porém nunca conquistado. O trabalho foi escravizado, mas a alma não se submeteu a escravidão do corpo. A escravidão foi abolida, resultado de diversos fatores que corroboraram para o fato, mas um em especial, é negligenciado na história que se conta na escola, a luta negra em busca da liberdade. É ensinado a nossas crianças que um belo dia uma princesa branca, benfeitora, amante da negritude, infeliz com as condições em que os escravos se encontravam, decreta o fim do cativo. Ainda hoje quando se menciona o Quilombo de Palmares nos livros de história da educação básica, narra-se apenas a sua destruição por Domingos Jorge Velho e companhia, não se conta que o quilombo da Serra da Barriga resistiu e derrotou mais de trinta campanhas militares que o estado promoveu contra ele. Esse é apenas um exemplo do trato que se dá a cultura e a história negra no país. (CARVALHO e CORDEIRO, 2013, p. 69).

Essa resistência, seja por meio do enfretamento ou da negociação, avançou junto a escravidão para o Brasil independente, que teve sua emancipação de Portugal realizada por grupos que queriam a manutenção das desigualdades e fizeram questão de manter a escravidão, bem como apagar a participação negra ao longo da história do império até ali, mantendo essa prática para os próximos, mesmo diante disso, as lideranças negras foram crescendo na busca pelo Abolicionismo, e para tanto, as elites brancas, após o 13 de maio de 1888, procuraram reescrever a história, colocando a Princesa Isabel como benevolente, tentando apagar toda a luta de célebres abolicionistas como Zumbi dos Palmares, Dandara e Luiz da Gama²⁴.

Em 1889, veio a Proclamação da República, mais uma vez liderada pelas elites brancas, que procuraram conduzir os rumos do novo método de governo e trataram de manter a estrutura social inalterada, com a população negra em posição

²³ Termo científico utilizado para descrever o processo de retirada dos povos africanos de maneira forçada de suas terras, para a escravização em outros continentes. Vide: FELIPE, D. A. (org). Educação para as relações étnico-raciais: estratégias para o ensino de história e cultura afro-brasileira. Maringá: Mondrian Ed, 2019. p. 16 e 57.

²⁴ Apesar de ter nascido de mãe negra livre foi vendido pelo pai branco, após a mãe ter sido expulsa do Brasil por “praticar ritos africanos”. Vendido como escravo de maneira ilegal, aprendeu a ler, fugiu e conquistou a própria liberdade, depois passou a atuar como jornalista e destacou-se como orador, sendo o grande nome do movimento abolicionista do século XIX. Vide mais em: <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/a-luta-de-luiz-gama-o-homem-nascido-livre-e-vendido-como-escravo.shtml>>. Acesso em: 20/05/2024.

de marginalidade e ampliaram a imigração, na busca pelo branqueamento, que ganhou força ao final do século XIX e a prática foi mantida ao longo do século XX.

A história oficial ignora as dificuldades enfrentadas pela população negra a partir daí, colocando como superada a escravidão, mas, se considerada a quantidade de movimentos negros criados ao longo do século XX, pode-se ter uma ideia de como a história oficial foi moldada na intenção de criar a ilusão de uma sociedade harmoniosa, fingindo que todos teriam seu espaço, enquanto foi-se mantendo a desigualdade e a marginalização dos negros.

Por exemplo, ainda hoje são superficiais as discussões raciais em torno da Revolta da Chibata, o movimento é frequentemente rotulado por livros didáticos como uma revolta de marinheiros descontentes, o que pode desmerecer os ideais do movimento que demonstra o desejo dos envolvidos de terem respeitados seus direitos, uma vez que em uma República, todos os cidadãos deveriam ter a possibilidade de prosperar, infelizmente como apresentado no documentário Abolição - uma de nossas fontes de estudo, na sociedade brasileira os negros não tiveram essa oportunidade trazida com a proclamação, assim como debateu Álvaro Nascimento, em seu ensaio sobre o movimento em 2016,

O aumento da demanda por braços nos serviços diários combinado com o exíguo número de marinheiros levou a resultados desanimadores para os oficiais, que pressionavam com frenéticos castigos corporais. O capitão de corveta Alberto Durão Coelho contabilizou 911 punições a bordo do novíssimo scout Bahia, cometidas por uma tripulação de 288 marinheiros, numa viagem ao Chile. Um “número esmagador e significativo” (Coelho, 1911, p.26, 39). As reclamações contra esses excessos foram encaminhadas numa carta anônima, em 1º de setembro de 1910, escrita por um dos futuros líderes da revolta, o marinheiro Francisco Dias Martins, que utilizou o codinome “Mão Negra”. Dizia ele que havia “deixado o seio da família para ser espectador de desonrados anúncios que deploram o (s)eus caráter, o vosso respeito, e o brilho dessa enganada pátria” (Coelho, 1911, p.21). Por isso, era “escravo de oficiais da marinha, e levar a chibata, ‘a Chibata’, há (sic) 20 anos de constituída a República Brasileira, os decretos baixados ainda não são bastantes” [...] O terceiro decreto da República, de 16 de novembro de 1889, extinguiu o castigo corporal na Marinha de Guerra. No entanto, em 12 de abril de 1890, o castigo foi retomado com a Companhia Correccional (um pelotão de marinheiros indisciplinados que era isolado dos demais, com perdas salariais e hierárquicas, além de sofrerem castigos de chibata e humilhações). (NASCIMENTO, 2016, p.156-157).

Portanto, a Revolta da Chibata, foi mais do que um movimento de alguns marinheiros e mais uma resistência contra as práticas escravocratas que vinham persistindo e impedindo-os de atingirem qualquer posição desejada.

Por força da resiliência dos negros, o Movimento Negro²⁵ reinventou-se ao longo do século XX, e permitiu demonstrar que foram muitos os desafios enfrentados, como denunciava a Imprensa Negra Paulista²⁶, que indireta ou diretamente incentivou a fundação da Frente Negra Brasileira²⁷ em 1931, movimento esse que levaria a reflexão e aprofundamento da luta, até encerrar suas atividades as portas do Estado Novo.

Superada a ditadura Vargas, o movimento negro voltou a organizar suas lutas, buscando o direito dos negros a partir de entidades como a União dos Homens de Cor²⁸ e o Teatro Experimental do Negro²⁹, ambas entidades que ao longo dos anos 1960 pautaram a busca pelo espaço adequado e moldaram as organizações negras, que diante da década de chumbo lutou por meio de protestos até a formação do Movimento Negro Unificado³⁰. Esse que foi a base das lutas, que levaram a inclusão do racismo como crime na Constituição de 1988.

Esse resumo permite compreender que as conquistas obtidas a partir da promulgação da Constituição Cidadã, não foram simples e rápidas, elas continuam e é necessária a luta contra a cópia da cultura europeia, afinal ainda nos anos 90 foi necessária que a Marcha Zumbi acontecesse para que finalmente o poder público

²⁵ Nome aqui utilizado para referir-se a todos os movimentos negros, que lutam ao longo da história em diversas frentes, alcançando/buscando conquistas como: o fim da escravidão, o reconhecimento de crimes como o racismo, o acesso a cidadania, o respeito e política públicas como a lei 10.639/2003, que tornem o Brasil um país socialmente justo e igualitário.

²⁶ Uma série de publicações que tinham como objetivo dar visibilidade social a população negra, que sempre fora ignorada pelas mídias oficiais, as publicações procuravam apresentar acontecimentos e lutas cotidianas das populações negras no estado de São Paulo, destacando-se na defesa do acesso à educação e ascensão social dos negros.

²⁷ Também conhecida como FNB, para muitos historiadores foi a primeira organização a lutar e defender os direitos dos negros, com o combate ao racismo sendo sua principal luta, acabou dissolvida pelo decreto que instituiu o Estado Novo e dissolveu todos os partidos políticos. – Vide mais sobre os movimentos em: GOMES, Flávio dos Santos. **Negro e Política (1988-1937)**.

²⁸ Fundada em 1943, sob a liderança de João Cabral Alves, a União dos Homens de Cor retomou os debates sobre o racismo e âmbito nacional, levando a diversas denúncias no combate ao racismo, ganhando força com o fim do Estado Novo em 1945.

²⁹ A companhia teatral foi iniciada por Abdias e Maria do Nascimento, após terem acompanhado uma peça em Lima, onde o protagonista negro, foi representado por um homem branco com o rosto pintado. Os artistas atuaram ativamente em teatros de 1941 a 1961 e tiveram grande importância nos debates contra o racismo, uma vez que sua atuação saiu dos palcos de teatro, para o debate político, inclusive com a fundação de outras entidades, publicação de jornais, organização de debates e exposições, que levaram a atritos com a ditadura militar brasileira em 1966.

³⁰ Em protesto ao racismo contra quatro crianças e ao brutal assassinato de um trabalhador, o MNU foi fundado em 1978, vindo a iniciar sua trajetória pública em 07 de julho, em meio aos anos mais repressivos da ditadura militar, o movimento tornou-se um referencial na luta contra a discriminação racial. – Vide mais em: <<https://www.politize.com.br/movimento-negro/#:-:text=O%20movimento%20negro%20no%20Brasil,I%C3%ADder%20do%20Quilombo%20d os%20Palmares>>. Acesso em: 20/04/2024.

olhasse brevemente os anseios da população negra, e somente em 2001, com a Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, em pleno século XXI e após a articulação com a ONU é que foi possível que “o Estado brasileiro passasse a reconhecer a existência do racismo na sociedade e, por conseguinte, assumir o compromisso de combatê-lo.” (CARVALHO e FELIPE, 2019, p.15).

O reconhecimento, obtido ao longo dos anos e por meio de tantas lutas, permitiu que políticas de reparação histórica fossem elaboradas, com destaque para a Lei federal 10.639/2003, que em 2023 completou 20 anos e é a base deste trabalho e que não “se trata necessariamente e tão somente de mais conteúdos a serem ministrados, demandando de educadores um malabarismo para encaixá-los na grade de disciplina e no plano de curso, é antes, uma nova perspectiva de ensino”. (CARVALHO e FELIPE, 2019, p.14).

Com a compreensão da dimensão da 10.639/2003, esse trabalho deseja avançar em busca de uma sociedade mais respeitosa, onde os direitos humanos, base da Constituição de 1988, sejam respeitados em sua totalidade para todos os cidadãos, deixando de lado as práticas estruturalmente racistas, uma vez que,

[..] o racismo não é passível de reversão, no sentido de que a história do nosso país é assertiva em relação a marginalização e exclusão sistêmica da população negra e originária. Isso significa que o racismo de caráter estrutural praticado contra negros e indígenas não é aplicado contra a população branca, visto que esta se encontra em posição de poder frente a estes últimos. (FELIPE. 2019, p. 24 e 25).

É interessante compreender que o racismo estrutural³¹ impede que negros cheguem ao poder, e continua impedindo que a 10.639/2003 seja efetivada em sua totalidade, já que as medidas educacionais necessárias não serão tomadas se no poder continuam pessoas que não sofrem com o racismo e que portanto são econômica e socialmente privilegiados pelos mecanismos criados ao longo da história do Brasil, e que muitas vezes não compreendem a necessidade de política públicas para alterações visando a igualdade racial e econômica.

Tome-se por exemplo o último governo federal (2018 – 2022) que iniciou uma série de práticas ditas pedagógicas que além de aparelharem a educação, dificultaram o efetivo ensino de Cultura Afro-Brasileira nas escolas, criando inclusive

³¹ Esse conceito trabalhado por inúmeros pesquisadores, aqui baseado a partir das reflexões de ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramentos, 2018. P. 121 – 151.

a prática da perseguição aos educadores que procuram efetivar uma educação emancipadora, colocando-lhes a alcunha de doutrinadores.

Dentre os problemas, se destaca a obrigatoriedade cada vez mais presente do seguir o planejamento do livro didático, ou os programas que já prontos, incentivam os professores a não se preocuparem em preparar aulas³², o que além de tirar a autonomia do professor para o trabalho mais aprofundado com a lei federal 10.639/2003 em sala, também recorta em muito o conteúdo e dificulta inclusive o trabalho da Base Nacional Comum Curricular, que dentro de suas determinações espera o desenvolvimento de diversas habilidades do aluno, impossibilitadas pelo pouco tempo, os recortes e as exigências citadas a pouco.

Muitas vezes essas exigências e planos de aula são pautados em materiais que disponibilizam um ou dois capítulos inteiros para tratar das chamadas culturas clássicas, enquanto deixam uma ou duas páginas, quando muito, para cada uma das culturas ancestrais da África, que compõem a população brasileira, ignorando que o Brasil teve sua cultura formada também pelos africanos que “[...] trazidos compulsoriamente para cá, provinham de diferentes nações e culturas africanas conhecidas por pensamentos, tecnologias, conhecimentos, inclusive acadêmicos, valiosos para toda a humanidade” (SILVA, 2007, p.493).

As determinações vêm tornando-se cada vez maiores e contribuem para que os professores fiquem cada vez mais presos aos conteúdos e não consigam contribuir para que o aluno construa sua identidade como sujeito pensante, crítico e atuante, especialmente por desconhecerem suas raízes, deste modo, auxiliando na permanência das teorias de superioridade europeia em detrimento a cultura brasileira em sua totalidade - em outras palavras: continuam as práticas de desqualificação do negro, e

[...] a escola ao longo do tempo, apesar do discurso de um espaço emancipador, tem se organizado de forma opressora. No caso, dos/as alunos/as negros/as, o currículo escolar, as práticas pedagógicas e as interações sociais efetivadas nesses espaços faz com que eles não se sintam bem acolhidos (FELIPE e MOREIRA, 2019, p.15).

Sendo assim, a 10.639/2003 - em teoria, criou o espaço necessário para o trabalho em torno da cultura afro-brasileira, mas na maioria das vezes os materiais

³² Como por exemplo, o processo cada dia mais ampliado pelo governo do estado do Paraná, que tem condicionado os docentes a seguirem exatamente o material elaborado pela secretaria de educação do estado. - Vide: <<https://www.plural.jor.br/columas/caixa-zero/ratinho-diz-que-professor-nao-precisa-mais-gastar-tempo-preparando-aula-veja-reacoes/>>. Acesso em 20/05/2024.

disponibilizados ignoram sua importância na formação da cultura nacional, perpetuando a desqualificação, assim, essa **lacuna** pode ser mais bem preenchida por um material que se disponha a trabalhar com outro olhar, como no produto que aqui será apresentado, tendo como fonte os filmes nacionais.

Ao longo do próximo ato avalia-se o contexto de produção, a direção das películas escolhidas, buscando contribuir para o ensino de Cultura Afro-Brasileira nas aulas de história, e não apenas para atender a obrigatoriedade de o educador trabalhar com as leis 10.639/2003 e 13.006/2014, mas também incentivar, por meio da valorização das produções nacionais uma educação histórica, que leve à reflexão dos jovens, espera-se desenvolver um sujeito que atue no desmonte da estrutura desqualificadora, substituindo-a por uma em que a democracia seja plena.

3 ATO DOIS: A CULTURA AFRO-BRASILEIRA “EM CENA” NO CINEMA NACIONAL

Apresentada a importância da Lei federal 10.639/2003 para o ensino de cultura afro-brasileira e africana nas aulas de história, um outro ponto fundamental para a construção desta dissertação é a discussão sobre como podemos utilizar os filmes como fonte para o ensino de história, inicia-se justificando o porquê o cinema nacional: primeiro porque apesar da crença popular considerar filmes somente como um passatempo, professores de história sabem que as películas têm diversos objetivos e usar as narrativas produzidas por elas por meio de seu texto, imagem e sons pode ser potencializador de reflexões necessárias para a construção de ensino de história que atenda as demandas atuais e o segundo motivo é a aprovação da Lei federal 13.006/2014, que em:

O Art. 1º acrescentou o § 8º à lei 9.394 de 1996, determinando que “A exibição de filmes de produção nacional constituirá componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola, sendo a sua exibição obrigatória por, no mínimo, 2 (duas) horas mensais.” (NR). (BRASIL, 2014)³³.

Considerando os aspectos pedagógicos e legais questiona-se: **por que não usar as produções nacionais como fontes para o ensino de cultura afro-brasileira?** Afinal, como afirmam Felipe e Teruya (2015):

O cinema, por meio de seus filmes, ajuda a constituir o tecido da vida cotidiana, modelando opiniões e fornecendo materiais para que as pessoas pensem sobre suas identidades, afinal os filmes sugerem modelos de comportamentos e indica os posicionamentos que devemos ter diante da sociedade.

Ao deixar de lado o cinema estrangeiro, visto que suas culturas já ocupam grande espaço nos planejamentos de história no Brasil, e usando o cinema nacional, é possível auxiliar os jovens na construção de uma identidade nacional pautada pelas origens do povo brasileiro em sua totalidade, combatendo a ideia de que a civilidade veio com os europeus e que as demais culturas ancestrais de seu povo eram atrasadas, além de atender a legislação vigente,

As escolas de educação básica terão que exibir duas horas de filmes de produção nacional a partir de hoje. A determinação é da Lei 13.006/2014, publicada na edição desta sexta-feira, 27 de junho, do Diário Oficial.

O texto da lei diz que “a exibição de filmes de produção nacional constituirá componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da

³³ Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13006.htm>. Acesso em 18/01/2023.

escola, sendo a sua exibição obrigatória por, no mínimo, duas horas mensais”. A medida vale para escolas públicas e privadas. (BRASIL, 2014).

Para que o trabalho transcorra de maneira adequada, se faz importante que o/a professor/a compreenda e repasse aos estudantes a noção de que a indústria do cinema faz parte do mundo capitalista, bem como de uma sociedade que se baseia na desqualificação dos povos negros e originários, por isso também o recurso cinematográfico “Foi um dos instrumentos de homogeneização cultural usado pelos grupos dominantes, a fim de direcionar a cultura do mundo ocidental e excluir aqueles que não se encaixam nos modelos preconizados”. (FELIPE e TERUYA, 2015, p.105).

Essa compreensão é necessária, uma vez que com o objetivo de mergulhar na 10.639/2003, o presente trabalho propõe o uso de filmes que permitam uma alternativa ao planejamento, abrindo espaço para discussões e reflexões em sala de aula

Isso porque, como veremos mais adiante, as diretrizes curriculares advindas com a lei estabelecem a necessidade de uma nova postura dos agentes educacionais visto que como o currículo até então não contemplava tais conteúdos, será necessário criar novas pedagogias, construir esse novo currículo, o que não significa ministrar mais conteúdos, mas mudar o enfoque. (CARVALHO e FELIPE, 2019, p. 16).

Enquanto em um primeiro momento a 13.006/2014 parecia não contribuir para a discussão em torno da 10.639/2003, ao olhar mais de perto a necessidade de se repensar o currículo/planejamento do trabalho, ambas se complementam, uma vez que “[...] que as narrativas fílmicas são constituídas de discursos, leva-nos à necessidade de decodificar e interpretar essas fontes”. (FELIPE e TERUYA, 2013, p. 105).

Considerando que a lei de 2003 tem também como foco o ensino de cultura afro, na intenção de repensar a formação da identidade nacional, tendo como pauta o respeito a diversidade das ancestralidades brasileiras, o uso do cinema poderia contribuir, uma vez que “a exposição de fatos, histórias e narrativas pela linguagem do cinema, realçam a realidade dando maior visibilidade a ela e mostrando, muitas vezes, algo que nós de uma forma ou de outra, não podemos perceber”. (FELIPE e TERUYA, 2013, p. 103).

Para trabalhar os filmes como fonte em sala de aula é necessário que as películas escolhidas considerem todo o contexto em que foram produzidas, pois ao usar produção nacional como fonte em sala de aula, se permite uma discussão para a construção de materiais que objetivem aulas mais reflexivas e conectadas com o

contexto cultural dos alunos, de forma que os alunos não apenas reconheçam os envolvidos na película que irão trabalhar, mas a deixem de apenas assistir um filme, reconhecendo todos os elementos envolvidos na construção cinematográfica, identificando as mensagens a serem passadas, o público a quem se dirigem as produções, percebendo as particularidades do cinema brasileiro e do cotidiano dos negros, ao longo da história do país, já que,

O cinema por meio de sons, imagens e música, elementos que compõem uma narrativa fílmica, expressa uma linguagem social. A indústria desta arte utilizou esses recursos para criar formas de narrativas que cruzassem diferentes culturas de modo a tornar os filmes acessíveis à um grande público, tais como: o amor, a superação, a honra e outros aspectos do cotidiano que perpassam a vida da maior parte da população. (FELIPE e TERUYA. 2015, p. 104).

Os alunos e professores envolvidos nesse tipo de trabalho se tornam sujeitos críticos/pensantes, que reconhecem sua posição na sociedade brasileira a partir da realidade vivida por outros brasileiros como eles, percebendo que “a imagem construída acerca da população negra no Brasil está repleta de representações negativas, baseadas em preconceitos e concepções errôneas que não tem como base outra coisa que não o racismo”. (FELIPE. 2019, p. 25).

Desse modo, irão conhecer e valorizar as lutas que lhes permitiram ter a liberdade, o acesso à educação, o direito ao emprego, ao voto, responsáveis por tornarem possível o sonhar de jovens como eles, alunos do Brasil, que podem almejar serem atletas de sucesso como Pelé, diretores como Zózimo Bulbul, médicos, professores ou mesmo presidentes do país, como sonha o menino Francisco Filho, que citado anteriormente subiu a rampa com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em sua posse em 2023.

Reforça-se que esses elementos legais têm sido superficialmente utilizados apenas para se dizer que a lei está sendo cumprida, tendo como destaque as instituições particulares, deixando de lado muitas vezes a intenção real que é a busca pela reconstrução da identidade nacional, a verdadeira valorização das culturas que compõe o país e não objetivando que seja superada de maneira efetiva a marginalização que as populações negras foram submetidas ao longo da história do Brasil.

As películas escolhidas se tornam ainda mais importantes por terem o envolvimento de pessoas negras em sua elaboração, Macunaíma (1969) conta com a atuação de Grande Otelo, enquanto Abolição (1988) e Medida Provisória (2020)

ambos com direção de personalidades negras. Ou seja, pessoas que não apenas irão seguir um roteiro, tentando apresentar uma ideia dos desafios sentidos pelos negros, mas acima de tudo também tem experiências reais e irão utilizá-las na construção da narrativa.

Portanto, essas fontes filmicas também contribuem para demonstrar que mesmo quando se destacam os negros são questionados, é dito que não estariam no lugar adequado, deste modo, essa fontes servem para elucidar que o lugar adequado não existe, pois, profissão, posição social, valores, títulos acadêmicos a serem obtidos não devem ser disponibilizados a partir dos costumes, do racismo estrutural, mas sim, pela resolução dos “problemas causados por opressões e discriminações” (SILVA, 2007, p.499).

Escolher tais fontes é importante pelo peso que o racismo detém sobre uma vida, por exemplo, o ator e diretor negro estadunidense Denzel Washington, em uma entrevista sobre sua obra *Um Limite entre Nós* (2016), destacou que Steven Spielberg ou Martin Scorsese poderiam ter feito um bom trabalho com aquela obra, mas não teriam a vivência necessária para as discussões, não saberiam retratar o cotidiano que ele mesmo viveu, deste modo, o filme não teria o mesmo impacto³⁴.

3.1 REFLEXÕES SOBRE OS DIRETORES E SUAS OBRAS

O percurso histórico que conduziu a criação das leis já citadas demonstrou como o contexto pode ser importante para o entendimento do todo, assim antes de abordar as películas propriamente ditas, importa conhecer o contexto em que as produções foram pensadas, produzidas, finalizadas e lançadas.

Para isso, parte-se da vida e da carreira dos diretores responsáveis, aliado a um breve descritivo das obras, como dito anteriormente, o objetivo é ter os filmes como fontes, assim os diretores tomam uma importância já que independente das pressões vindas de financiadores, na maioria das vezes é a visão de vida do diretor que conduz a história a ser contada.

O objetivo inicial, como já citado anteriormente, é traçar um paralelo do Brasil negro no cinema nacional, para tal pensou-se em uma seleção de películas que

³⁴ Disponível em: <<https://observatoriodocinema.uol.com.br/filmes/2016/11/fences-so-poderia-ser-feito-por-um-diretor-negro-diz-denzel-washington>>. Acesso em: 06/01/2023.

impactassem a história brasileira, o que seria um percurso maravilhoso, mas gigantesco, tornando o material rico e de difícil uso e/ou acompanhamento pelos professores. Portanto, há a seleção de apenas três películas, mas de períodos e impactos diferentes, que permitam uma ótica do negro não apenas nas fontes, mas no meio de produção, isso pois “Nenhum filme, assim como nenhuma outra atividade humana, está isento dos condicionamentos sociais e culturais do período no qual foi produzido. Assim, um filme retrata direta ou indiretamente à sociedade que o produziu”. (AGUIAR, 2018, p. 228).

Neste ato busca-se traçar um paralelo entre as histórias de vida dos diretores e as cenas conduzidas por eles, procurando relembrar ao docente leitor a noção de que um documento, e nesse caso um filme nunca é apenas um filme, pois todos trazem objetivos, para tal não há crítica cinematográfica das obras, mas sua análise, visto que “O objetivo da Análise é, então, o de explicar/esclarecer o funcionamento de um determinado filme e propor-lhe uma interpretação”. (PENAFRIA, 2009, p.1).

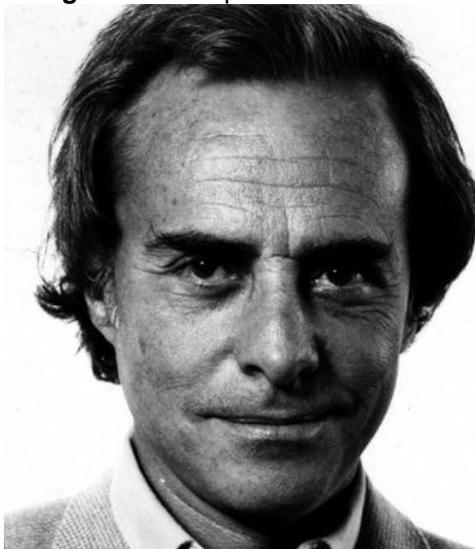
Aponta-se algumas das mensagens que podem ser reconhecidas por seus espectadores e, como também já dito, objetiva-se que os estudantes possam perceber isso ao assistirem uma película e em especial, as que foram selecionadas para esse trabalho.

Inicia-se a partir da realização de um breve relato da importância de cada obra que direcionará para a carreira de cada diretor, desenvolvimento necessário para o percurso de construção do material proposto, bem como para seu uso, uma vez que os filmes selecionados parecem distantes, mas acabam interligando-se pela história de seus diretores, não apenas por meio da história do negro no Brasil, aqui o(a) docente terá a apresentação das mentes por trás de tão importantes obras, com o objetivo de compreender as mensagens propostas por elas e perceberá suas ligações.

Como o manual a ser apresentado no ato seguinte tem a intenção de criar mais uma ferramenta para a educação afro-brasileira/antirracista esse momento se faz importante para que seja compreendida a seleção das três películas, por isso o ato atual foi pensado para conhecer melhor os pensadores, para que os filmes sejam usados como mais do que meros apoios, tornando-se fontes de estudo do Brasil em três períodos distintos, começando pelo Brasil da década de 1960.

3.2 MÁRIO, JOAQUIM E SEUS MACUNAÍMAS

Figura 1 – Joaquim Pedro de Andrade



Fonte: Plano Crítico. Disponível em: <https://www.planocritico.com/especial-joaquim-pedro-de-andrade/>. Acesso em 06/08/2024.

Macunaíma (1969) foi selecionado não por ter um diretor negro, uma vez que Joaquim Pedro de Andrade era branco, mas por conta das intenções de sua obra original e que refletiram na obra adaptada no cinema. O filme se baseia no livro homônimo escrito por Mário de Andrade, e foi selecionado inicialmente por conta da obra literária, mas também pelo fato de sua adaptação cinematográfica ter sofrido duras críticas, assim como grandes elogios ao retratar o Brasil de verdade, por meio da brilhante atuação de Grande Otelo e Paulo José, que deram vida ao herói sem caráter em 1969.

Para falar da obra cinematográfica é importante inicialmente conhecer sobre Mário de Andrade, que viveu em meio a três períodos distintos de governos. Andrade nasceu em 1893 e veio a falecer em 1945, acompanhou as transformações ocorridas entre os governos de Floriano Peixoto e de Getúlio Vargas, e foi durante o mandato de Washington Luís (1926-1930), que escreveu e lançou sua obra mais famosa: Macunaíma, em 1928.

Mário traz uma reflexão diferente sobre o herói nacional, importa informar/relembrar que Mário era negro e vivia em meio a uma cultura de desqualificação do seu povo, por meio dos frutos da campanha eugenista, assim o autor esperava formar uma identidade nacional, em um tom diferente, afinal

O tema central de Macunaíma é a busca de Muiraquitã, que pode ser interpretada como a busca da própria identidade nacional. Se interpretada

dessa forma, o leitor pode concluir que Mário acreditava que, através das lendas, dos folclores, das composições populares regionais, encontrava-se o melhor caminho para achá-la. (ASSAD, 2005).³⁵

Portanto, sua obra foi de extrema importância para o Brasil da época ao apresentar um protagonista negro e indígena, mas longe da ideia de ser passivo, proposta desde o império, mas sim um dito herói sem caráter que após tomar um banho em uma poça se torna branco e a partir daí o autor passa a tecer críticas tanto a formação do povo brasileiro e ao mito das três raças, como a outras práticas de racismo já naturalizados para a época.

Essa obra - considerada por muitos uma obra prima de crítica e reflexão tão importante para a época - acabou indo contra a cultura de europeização e tornou-se então uma das bases para o modernismo brasileiro, e ao analisarmos seu contexto considerando a participação do poeta na semana de 1922, compreendemos seus pontos e agradecemos que sua escrita tenha levantado reflexões maiores, tornando-a objeto de estudos mesmo com a prática da desqualificação.

Ao longo de sua vida, Mário venceu os preconceitos para tornar-se um ícone. Autodidata, atuou como poeta e escreveu outras obras importantes ao longo de sua carreira, mas para este trabalho outro ponto interessante de sua vida, é aquele que lhe interliga ao diretor que apresentou sua obra para o cinema, uma vez que o escritor foi parte do grupo que construiu o documento que serviu de base para a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), ao seu lado estava Rodrigo Melo Franco, fundador do instituto e pai do futuro diretor Joaquim.

Joaquim Pedro de Andrade, o carioca rebelde que decidiu deixar o seu caminho como físico e investir no cinema,

Joaquim Pedro formou-se em Física em 1955. Mas durante o curso, na Faculdade Nacional de Filosofia, descobriu a estética e o cinema em discussões apaixonadas sobre os princípios da montagem, a dialética eisensteiniana e o plano sequência em Orson Welles. As discussões teóricas logo evoluíram para a experimentação em 16mm, filmes curtos e mudos, em preto e branco produzidos por Saulo Pereira de Melo, Paulo César Saraceni, Leon Hirszman, Marco Farias. (BENTES, 1996, p.4 e 5).

Como alguém obstinado, não simplesmente se sentava e começava a gravar uma cena sem antes a ensaiar, montar e organizar por completo em seus pensamentos, para depois orientar figurinistas, roteiristas, atores e mesmo assim, somente após ouvir a opinião de todos, organizava o cenário da maneira que fosse

³⁵ Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/2/1/macunaima-e-retrato-do-brasil-a-construcao-da-identidade-nacional-sob-o-traco-da-luxuria>>. Acesso em 06/05/2023.

possível, rodar a cena em concordância com a mensagem; desta forma, gravava apenas uma ou duas vezes, como citado no documentário feito pela TV Brasil em homenagem aos seus 80 anos³⁶.

Falar em uma homenagem para Joaquim Pedro é interessante, uma vez que era ele quem normalmente tinha essa prática, já que gostava de realizar isso por meio de suas películas. Participante do Cinema Novo³⁷, não tinha o costume de seguir os métodos de Hollywood³⁸, preferia olhar para o cinema francês e italiano, para assim criar seu próprio método, que talvez fosse baseado também em suas noções de física, tanto para compor as cenas, como para apresentar sua rebeldia, por meio de críticas.

Essa rebeldia sempre esteve presente em sua vida, e parece ter sido inspirada pelo contato de sua família com os modernistas. Seu pai, Rodrigo Melo Franco de Andrade, já citado anteriormente, ao lado de Mário de Andrade, foi um dos fundadores do IPHAN e essa amizade esteve presente na infância do diretor, que cresceu aproximado de diversas pessoas que viriam a inspirar suas maiores obras: Mário de Andrade, Gilberto Freyre e Manuel Bandeira.

A relação do cineasta com o modernismo brasileiro e a “intimidade com as coisas do Brasil” vinha de casa. O pai, Dr. Rodrigo M. F. de Andrade, de tradicional família mineira, criara com Mário de Andrade e Gustavo Capanema o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, no final da década de 30. Desde os anos 20 o pai convivia com a fina flor do modernismo. (BENTES, 1996, p.4).

Aqueles foram alguns dos nomes que inspiraram um sentimento que parece ter sido nutrido pelo modernismo dos pensadores envolvidos na semana de 1922, pois, nas obras de Joaquim era constante a crítica à forma como o Brasil fingi ter sido constituído sobre uma democracia racial. Especialmente *Macunaíma* (1969) traz uma crítica à falsidade das raças, uma releitura da primeira crítica presente na obra literária de Mario de Andrade.

Macunaíma, terceiro longa-metragem de Joaquim Pedro de Andrade, iria renovar o Cinema Novo e apontar para uma mudança radical na obra do

³⁶ Produzido pela TV Brasil, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YFHA-4NnE8M&ab_channel=TVBrasil>. Acesso em 05 de maio de 2023.

³⁷ Foi um movimento cinematográfico que teve como grande destaque sua atuação política e sua crítica ao regime militar, além de opor-se as práticas hollywoodianas e incentivar a liberdade de criação do cinema nacional.

³⁸ Vide: ROCHA, Glauber. *Revolução do Cinema Novo*. São Paulo: Cosac Naify, 2004. PINTO, Leonor E. Souza. *O cinema brasileiro face à censura imposta pelo regime militar no Brasil – 1964/1988*. Disponível em: <<http://www.memoriacinebr.com.br/>>. Acesso em 21/05/2024. CARVALHO, Noel dos Santos; DOMINGUES, Petrônio. *A representação do negro em dois manifestos do cinema brasileiro*. OSF [online], Vol. 31, N. 89, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890027>>. p.378. Acesso em 21/05/2024.

cinasta. O filme, uma releitura do modernismo, do nacionalismo e do tropicalismo, reconciliaram o Cinema Novo com o público, a crítica, a bilheteria e o mercado internacional. Para um movimento acusado de elitista, hermético, impopular, os mais de 2 milhões de espectadores do filme eram um sinal de que Joaquim Pedro tinha saído de um impasse. Tão importante quanto o sucesso foi a guinada no estilo. O filme explicitava uma tendência latente no cinema do autor: a crítica implacável, a fusão do erudito com o popular, a fina ironia, capaz de sintetizar oposições e dissolver dualismos. Barroco mineiro mediado pela tradição paulista e anarquia carioca. (BENTES, 1996, p.3).

Mesmo cercado de figuras que contribuíram para que Joaquim crescesse politizado seu pai demonstrava grande preocupação, afinal, eram os anos de chumbo e as críticas de Joaquim eram passíveis de encenar o diretor, por isso seu pai sempre olhava para seus trabalhos, especialmente para *Macunaíma* (1969) de maneira atenta e preocupada para proteger o filho da ditadura militar. Deste modo a biógrafa Ivana Bentes, destaca que quando Joaquim começou a esboçar o roteiro de *Macunaíma* em 1968, seu pai contribuiu:

"Cuidado com o rocambole!" A advertência apareceu sobre a máquina de escrever de Joaquim Pedro de Andrade quando ele fazia o roteiro de *Macunaíma*. Escrevia à noite, e o pai, Dr. Rodrigo Mello Franco de Andrade, lia o texto de manhã e opinava. Estávamos em 1968. Eram os "verdes negros anos" da ditadura e do tropicalismo. O recado do pai, escrito em letras vermelhas, pedindo cautela no estilo, deixava Joaquim Pedro inibido por uns dois dias. (BENTES, 1996, p.3).

Apesar dos avisos do pai e até do medo que o próprio Joaquim parecia deter, *Macunaíma* (1969) foi adaptado como uma releitura atualizada para o cinema, com uma crítica quase escancarada e seu diretor trouxe uma nova reflexão para a ideia de herói nacional, mesmo em uma época de repressão, Joaquim finalizou uma obra que expunha nas telas do cinema a falsa noção de um povo unido e coeso, demonstrando que na verdade há um racismo oculto, tentando passá-lo como inexistente, em vários trechos de *Macunaíma* (1969), principalmente após o personagem principal tornar-se branco, o diretor tem o cuidado de demonstrar como dependendo do meio, os abusos ocorrem hora velados, hora escancarados.

Em certos trechos, por exemplo, o protagonista chega a abusar, perseguir e rebaixar o seu próprio irmão, que permaneceu negro, nesses momentos a intenção do diretor era destacar como o povo brasileiro foi sendo acostumado a desqualificar o negro, a considerar suas práticas religiosas, suas falas e seus costumes inferiores, na busca pela europeização. Ou seja, *Macunaíma* (1969) é uma obra que trouxe em pleno final da série da década de 60 e início da década de 70 também essa reflexão

de um dos principais aspectos da cultura brasileira e expõe como essa prática que teria desaparecido com o fim da escravidão, na verdade vem sendo mantida.

Joaquim José Pedro faz uma releitura crítica a partir do livro homônimo de Mário de Andrade, uma crítica não à obra, mas sim a sociedade brasileira, sendo uma adequação da obra para o contexto da ditadura militar, era natural que o diretor tecesse críticas e que seu pai ficasse preocupado, isso dado aos fatos de que [...] “Rodrigo Mello Franco de Andrade. Era ‘o guardião do tesouro modernista’. Os manuscritos de Mário de Andrade estavam com ele, e Macunaíma era o livro de toda uma geração, ‘o que todos queriam filmar’ [...]”. (BENTES, 1996, p.3).

Assim a obra já era considerada um tesouro nacional e o governo militar poderia acusar o seu filho de deturpar, distorcer e até ofender o sentimento do modernismo nacionalista brasileiro, uma vez que a obra feita para o cinema apresenta diversos dos estereótipos presentes no Brasil, com a intenção de tecer críticas.

Essas críticas, se compreendidas corretamente, poderiam levar não apenas a censura do diretor, mas a perseguições por denunciar os preconceitos estereotipados impostos aos povos indígenas e negros do Brasil, especialmente os que viviam no norte e nordeste, para sorte do diretor, os censuradores devem ter pensado que o diretor estava satirizando o povo brasileiro e não questionando seu sofrimento, imposto e sustentado pelo Estado brasileiro.

Para os censuradores e alguns espectadores da época, o filme pode ter sido apenas uma brincadeira e eles podem ter entendido que o diretor estava exaltando algumas das práticas da sociedade e trechos da obra, como quando preserva a forma como Macunaíma e os irmãos perdem a sua mãe e se encontram na necessidade de rumar para a cidade grande e enquanto estão viajando, o protagonista se transforma então em um homem branco a partir de uma poça, o irmão negro não consegue e eles rumam para a cidade em um pau de arara.

Durante a história da sua vida em São Paulo, o protagonista sai do Brasil de Mário e entra no Brasil de Joaquim, onde vai lidar com o regime militar e já de cara espantado com a cidade ainda conhece Ci, um importante elemento que passa por uma releitura, pois ao invés de ser uma divindade, aqui ela é apresentada como uma subversiva, uma crítica que o diretor sempre trouxe consigo,

Na véspera do Golpe Militar, os estudantes e intelectuais se reuniram na sede da UNE. Joaquim pega o carro e vai para lá com Paulo César Saraceni e Gustavo Dahl. Saraceni descreve os discursos inflamados de Corbisier gritando pela revolução marxista e Ferreira Gullar anunciando que as coisas

estavam sob controle. [...]No dia seguinte Flávio Cavalcanti anunciava o golpe”, relata Saraceni. Jango estava exilado. O novo Presidente do Brasil era o Marechal Castelo Branco. (BENTES, 1996, p.51 e 52).

De um modo inteligente, o diretor faz com que o protagonista passe uma mensagem de apoio aos movimentos anti-ditatoriais, uma vez que Macunaíma se apaixona por Ci, com isso o diretor apresenta uma crítica velada a censura e deixa ali a ideia de que se conhecesse as motivações o povo poderia se apaixonar pelos subversivos, em contraste com a opressão do Estado, já que os ditos errados lutavam pela liberdade e pelo fim do regime de opressão, infelizmente o diretor - talvez para passar pela crítica - faz outra adaptação e mata Ci e seu filho com o protagonista.

Depois da perda dos dois, Macunaíma se vê perdido e finalmente o diretor insere na história cinematográfica outro elemento da literatura, a pedra Muiraquitã, aqui ela pertence a um empresário capitalista, que se torna o antagonista da história e a grande crítica do diretor Joaquim José de Andrade, o capitalismo surge como grande inimigo do povo brasileiro, aquele que auxilia o Estado a praticar a opressão.

O gigante e Macunaíma passam o resto da película disputando a pedra e o protagonista desenvolve a esperança de encontrar a felicidade ao obter o artefato. E após finalmente se apossarem da pedra, ele e seus irmãos decidem retornar para casa, agora com a ideia de que teriam uma vida melhor, a partir do poder do artefato.

Por fim, é interessante a crítica ao consumismo, uma vez que os irmãos levam para sua terra isolada diversos eletrodomésticos, mas para um local abandonado pelo governo, sem formas de aproveitarem suas conquistas, e aqui se faz presente uma crítica à adaptação forçada dos povos indígenas e negros à civilização brasileira.

Macunaíma revela sua nova faceta imbuída de outra crítica do diretor: o preguiçoso, o branco herdeiro da colonização portuguesa e a ideia eugenista de superioridade dos brancos, onde os portugueses (Macunaíma) deixavam os negros e indígenas (seus irmãos) fazerem o trabalho, enquanto descansavam, isso leva a solidão de Macunaíma, que sozinho sai para a floresta, se perde e é morto pela lara.

Ao final, o filme, assim como a obra literária, se torna uma crítica também a busca do povo brasileiro em sua vida por riquezas, sem se importarem com aqueles que os rodeiam e suas lutas, ignorando as opressões, a ganância e até mesmo as suas próprias conquistas, sempre à procura de mais, o povo acaba concentrado em suas próprias buscas, sem notar o que poderiam obter unidos ou como estão sendo

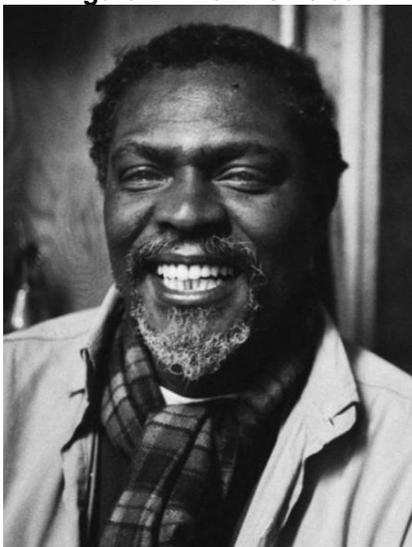
explorados, e é aqui que entra a intenção pela escolha do documentário Abolição de 1988, dirigido pelo grande Zózimo Bulbul.

3.3 ZÓZIMO BULBUL, DA DECEPÇÃO COM ROTEIROS A UMA DIREÇÃO RADIANTE

“Zózimo não só foi responsável por uma obra que cindiu os imaginários sobre o negro na cinematografia brasileira, mas também atuou com vigor na luta pelos direitos da população afrodescendente, entre eles o direito à comunicação, à cultura e à história do povo negro africano e da diáspora”.

Amália Coelho de Souza

Figura 2 – Zózimo Bulbul



Fonte: Primeiro Negros. Disponível em: <https://primeirosnegros.com/zozimo-bulbul-primeiro-protagonista-negro-de-novela/>. Acesso em 06/08/2024.

Jorge da Silva, mais conhecido como Zózimo Bulbul, iniciou por volta dos anos 60 a destacar-se em meio a importantes filmes nacionais, naquela que viria a ser uma das décadas mais interessantes para o Cinema Novo brasileiro, uma vez que se iniciou com mais uma leva de produções que criticavam duramente o estilo nacional, apresentado como uma extensão dos preconceitos da sociedade brasileira,

Os cineastas e críticos ligados ao movimento rejeitavam a maneira como as chanchadas encenavam as relações raciais no Brasil: os artistas brancos ocupavam o primeiro plano e o ator negro (como Grande Otelo, Colé, Blecaute) assumia um papel secundário e não raras vezes estereotipado. (CARVALHO e DOMINGUES, 2017, p.378).

Essas críticas passaram a incomodar diretores como Joaquim Pedro de Andrade, mas elas também incomodaram Zózimo, que até então trabalhava como

ator, esse passou a direcionar estudos e forças para a direção, em busca de mais espaço para críticas e acabou fazendo sua estreia na cadeira por trás das câmeras em 1974 e assim como Joaquim, em meio ao regime militar.

Zózimo é lembrado por muitos como um dos primeiros atores negros a atuar no Brasil, sendo inclusive o primeiro a protagonizar uma novela, mas a sua extrema importância vai além de seus papéis e seu pioneirismo como ator, ela se inicia em suas lutas dentro dos sets, mas fora das câmeras,

Zózimo foi o personagem principal da novela *Vidas em Conflito* (1969), da Excelsior, em que ele fazia par romântico com Leila Diniz. Eram um casal, mas nunca se beijavam na frente das câmeras, nem mesmo quando a personagem da Leila apareceu grávida. Ele e Leila decidiram questionar a equipe de criação: por que não havia cenas de beijos para que pudessem demonstrar seu amor, ainda mais se Débora (personagem da Leila) teria um filho de Rodney (Zózimo)? Depois da recusa da equipe em alterar o roteiro, decidiram fazer uma greve. Também não deu certo, e, ao fim da novela, os dois terminaram separados, sem nenhum beijo, e Zózimo tinha se tornado coadjuvante. Isso ele me contou. (RAMOS, 2017, p.42).

Essas lutas em busca de representatividade e respeito a cultura e ao povo afro-brasileiro, foram exemplos de resistência, em todos os trabalhos no cinema, e começaram a ganhar espaço quando ele sentou-se atrás das câmeras. Como diretor, “apesar de o clima de cerceamento da ditadura continuar nos anos 1970, a produção cinematográfica de Bulbul reverberou a crescente consciência e militância afrodiaspórica” (CARVALHO e DOMINGUES, 2017, p.388), e construiu diversas obras críticas à sociedade brasileira, tendo dirigido *Alma e Olho*³⁹, recebeu diversos elogios, sendo inclusive premiado em 1977 pela Jornada da Bahia⁴⁰ pelo melhor documentário.

A importância de *Alma e Olho* é sugerida pela crescente retomada e reapropriação da obra de Zózimo Bulbul em catálogos, exposições e mostras recentes de cinema negro no Brasil, onde quer que se procure o sonho cinema negro é imperativo se deparar com alguns frames desse filme. [...] sintonizado com as pautas antirracistas para alcançar certa profundidade epistêmica na análise da obra de Zózimo Bulbul, integrando diversos campos do fazer afrodiaspórico e suas influências expressivas nas literaturas, nas artes visuais, no teatro e no cinema, expondo a inclinação multidisciplinar e transversal da pesquisa. (SOUZA, 2020, p. 13).

³⁹ Dirigido e estrelado pelo próprio Zózimo, o filme trabalha a história da diáspora negra por meio de metáforas.

⁴⁰ Iniciada em 1972 e finalizada em 2012, a Jornada Internacional da Bahia era uma premiação dedicada a filmes documentários e com caráter político social, foi uma das mais duradouras e importantes premiações nacionais na categoria e ficou marcada por premiar diversos filmes independentes durante o regime militar. Vide: ALMEIDA, Maria de Fátima Fontoura. **Jornada Internacional de Cinema da Bahia: A história.** Trabalho de Conclusão de Curso, Salvador: UFBA, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/30199/1/TCC%20-%20Jornada.pdf>>. Acesso em: 22/05/2024.

Apesar da importância de *Alma e Olho*, opta-se por aquela que possa ser sua obra prima documental: *Abolição*, de 1988, obra essa que por muito tempo, apesar de diversas vezes premiada, tem sido esquecida pelos políticos e grandes comunicadores brasileiros, isso é evidente pela ausência de divulgação, mas também como forma de garantir, como o próprio cineasta apresenta, a manutenção da escravidão, ou seja, do *Status Quo*.

O documentário de duas horas e trinta minutos por si só seria de extrema importância para as discussões em torno do racismo, pois anos antes da aprovação da lei federal 10.639/200, já traçava o panorama ao qual o Brasil estava adentrando com a aprovação da Constituição de 1988, uma discussão de extrema importância em torno da compensação para os descendentes daqueles que foram sequestrados e escravizados.

Recentemente, a obra pode voltar ao destaque se considerarmos a necessidade do combate a nova onda de falas e atitudes racistas que vinham sendo incentivadas e disseminadas pelas lideranças anteriores do Brasil (mandato presidencial de 2018-2022), onde novamente o Estado deu espaço para que pessoas que acreditam e defendem ideias eugenistas, pudessem praticar a cultura de desqualificação das populações negras do Brasil, mantendo os negros marginalizados e atrapalhando o exercício da cidadania.

Felizmente, o recém-empossado governo do Brasil (2023), parece decidido a discutir mais abertamente a questão de maneira democrática, ou seja, ouvindo mais enfaticamente as populações negras, já que elas são as prejudicadas não apenas pela desqualificação, mas em especial pela negação de sua história, sua cultura, suas religiões, seus líderes, bem como a continuidade da escravidão e outros sofrimentos impostos a seus antepassados e mantidos atualmente.

Por conta da situação histórica e das intenções do atual governo brasileiro, o documentário dirigido por Zózimo e lançado em 1988, ganha destaque nesse trabalho, pois, *Abolição* (1988) retrata de maneira crítica e didática o que tem sido o Brasil, desde o dia 13 de maio de 1888, a obra faz um panorama completo de todo o percurso até então traçando um paralelo entre vários dos desafios que a população negra do Brasil tem enfrentado desde a escravidão até a aprovação da Constituição Cidadã, deixando transparecer a esperança de um Brasil melhor.

Ao lado de outros diretores, Zózimo tornou-se um crítico das políticas de desqualificação do Estado Brasileiro por meio de suas obras, afinal, como Joaquim, viveu sob o regime ditatorial, mas em seu caso, havia ainda a luta contra o racismo e a desqualificação. Portanto, apontava para o sofrimento do povo negro de maneira mais intimista, fazendo o espectador encontrar similaridades com seu cotidiano e compreender como

O cinema negro mostra a dimensão da africanidade ontológica, na medida em que contribui para o resgate da identidade cultural de jovens afro-brasileiros, apontando para elevação da sua autoestima, na medida em que o herói não é estranho à sua existência. Portanto, o cinema negro restabelece a luta afirmativa imagética, sugerindo a configuração de nuances que são projeções das lutas de classe. (PRUDENTE, 2014, p. 420).

Abolição (1988) destaca como as personalidades negras foram sendo apagadas da história do Brasil, e outros personagens brancos com índole duvidosa eram exaltados, sempre com a intenção de manter o *status quo*, substituindo os heróis do povo pelos “mitos” construídos sob meias-verdades. Não foi a primeira crítica de Zózimo e sua intenção fica clara, pois foi ele mesmo que em conversa com o diretor Lázaro Ramos, em 2005

Contou também como foi dirigir o até hoje celebrado curta-metragem Alma no olho (1973), que me emocionou como a uma criança com aquelas cenas sem nenhuma palavra, mas que tanto falavam. Zózimo fez Alma no olho porque não aguentava mais ter sua história contada pelos outros. Mesmo sem ter experiência em ficar atrás das câmeras, decidiu que era hora de fazer sua voz ser ouvida. [...] (RAMOS, 2017, p.42).

E em Abolição (1988) a voz do diretor foi se tornando a de milhões de negros, que nutriam a esperança de que não apenas os personagens pudessem ser lembrados e honrados, mas que suas lutas ganhassem corpo e vida, com a até então sonhada Constituição democrática, aprovada no mesmo ano de lançamento do longa.

Importa destacar que um dos pontos altos da esperança apresentada pelo longa, é a de que a nova carta de leis pudesse abrir finalmente as portas para a igualdade racial no Brasil, especialmente com o racismo tornando-se um crime inafiançável e a ser realmente punido, diferente do até então realizado pelas cartas anteriores, muito dessa reflexão feita pelo autor, deve-se a sua participação no Movimento Negro Unificado (MNU).

O Movimento Negro Unificado (MNU) que surgiu também na década de 1970 teve um papel significativo na formação política desses novos cineastas negros, alguns desses realizadores faziam parte do MNU, como é o caso de Ari Cândido, Zózimo Bulbul, Celso Prudente. Estes artistas tiveram papel

fundamental na resignificação da representação dos negros no cinema nacional, apresentando um cinema com forte cunho político e social, lançando uma estética que buscava desmitificar a imagem criada pelas chanchadas e pelo mito da democracia racial no Brasil. (CONCEIÇÃO, 2020, p. 348).

A ideia inicial era de escolher uma película com a qual fosse possível tratar da visão de mundo desse importante diretor negro, e a escolha acabou sendo por *Abolição* (1988), longa que conquistou seu espaço na história do país, não apenas por render à Bulbul um prêmio nacional e dois internacionais⁴¹, mas por esta obra apresentar diversas críticas ao cotidiano brasileiro, como um pedido de atenção aos negros, pela carta de leis e pelo país que se formava após o fim da ditadura.

Esse documentário em si renderia um trabalho unicamente sobre ele, portanto, vale destacar as reflexões aqui apresentadas, representam uma pequena parte de sua grandeza, já que nosso papel é apresentar pontos que possam ser utilizados em aula, também vale destacar que a obra de Zózimo está sintetizada, para que você professor/leitor possa conhecer a sua importância, e portanto, recomenda-se que seja assistida a obra na íntegra, para que se conheça sua grandeza e a discussão que ela propõe, afinal, um dos objetivos desse trabalho é saber que um filme nunca é só um filme.

Como já citado, o documentário com duração de mais de duas horas é formado de documentos, entrevistas e outras fontes históricas que compõe o contexto vivido pelas populações negras. O diretor apresenta um breve levantamento de todos os períodos enfrentados pelas populações no Brasil desde antes da abolição até o seu centenário. Demonstrando sua habilidade de composição, Zózimo apresenta cenas do cotidiano brasileiro e uma única representação simbólica da princesa Isabel, após a assinatura da Lei Áurea (1888).

Embora a leitura remeta ao documento que teria acabado com a escravidão, o diretor inicia a discussão criticando que aquela abolição não era a verdadeira libertação, pois essa tinha se desenhado há muitos anos por meio dos trabalhos dos abolicionistas como André Rebouças⁴² e já estava basicamente concluída, esse argumento é fortalecido com o depoimento de um historiador carioca

⁴¹ Prêmio de melhor roteiro e fotografia no Festival de Brasília em 1988 e Prêmios de melhor filme documentário nos festivais de Havana e Nova Iorque em 1989.

⁴² André Rebouças foi um importante líder negro abolicionista, que atuou durante o regime imperial na busca pelo fim da escravidão e pela inserção dos negros na sociedade brasileira, com o acesso à cidadania, era engenheiro. Vide: <<http://www.lettras.ufmg.br/literafro/ensaistas/1421-andre-reboucas>>. Acesso em: 20/05/2024.

que citando o caso do Ceará, confirma que a escravidão vinha sendo abolida pelos estados desde 1884.

O diretor também amplia as críticas destacando o fato de que a abolição não estava completamente concluída no Brasil na década de 80, como também não está atualmente, portanto *Abolição* (1988) não é apenas um documentário informativo, mas uma argumentação, composta por um extenso levantamento histórico e bibliográfico, que por meio de pessoas das mais variadas posições sociais do Brasil, apresenta a situação do negro após abolição, mostrando que personalidades como: João Cândido⁴³ e André Rebouças vêm sendo constantemente desqualificados, assim como esportistas, políticos, escritores e outros negros de destaque, na intenção de manter-se a sociedade desigual e negando-se aos povos negros a conquista real da liberdade.

Durante a obra, o diretor argumenta a favor dessa ideia, destacando que o Brasil abolicionista foi substituído por um império e mais tarde uma república elitista, e embora esse país tenha abolido oficialmente a escravidão, tem negado aos seus cidadãos o acesso a cidadania, incentivando que imigrantes brancos para cá viessem, na intenção de ocorrer o branqueamento da população, ao invés de conceder aos negros brasileiros direitos por meio de políticas públicas de recolocação social.

Percorrendo o final do século XIX e início do XX, o documentário de Zózimo destaca como a população brasileira negra acabou sofrendo com as teorias eugenistas, então tomadas abertamente como verdade e que apesar de hoje serem abominadas, ainda norteiam em alguns momentos o Estado brasileiro na organização da sociedade e das políticas públicas/oportunidades para seu povo.

Para exemplificar e nortear esse panorama, Bulbul destaca os órgãos e leis criados ao longo dos governos da República Velha, da Era Vargas, da República Liberal e do Regime Militar, que muitas das vezes se opunham aos movimentos negros, colocando-os em posição de crimes, culturas inferiores ou riscos para a sociedade brasileira, fazendo com que os negros tivessem, em muitas situações, vergonha de suas raízes, muitas vezes renegando suas religiões e costumes, por conta dos estereótipos existentes.

⁴³ João Cândido foi um dos líderes da Revolta da Chibata, citada anteriormente, o movimento é destacado no documentário especialmente por ter se organizado contra os castigos corporais aos quais os marinheiros eram impostos, o movimento foi encerrado com um engodo do governo brasileiro, que acabou com o exílio do líder para o Acre.

Na intenção de destruir os estereótipos, o diretor propõe a reflexão sobre como a cultura negra sempre sofreu diante da intenção do Estado em lhe criticar/desqualificar, pois até mesmo quando dava espaço para a atuação de negros em peças ou filmes, esses eram estereotipados e/ou colocados em papéis subalternos ou de vilões, para tal reflexão o diretor muda o tom de seu documentário e coloca o negro como coautor da criação do Brasil, isso baseado nas obras de vários historiadores, que são apresentados ao lado de algumas personalidades negras que fazem uma reflexão sobre a importância do acesso ao voto e da educação ao negro no Brasil.

Assim, Zózimo encerra o seu documentário trazendo sobre ele a esperança de que a não apenas a condenação do racismo - ao torná-lo crime inafiançável, irá transformar o Brasil, mas que a Constituição em si poderia trazer o início das verdadeiras mudanças para as populações negras, mal sabia ele da importância que seu trabalho teria para dois pontos desse trabalho: a lei federal de 2003 a 10.639 e a construção de três protagonistas negros, que muito resilientes se destacam na próxima película que será debatida: Medida Provisória (2020), do autodeclarado fã de Zózimo, o diretor Lázaro Ramos.

3.4 O MENINO DO OLODUN QUE VIROU DIRETOR INTERNACIONALMENTE FAMOSO

Figura 3 – Lázaro Ramos



Fonte: Primeiro Negros. Disponível em: <https://www.adorocinema.com/personalidades/personalidade-75459/>. Acesso em 06/08/2024.

O ainda garoto Luís Lázaro Sacramento Ramos fez uma substituição de seu primo em um teatro itinerante quando tinha apenas doze anos e aos dezesseis começou sua carreira como ator no teatro Olodum, a partir de então construiu uma carreira impactante, com diversos papéis de destaque e premiações importantes nacional e internacionalmente, com destaque para sua atuação em *Madame Satã* que lhe rendeu dez prêmios de melhor ator entre 2002 e 2003.

Cabe destacar que o baiano Lázaro Ramos já pode ser considerado tão relevante quanto seus colegas de profissão abordados até aqui, veja por exemplo a conquista do prêmio: *Most Influential People of African Descent*⁴⁴, e o fato de ele ser o atual embaixador da UNICEF no Brasil. Ou seja, falar de Lázaro é destacar um homem internacionalmente importante, que por meio de suas atuações e sua direção, tem marcado sua era em busca de mudanças positivas.

A maneira leve de incluir críticas por meio de seus personagens, fez com que Lázaro fosse se transformando em uma personalidade além de sua carreira, já que foi se tornando cada vez mais influente dentro e fora de teatros, telas de cinema e da TV brasileira, levando-o a ser nomeado para a apresentação de um quadro no fantástico, onde destacou-se em seus roteiros e

Em 2005, fui chamado ao Canal Brasil para apresentar um programa de turismo. Entendi que o momento era aquele. Imediatamente disse que tinha outro projeto pronto. Um programa de entrevistas sem formato, mas com origem numa reflexão proposta pelo espetáculo *Cabaré da raça* (1997), do Bando de Teatro Olodum. O canal acreditou na minha ideia, mas por via das dúvidas me fez uma oferta: para que eu recebesse o investimento em cinco edições do tal programa *Espelho*, eu teria de dirigir um minidocumentário para uma série deles chamada *Retratos brasileiros*. Eu podia escolher algum artista e fazer o programa com ele. Depois de muito pensar me lembrei do Zózimo Bulbul [...] (RAMOS, 2017, p.41 e 42).

Assim, o espaço obtido com as negociações para a criação do programa *Espelho* deu a Lázaro duas oportunidades gigantescas: referenciar Zózimo em um documentário, levando-o para a TV (sob sua própria direção) e ainda fortalecer as lutas do movimento negro, além de permitir que o diretor Ramos pudesse testar/aperfeiçoar suas críticas e sua forma de compor a tela.

Aquela foi uma oportunidade única para que ele pudesse praticar algo que gosta, inserir naquele momento um pouco do próprio Lázaro, mas focar nos debates raciais em torno do cotidiano do negro no Brasil, e quem melhor do que Zózimo para

⁴⁴ Lista organizada com apoio da ONU, que é publicada desde 2017 com o objetivo de apresentar as 100 personalidades negras de maior influência em comemoração à “Década Afrodescendente”, que irá de 2015 a 2024.

lhe ajudar nisso, em trabalhar a identidade do negro brasileiro na TV Brasil. Afinal aquela questão não era somente sua,

[...] A palavra “identidade”, que passou a aparecer com cada vez mais frequência, calou fundo em mim. Ao mesmo tempo, comecei a ter a clareza de que essa não é uma “questão dos negros”. É uma questão de qualquer cidadão brasileiro, ela diz respeito ao país, é uma questão nacional. Para crescer, o Brasil precisa potencializar seus talentos, e o preconceito é um forte empecilho para que isso aconteça. [...] Esta viagem que começa aqui só é possível porque redescobri um mundo que é meu, mas que não pertence só a mim. Ele é parte de uma busca que todos nós devemos fazer para compreendermos quem somos. Por isso, sempre que eu falar de mim neste livro, estarei também falando sobre você. (RAMOS, 2017, p.8).

Talvez para os que conhecem apenas o ator Lázaro Ramos, pensar suas obras cinematográficas/televisivas como ator e/ou diretor, pode não deixar claras as relações do passado dessa personalidade com os debates no contexto brasileiro, especialmente se o conhecer apenas das telenovelas. Entretanto, as reflexões a pouco trazidas por meio de suas próprias palavras sobre a questão de identidade, nos demonstram que essas sempre estiveram com ele e portanto, participaram direta ou indiretamente de suas atuações/obras.

E Lázaro, percebendo sua identidade negra também deve ter aprendido sobre as tratativas que o contexto brasileiro apresentou ao longo da história para com as personalidades negras, portanto atuou de maneira inteligente para abordar as lutas, trazendo-as ao longo de sua carreira disfarçadamente (ou não) aos holofotes, permitindo em alguns momentos debates e em outros que ele mesmo fosse um ‘Espelho’ para novas gerações, como Zózimo havia sido para ele, inclusive o documentário foi bem aceito e ele iniciou seu novo programa: Espelho⁴⁵.

Como diretor e apresentador do programa Espelho, Ramos teve espaço para trazer não apenas personalidades da cultura negra brasileira e internacional, mas abordar discussões sobre os desafios enfrentados por seus convidados e por ele, ou seja, de certo modo, o diretor tem ampliado as reflexões iniciadas por Bulbul em Abolição (1988), indo além da homenagem documental a Zózimo, financiada e transmitida pela TV Brasil.

Estabelecidas as primeiras relações entre os diretores, é interessante olhar para a obra mais recente de Ramos, sua primeira em formato de longa metragem para o cinema: Medida Provisória (2020), a película é baseada na peça **Namíbia Não!**,

⁴⁵ No ar de 2005 a 2019, o programa contou com 87 episódios, transmitidos sob a supervisão dos canais Globo.

essa que além de sua direção contou com a autoria de Aldri Anunciação (o autor retornou também como roteirista para a obra do cinema).

A peça original gira em torno dos debates de André e Antônio, primos que ficam trancados em seu apartamento, após uma medida fictícia do governo brasileiro de 2016, que determinava o retorno de todos os negros para a África, na época de estreia da peça estavam acaloradas as discussões em torno da política de cotas, e a obra acabou explorando magnificamente tal fenômeno para ampliar as discussões para além das cotas para a atenção as necessidades das populações negras, a mesma crítica das obras fílmicas também por nós abordadas, a peça acabou indicada para nove premiações, levando cinco, além de ter representado o Brasil no “Ano do Brasil em Portugal” em 2013.

Para o cinema, Ramos manteve vivo o isolamento de André e Antônio, mas trouxe novos elementos, aproveitando a necessidade de tornar a história mais envolvente para as telas de cinema, fez como Joaquim Pedro de Andrade com *Macunaíma* (1969), realizou uma atualização dos debates presentes, acrescentou personagens, criou mais situações e especialmente inseriu críticas contra as falhas e/ou abusos nas políticas públicas destinadas para as populações negras no Brasil, especialmente as do governo de Jair Messias Bolsonaro, e apesar da inspiração na peça, o filme ganhou ares de novidade e trouxe inúmeros elogios à direção de Lázaro Ramos.

É interessante pensar que tais elogios foram acompanhados de críticas dos apoiadores do governo e também da pandemia de COVID-19, que acabaram inclusive dificultando o lançamento da obra no Brasil, curiosamente as críticas e o atraso para seu lançamento no país, reforçaram seus debates e devido as semelhanças do isolamento vivido por André e Antônio, ao vivido pelo mundo como forma de combate ao COVID-19, o filme conquistou amplo sucesso no exterior, sendo inclusive bem avaliado e recebendo o prêmio no *Inffinito Film Festival*⁴⁶, antes mesmo de poder ser projetado no Brasil.

O filme também inseriu novos debates, por meio da personagem Capitu (a médica/esposa de André, que estava grávida), que vive sua própria aventura com seus próprios dilemas e suas reflexões, especialmente em torno de sua gravidez de

⁴⁶ Idealizado por Adriana L. Dutra, Cláudia Dutra e Viviane Spinelli, o festival iniciado em 1997, tem como objetivo projetar nos Estados Unidos filmes brasileiros, com a intenção de incentivar sua projeção internacional.

uma criança negra em um país abertamente racista, remetendo em diversos momentos ao dilema da maternidade vivido pelas mulheres negras enquanto perdurou a escravidão no Brasil, paralelo a essa e outras discussões o roteiro para Antônio e André teve mantido o elemento dos diálogos da peça de 2011, com o acréscimo de outras aventuras/discussões.

O filme apresenta ao longo de sua uma hora e quarenta e três minutos vários conflitos e diálogos em torno da luta dos ‘melanina acentuada’ pelo respeito a sua cidadania, esse especialmente buscado por meio da resistência a partir do apartamento de Antônio e do *Afrobunker*, onde a personagem Capitu, interpretada por Taís Araújo, consegue se refugiar, assim o diretor foi incluindo na película elementos, que incentivam o espectador a refletir nosso cotidiano pelo olhar do cineasta, que detém

[...] uma limpidez e consciência tão claras sobre quem ele é, qual a sua trajetória, em que modelo está inserido e quais formas lhe são possíveis de empregar para ajudar a revelar uma realidade que está longe de ser a ideal — para ele e para os outros negros à sua volta. E é preciso falar tanto do realizador deste filme, Lázaro Ramos, porque *Medida Provisória* é, definitivamente, obra de autor. Em uma época em que franquias e filmes sob encomenda, desfeitos de quaisquer laços entre obra e realizador, têm ditado a cena cultura em que vivemos, é inspirador saber que há, ainda, arte sendo feita sem medo de carregar autoria e ponto de vista. [...]. (GARCIA, 2022).

O ponto de vista de Ramos sobre o Brasil, acabou aclamado pela crítica internacional e brasileira, e fez de *Medida Provisória* (2020) um filme importantíssimo para esse trabalho, uma vez que a película que tem de palco um Brasil distópico, traz um governo que inicialmente se compromete a indenizar as pessoas negras, especialmente pela desigualdade social trazida com a escravidão, como uma tentativa de compensação para o sofrimento dos negros daquela sociedade, que herdaram os sofrimentos de seus antepassados que foram escravizados, no entanto, a indenização financeira além de não compensar dignamente aqueles que descendessem dos escravizados e portanto, tivessem danos históricos a serem reparados em suas famílias, acaba negada.

O diretor insere elementos de suas críticas ao apresentar a desistência do governo brasileiro, ao passo que introduz dois de seus personagens principais: André que, como jornalista, estava acompanhando aquele momento histórico e Antônio, que discursa na Assembleia na tentativa de incentivar a retomada daquela e de outras políticas públicas não cumpridas, o personagem ainda se depara com uma discussão

entre dois políticos, onde um deles apresenta a causa para a desistência, a forma como tal indenização quebraria a economia do país.

Pensando em uma campanha para compensar a desistência, o governo apresenta o plano 'Resgate-se Já', que daria aos negros brasileiros a oportunidade de retornar para a África, dita pelo governo como a terra de origem de todos os negros, ignorando suas raízes brasileiras. As pessoas que desejassem poderiam se voluntariar para se mudar, entretanto na véspera da política ser iniciada, o diretor apresenta uma votação na calada na noite com os deputados defendendo o bem do Brasil e aprovando uma mudança: agora a determinação seria obrigatória para todos os brasileiros de melanina acentuada.

A partir daqui o filme traça várias discussões sobre a questão da raça no Brasil e todo o racismo ainda sofrido pelos negros na atualidade, por meio de uma série de cenas críticas, Lázaro Ramos e seu elenco procuram exemplificar, nas telas, a situação real vivida pela população negra brasileira,

"Como é que a gente não viu isso? Como é que a gente deixou chegar nesse ponto? Como é que a gente riu disso?". Estas palavras são do personagem André, interpretado por **Seu Jorge**, mas poderiam ser de qualquer um de nós, hoje, no Brasil. E este constante espelho, para um fato que não é difícil imaginar se concretizando, talvez seja um dos aspectos mais interessantes na obra de Lázaro. (GARCIA, 2022).

A população brasileira é surpreendida, devido a seu desconhecimento sobre a política implementada pelo governo, especialmente quando por meio da medida provisória 1.888 o Estado começa a expulsar os cidadãos de melanina acentuada do Brasil, sob a desculpa de ser uma compensação por todo o tempo de escravidão, um 'presente' do governo para aqueles que sofreram com a escravidão, quando na verdade a intenção era a de dar continuidade à política de desqualificação, de branqueamento.

Em diversos momentos o filme satiriza falas do cotidiano atual que tem se tornado comuns como: o racismo reverso, direitos demais, cotas para quê?, eu não sou racista, mas..., e apoiada nessas falas a pequena parcela da população que concorda com tais ideias deturpadas, passa a incentivar que as políticas de reparação sejam revistas e se possível canceladas, isso é exemplificado no filme, quando a política voluntária é transformada em uma política de expulsão, com as populações negras sendo amplamente perseguidas de maneira truculenta por outros cidadãos.

O tom corajoso e forte se dá especialmente por conta das falas, práticas e projetos trazidos pelo governo federal, a partir de 2018, onde as discussões em torno da reparação social e de políticas voltadas para a população negra foram sendo invertidas, apresentadas como 'mimimi', deixando de ter destaque e sendo perseguidas pelos defensores da política de desqualificação, aqueles que querem manter a *status quo*.

Ao longo do filme a violência aumenta e os três personagens acabam separados. André, que estava na rua, consegue retornar ao apartamento, onde ele e Antônio, baseados no artigo 150⁴⁷, conseguem não apenas resistir, mas levar ao mundo a exposição da verdadeira situação, enquanto Capitu - que é médica, acaba forçada a abandonar seus pacientes e fugir para evitar a deportação e/ou execução. A médica consegue unir-se a outras pessoas negras que estão formando um novo tipo de Quilombo, os *afrobunkers*, os antigos galpões das escolas de samba onde inicialmente ocorriam os festejos, se tornaram resistências.

Embora sabendo que é um retrato do cotidiano, ainda se espera um final feliz, mas ao longo do filme o diretor apresenta os desafios e a cultura de racismo e desqualificação enfrentadas pelos negros, com o Estado brasileiro usando sua força para ampliar a política de expulsão da grande maioria da população negra do Brasil, por isso, as esperanças de quem assiste a película começam a dar lugar a reflexões profundas sobre o real Brasil, inclusive em sua crítica o *Canal Bang* retrata isso, da seguinte maneira:

Em sua estreia como diretor, **Lázaro Ramos**, nos entregou o melhor filme nacional do ano. Com uma visão crítica sobre a sociedade em que vivemos, "*Medida Provisória*" consegue nos levar a um mundo distópico assustador, onde negros terão que deixar o Brasil para viver na **África**, o país de suas origens, numa tentativa camuflada de reparar mais de 500 anos de escravidão. Dessa forma o **Brasil** seria um país só de brancos. Apesar da medida drástica imposta pelo governo na trama, podemos refletir a respeito do que está acontecendo com a nossa sociedade, como o quanto temas como racismo ainda enfrentam resistência por parte de muitos. [...], o longa toca na ferida sem medo de machucar. (CANAL BANG, 2022).

Além da ferida a ser tocada, também acaba ressurgindo a mensagem positiva, a esperança de melhorias, essa apresentada pelo diretor por meio das lideranças negras, ressaltando como podem e são importantes, especialmente aquelas que encontram formas de resistir, sobreviver e propagar essa resistência, isso

⁴⁷ Vide em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10620916/artigo-150-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940>>. Acesso em 08/06/2024.

exemplificado por como Antônio e André ganham apoio nas redes sociais ou como Capitu se destaca em meio ao cotidiano do *Afrobunker*.

Na parte final, André e seu primo vão debatendo sobre o que é ser negro no Brasil e se vale a pena toda aquela luta refletindo sobre como sofrem as populações negras na atualidade, André chega a questionar abertamente toda a luta, considerando renunciar a sua melanina acentuada, uma discussão interessante, visto que essa tem sido uma parte da cultura da desqualificação a qual os negros têm sido impostos a mais de 500 anos, com muitos aderindo a condição de pardos por uma maior aceitação.

Essa política fica evidente, conforme o Estado e os vizinhos dos personagens vão testando a resiliência deles, privando-os de comida, água e até dignidade, forçando André a invadir o apartamento ao lado, na busca pelo mínimo e depois sendo morto, isso enquanto outro personagem, agora branco, tem o mesmo destino dentro do *Afrobunker*.

As reflexões trazidas por Medida Provisória (2020) levam a um enlace com *Macunaíma* (1969) e *Abolição* (1988), que décadas antes apresentavam um panorama semelhante para as populações negras, as três películas que parecem distantes, acabam sendo complementares por apresentarem de maneira nua e crua a forma como tem se dado a manutenção do *status quo*, mas também evidenciam a conquista do espaço pelas lideranças negras, que mesmo a passos lentos tem obtido mudanças significativa, mudanças em um percurso onde se insere e atua a lei federal 10.639/2003.

Direcionado para o final é importante regressar rapidamente à cena que antecede o assassinato do personagem Santiago, ali os atores negros expressam falas e práticas racistas, presentes em suas vidas e que podem ser percebidas em alguns momentos também nas obras *Macunaíma* (1969) e *Abolição* (1988), e provavelmente o diretor Lázaro Ramos incentivou que os atores falassem de coisas reais, situações que eles e elas já ouviram/sentiram em suas vidas.

O momento impactante em que André e Santiago são mortos pelos 'rivais de sua raça', destaca a visão de Lázaro, bem construída e informada, obra de anos de luta e espaço conquistado por lideranças, que permitiram o acesso à educação das crianças e jovens negros, de modo a compreenderem que o Estado brasileiro tem incentivado a violência entre negros e brancos há décadas no Brasil - isso antes do

fim da escravidão, destacando que essa rivalidade permite ao Estado manter suas práticas preconceituosas, racistas e corruptas e portanto, o diretor tende a demonstrar que enquanto ocupados nesses enfrentamentos absurdos, as coisas continuam iguais.

Para finalizar, o diretor traz Antônio para encerrar a mensagem que o diretor esperava passar para seus espectadores: o Brasil de fora da tela. Após o retorno de Capitu, Antônio deixa o apartamento e é recepcionado pelo ministro da devolução e é confundido com André, então indignado com o descaso do Estado ele acaba se revoltando, sendo o clímax de toda a situação, o personagem então dá um soco no ministro.

O filme é repleto de boas atuações. Especialmente seu Jorge tem uma presença física forte que pulsa vida e espontaneidade. Já Alfred Enoch faz uma transformação crível de advogado honesto em rebelde desesperado", World Socialist Website. (REDAÇÃO O GLOBO, 2021)

O diretor demonstrou que a força deve ser aplicada contra as políticas de desqualificação e não contra a população negra ou branca, tudo isso por meio de uma resistência inteligente: o conhecimento, da história, das lutas e das leis, não apenas o artigo 150, mas aqui destaca-se especialmente a lei federal 10.639/2003 e os usos que ela pode ter para o Brasil do futuro, e um desses possíveis usos leva a seguir as últimas orientações antes do clímax.

4 ATO TRÊS: O CINEMA NACIONAL VAI AS AULAS DE HISTÓRIA.

Considerando que o clímax de um filme por definição cinematográfica é o ponto chave, ponto alto antes do desfecho, construiu-se no roteiro desse trabalho os atos iniciais de uma narrativa que prepara para esse momento, inseriu-se os elementos e apresentou-se os personagens envolvidos, para chegar a esse momento, o mais esperado dos espectadores: o manual, ou seja, o clímax, que por fim direcionará ao ato final, as considerações finais.

Conforme já apresentado, o objetivo principal foi a elaboração de um manual que venha a nortear os trabalhos em torno da lei federal 10.639/2003 por meio das determinações da lei federal 13.006/2014, ou seja, um material didático que possa contribuir com as discussões em torno da cultura afro-brasileira nas salas de aula, a partir de três filmes nacionais, o que normalmente é ignorado pelos grandes fornecedores de material didático, que tem apenas se preocupado em citar culturas e a escravidão, de modo a cumprir a lei.

É importante informar que para melhor conduzir a confecção do material, foram tomadas como base norteadora as competências que o Ministério da Educação (MEC) coloca como fundamentais na disciplina de História para os anos finais do ensino fundamental, são elas:

Quadro 2 – Competências da BNCC⁴⁸ para a Disciplina de História – Anos Finais

Ordem	Competência
1.	Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo.
2.	Compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das

⁴⁸ Presente nos endereço eletrônico a seguir, respectivamente para os anos finais do Ensino Fundamental e para os três anos do Ensino Médio. <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf>. Acesso em: 20/01/2024. <<https://www.alex.pro.br/BNCC%20Hist%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em: 22/03/2024.

	estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica.
3.	Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito.
4.	Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.
5.	Analisar e compreender o movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos, levando em conta o respeito e a solidariedade com as diferentes populações.
6.	Compreender e problematizar os conceitos e procedimentos norteadores da produção historiográfica.
7.	Produzir, avaliar e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de modo crítico, ético e responsável, compreendendo seus significados para os diferentes grupos ou estratos sociais.

Fonte: BNCC, MEC, 2018, p.42.

Já para o Ensino Médio, as competências são mais amplas, direcionadas para a área das ciências humanas e sociais aplicadas, sendo essas:

Quadro 3 – Competências da BNCC para a Disciplina de História – Ensino Médio

Ordem	Competência
1.	Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir de procedimentos epistemológicos e científicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.
2.	Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão dos processos sociais, políticos, econômicos e culturais geradores de conflito e negociação,

	desigualdade e igualdade, exclusão e inclusão e de situações que envolvam o exercício arbitrário do poder.
3.	Contextualizar, analisar e avaliar criticamente as relações das sociedades com a natureza e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de soluções que respeitem e promovam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global.
4.	Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades.
5.	Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.
6.	Participar, pessoal e coletivamente, do debate público de forma consciente e qualificada, respeitando diferentes posições, com vistas a possibilitar escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

Fonte: BNCC, MEC, 2018, p.558.

Defende-se que mesmo a BNCC não sendo consenso, é ela que possibilita incentivar o uso do manual proposto, já que o documento, pelo menos em parte, incentiva uma atitude historiadora⁴⁹, tanto docente quanto estudantil. Entretanto, esse material didático surgiu após considerar as competências, mas não na intenção de ser apenas uma ferramenta que possa colaborar para que o(a) docente atenda as habilidades da BNCC, mas mantendo-se fiel ao trabalho com as leis 10.639/2003 e 13.006/2014 nas aulas de história.

A intenção continua sendo a de auxiliar no preenchimento de uma **das principais lacunas** deixadas pela prática de desqualificação, ao longo dos séculos no ensino de história brasileira e que vai justamente de encontro com os objetivos da lei de Ensino da Cultura Afro-Brasileira, já que

⁴⁹ Conforme as ideias de Ana Maria Muad, citadas por RALEJO, A. S.; MELLO, R. A.; AMORIM, M. de O. **BNCC e Ensino de História: horizontes possíveis**. Educar em Revista, Curitiba, v.37, 2021.

“A efetivação da Lei 10.639/03 em sala de aula exige formar um novo perfil de professores e alunos a fim de que eles se apropriem de conhecimentos necessários para pensar, sentir e entender os(as) negros(as) em diversos contextos e dinâmicas sociais”. (BIROS, 2018, p. 227).

Ressalta-se que o material a seguir tem como foco o uso das fontes fílmicas em sala, esperando contribuir para a discussão em torno de questões raciais e pertinentes a sociedade brasileira, colocando os alunos em contato com produções que muitas vezes desconhecem e esperando que esses possam encontrar nos filmes semelhanças com seu cotidiano, assim como Lázaro Ramos ao assistir filme de Zóximo Bulbul, e consigam compreender a discussão social que um simples filme pode trazer, ou seja, o trabalho a partir do material proposto fugirá da ilustração e tomará trechos das películas como fontes de trabalho em sala.

Mas claro que por esse material necessita de amparo legal (trazido pelas leis) e de tempo para sua utilização, pensando em contribuir também para esse ponte, mesmo que brevemente, o manual também trará uma breve ficha técnica sobre cada diretor e seu contexto social, resumindo os temas abordados no ato anterior, facilitando o preparo de seu uso em sala e trazendo em cada proposta as habilidades que cada trecho permite trabalhar dentro da Base Nacional Comum Curricular (BNCC),

Trata-se de uma norma obrigatória aos Sistemas de Ensino em diferentes instâncias federativas e todas as instituições e redes escolares da Educação Básica. Tem, portanto, abrangência nacional e abrange rede pública e privada de educação. Normatiza, por sua vez, a parte comum do currículo. (GOES, 2018, p. 139).

Assim, mesmo que a BNCC não seja um documento perfeito que atenda todas as expectativas, especialmente dos grupos marginalizados, e traga consigo uma gama de opiniões divergentes, é o que atualmente rege a legislação educacional brasileira, e apesar de suas ausências e permanências, os conteúdos abordados dentro das aulas de “História poderão ser melhor sistematizados, fundamentados e analisados ao trabalharmos a partir da atitude historiadora, contribuindo com possibilidades de construção de leituras de mundo” (por RALEJO; MELLO; AMORIM, 2021, p. 15).

A seguir neste ato de clímax há o produto didático finalizado, um manual que é composto por cinco momentos: o primeiro visa instruir para o uso do material, norteando sua utilização, os três momentos subsequentes são dedicados ao trabalho em torno de cada produção com a sugestão de uma ou mais atividades, baseadas

nas habilidades da BNCC e por fim, a listagem das habilidades da BNCC possíveis de serem trabalhadas.

Reafirma-se que o objetivo então não é apenas o de facilitar o planejamento ou o desenvolvimento das habilidades da BNCC nas aulas de história, mas sim permitir que professores e estudantes possam ir além da ilustração com filmes, partindo para a análise de fontes e na busca de uma educação de liberdade, iniciada com uma atitude historiadora e que permita a todos o desenvolvimento de uma noção da sua própria história, das práticas até então utilizadas no Brasil e portanto, reconheçam o cinema como elemento que pode contribuir ou resistir a essas práticas. Mas como funcionará esse manual?

4.1 ORIENTAÇÕES SOBRE OS RECORTES

O manual foi pensado para motivar o trabalho docente e portanto, necessita de fácil manuseio, assim, seguem orientações de como ele pode ser utilizado, a partir das etapas de seu conteúdo base; a ideia é que o manual e as sugestões a seguir possam servir também para que os docentes desenvolvam a suas próprias propostas de fontes a utilizar, portanto, a você docente esse manual parte da premissa de lhe ser uma sugestão: **leia-o, utilize-o, aproprie-se dele e adapte-o à sua realidade, inclusive alterando as fontes se julgar necessário, pois, essas fontes são importantes para minha história e realidade, mas outras talvez sejam as suas, entretanto mantenha como foco a educação que liberte, através da lei federal 10.639/2003.**

Após a produção desse trabalho e refeita a análise de cada fonte, foi possível organizar um produto didático que traz para cada fonte um momento, contendo uma síntese das informações até aqui produzidas e trabalhadas, a pesquisa ampla e todo o debate envolto contribuiu para a confecção de um manual que como dito anteriormente, de maneira simples permita ao docente o acesso rápido: a trechos importantes das obras, informações sobre seus diretores, o contexto social e alguns materiais extras.

Detalhe interessante é que como o manual foi pensado para formato impresso e/ou e-book os conteúdos digitais externos como: trailers, acesso as fontes e materiais extras estarão disponíveis dentro do material com dois formatos de

acesso: um link funcional e um *QR-Code*, deste modo o professor terá facilidade de acesso tanto por computadores quanto por *tablets* e/ou *smartphones*. Além disso, pensando em tornar o uso mais intuitivo as seções do material foram pensadas para serem simples, ainda para evitar quaisquer dificuldades, cada um dos itens de seção que compõe o manual está explicado abaixo:

- a) **Descrição:** apresentando um resumo detalhado da cena selecionada, para nortear o docente em sua projeção, bem como no planejamento de suas aulas.
- b) **Importância e posição na história:** acompanhando a descrição, esse elemento irá destacar o início e o fim da cena selecionada para o trabalho proposto. Informando o minuto em que se inicia, descrevendo-se a importância do trecho para o enredo da produção e o momento em que se finaliza.
- c) **Aspectos:** serão destacados os aspectos sociais que podem ser trabalhados a partir do trecho selecionado, e como esses podem contribuir para a discussão/reflexão sobre o tema abordado.
- d) **BNCC e Anos de Ensino:** composto pelos códigos das habilidades e descritivo de cada uma delas, esse elemento apresentará os anos de ensino que podem ter o filme selecionado utilizado para o trabalho, isso por meio dos códigos e descritivos apresentados para cada filme, é possível verificar os conteúdos programáticos da BNCC que podem ser abordados a partir de cada fonte fílmica, caberá ao docente selecionar o(s) trecho(s) adequados para sua proposta de aula, de acordo com códigos e habilidades da BNCC presentes no documento elaborado pelo Ministério da Educação⁵⁰, optamos por usar a cor azul para as habilidades referentes os anos finais do ensino fundamental e a cor vermelha para as habilidades direcionadas as três séries do ensino médio.
- e) **Proposta(s) de Atividade(s):** sugestão de uma ou mais atividades, que norteiem as aulas, apresentando-se os objetivos das mesmas e o método de realização.
- f) **Extras:** Seção que trará outras informações pertinentes aos temas, bem como a sugestão de outros materiais.

Ao iniciar a leitura do manual o docente encontrará as seções descritas anteriormente ao longo do produto. Após a abertura será possível se localizar por meio de um breve sumário, seguido das orientações iniciais (uma síntese do exposto nesse

⁵⁰ Vide: <<https://www.alex.pro.br/BNCC%20Hist%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em 21/05/2024

trabalho) e depois foi pensado um momento para cada obra, cada um deles dividido em três etapas:

Apresentação: uma breve exposição da obra, contendo informações importantes para sua escolha ou não como: classificação indicativa, gênero, orientações sobre o filme e suas possibilidades, seu cartaz de lançamento, o trailer, a disponibilidade de acesso ou aquisição, a sinopse, a direção, o contexto de produção e a sugestão de pelo menos três materiais extras que podem auxiliar o docente em seu planejamento.

Em Cartaz: cada obra teve selecionados pelo menos quatro momentos que possam ser abordados em sala, cada um contendo uma pequena sinopse, o momento em que se inicia e se encerra, uma sugestão de uso que contará com elementos importantes a serem trabalhados e que permitirão a seleção ou não do trecho pelo docente, isso é importante, uma vez que devido a palavreados e cenas explícitas, alguns dos trechos podem ser inadequados para o uso em determinadas turmas de ensino, além disso, a sugestão também trará para o professor o que pode ser abordado com aquele momento, a forma como ele poderia ser utilizado e os códigos das habilidades da BNCC abordáveis.

Trabalho com a Fonte: Uma atividade reflexiva a ser aplicada ao final de cada obra, com a intenção de permitir ao docente verificar as possíveis alterações de percepção dos alunos sobre o contexto, as habilidades desenvolvidas e essencialmente a efetivação das leis federais 10.639/2003 e 13.006/2014 dentro das suas aulas, é importante salientar que a realização, substituição ou adaptação da atividade será de critério do docente, que deverá verificar as possibilidades dentro de sua realidade, seu planejamento e seus objetivos.

Por fim, frisa-se novamente que o manual objetiva ser mais uma forma de resistência as políticas de desqualificação, que historicamente fizeram parte da educação brasileira, se espera que com o trabalho das leis federais 10.639/2003 e 13.006/2014 pelas fontes selecionadas, os envolvidos possam, além de questionar as práticas racistas, contribuir para a superação dos elementos que tornam o Brasil desigual. Agora finalmente, o **clímax**.

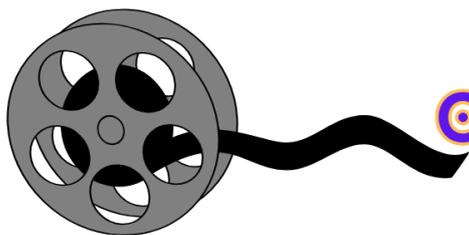
4.2 CAPA E ORIENTAÇÕES GERAIS



SUMÁRIO

Orientações iniciais	P. 2
Macunaíma	P. 3
Em cartaz	P. 5
Trabalhando com a fonte	P. 6
Abolição	P. 7
Em cartaz	P. 9
Trabalhando com a fonte	P. 11
Medida Provisória	P. 12
Em cartaz	P. 14
Trabalhando com a fonte	P. 16
Habilidades da BNCC	P. 18





ORIENTAÇÕES INICIAIS

Pensando em otimizar o tempo de estudo e preparo para os docentes que acessam a esse material, foi pensado para cada fonte fílmica uma apresentação que facilite a compreensão do contexto social e de direção, bem como as discussões possíveis, entretanto, é de extrema importância que os docentes assistam os trechos selecionados antes de cada uso, isso para que compreendam melhor a proposta de trabalho, conhecendo o trecho e evitando “surpresas” em meio a suas aulas.

Boa leitura e bom proveito!

#1 Ficha Técnica

Apresentação dos dados básicos da produção, para facilitar que o docente encontre a produção e/ou os trechos propostos. Essa ficha é composta por: título, ano de produção/lançamento, direção, duração, classificação indicativa, gênero.

#2 Disponibilidade

Links digitais e/ou QR-codes com a disponibilidade da produção, sugerindo sua disponibilidade para o uso.

#3 Sinopse

Uma breve sinopse “direcionada”, destacando-se brevemente o contexto geral da produção, a ideia é facilitar o uso e/ou a seleção de cada obra, aqui considerou-se a necessidade dos docentes em aproveitar o tempo de preparo de aulas, destacando brevemente o enredo que cada filme traz

#4 Direção

Um resumo sobre a história do diretor responsável pela obra, facilitando assim a opção pelo uso ou não da produção, dentro do planejamento e da discussão que o docente espera realizar com seus estudantes.

#5 Contexto Social

Uma rápida recapitulação do contexto de produção da obra, considerando-se que na maioria das vezes os docentes não dispõem de tempo para reler na íntegra o trabalho acadêmico que foi a base da produção deste material.

#6 Materiais extras

Livros, teses, links, biografias e outros materiais que possam contribuir para o planejamento do trabalho docente.



4.3 MACUNAÍMA (1969)

MACUNAÍMA

Joaquim Pedro de Andrade

Lançado em 1969, o filme conta com a direção de Joaquim Pedro de Andrade, com duração de 108 minutos (1h48min), tem classificação indicativa de 12 anos e é considerado do gênero **comédia**, entretanto não recomenda-se sua projeção completa, uma vez que contém nudez, violência e linguagem imprópria, o que pode tornar alguns trechos problemáticos em certas situações, assim visando que o(a) professor(a) evite atritos com alunos, familiares e ou coordenações/direções, sugere-se que o(a) docente assista previamente o filme. No material não foram sugeridas partes que possam causar desconforto, entretanto, reforça-se que os trechos sejam assistidos previamente e se verifique seu uso, de acordo com cada realidade escolar.



POSTER ORIGINAL DE LANÇAMENTO



TRAILER ORIGINAL, DÍSPONÍVEL NO YOUTUBE



FILME COMPLETO, NA PLATAFORMA GLOBOPLAY



LOJA PARA AQUISIÇÃO FÍSICA

Sinopse

O filme baseado na obra de Mario de Andrade apresenta uma visão atualizada do anti-herói Macunaíma, refletindo sobre o mito do herói brasileiro diante da miséria. Macunaíma enfrenta desafios após se tornar adulto, lidando com a perda da família, conflitos sociais e amorosos, e busca uma vida melhor através de aventuras, mas acaba abandonado e morto pela lara.



O Diretor

Joaquim Pedro de Andrade, influenciado por Manuel Bandeira, trocou a física pelo cinema. Adaptou obras literárias, dirigiu documentários e estudou cinema na Europa. Mesmo preso durante a ditadura, concluiu a adaptação e direção de Macunaíma (1969), filme pelo qual recebeu sua primeira grande premiação no Festival de cinema de Brasília, em 1969. Faleceu antes de concluir sua própria adaptação de Casa Grande & Senzala.

Contexto da época

Enquanto a obra original de Mário de Andrade lidou com um contexto modernista do Brasil em meio aos anos 1920, a obra cinematográfica de Joaquim de Andrade faz uma releitura sobre o Brasil dos anos 1960.

O Brasil passava pela turbulência dos anos de chumbo, o próprio diretor havia sido preso - mesmo após seu sucesso na direção da biografia de Garrincha, ou seja, aquele era um período de repressão e censura. E isso demonstra a coragem de Joaquim ao realizar o lançamento em 1969.

EXTRAS



[Artigo produzido sobre Macunaíma e racismo, de autoria de Letícia Santos.](#)



[Porquê ler Macunaíma?](#)



[Doc. TV Brasil: Joaquim Pedro de Andrade](#)



**Início: 25min40s / Final: 27min00s**

“Macunaíma, os irmãos e a cunhada estão indo para a cidade após perderem a mãe que era a ‘provedora dos alimentos’, em meio ao sertão encontram uma fonte, ali, Macunaíma se banha e se transforma em um homem branco e logo depois exclama: ‘Olha’ fiquei lindo!’, os irmãos tentam banhar-se também, mas não conseguem”.

(EF08H119), (EF08H120), (EF09H103), (EF09H108), (EF09H117), (EM13CHS101), (EM13CHS103), (EM13CHS401), (EM13CHS502)**Sugestão**

A cena em si é muito fiel a original escrita por Mário de Andrade, e tem uma importância para os trabalhos propostos pelos trechos a seguir, uma vez que logo que se banha e torna-se branco, Macunaíma, pouco a pouco, passa a comportar-se de maneira menos preocupada com os irmãos, em determinados momentos usando-os e até abandonando-os à própria sorte.

O trecho serve como base para **uma discussão sobre a posição do negro na sociedade brasileira**, uma vez que, em meio aos processos históricos de desqualificação, muitos tentaram/tentam ou na maioria das vezes vêm-se forçados a se “adaptarem”, ao meio dos brancos buscando por aceitação.

Também pode-se discutir questões como: uso do tom da pele, tipo de cabelo e a noção do “lindo e feio” para desqualificar, por meio das imposições feitas pela sociedade brasileira ao longo dos anos.

Início: 1h01min56s / Final: 1h04min40s

“Insatisfeito com a perda da pedra muiiraquitã, o protagonista decide recorrer a ‘forças sobrenaturais’ na esperança de ao menos se vingar e quem sabe encontrar um meio de vencer seu novo antagonista, para tal visita um ‘terreiro”.

**Sugestão**(EF08H114), (EF08H119), (EF08H120), (EF08H127), (EF09H126), (EM13CHS101), (EM13CHS204), (EM13CHS501), (EM13CHS502), (EM13CHS503)

As cenas desse trecho permitem uma reflexão sobre os **preconceitos estabelecidos sobre as religiões de matriz africana**, taxadas como algo exótico e voltadas para “fazer o mal”, deste modo a cena em si pode ser apontada como uma crítica, mas também pode ser usada para uma discussão sobre como essa acaba por reforçar o estereótipo de que ir ao “centro de macumba”, ou ao “terreiro”, é uma forma de “usar o sobrenatural” para “forçar” os outros a aceitarem as vontades do praticante.

**Início: 1h04min50s / Final: 1h06min49s**

“Os irmãos estão em uma caminhada pela ‘cidade grande’, quando se deparam com uma dupla de homens defendendo ‘o conservadorismo’ e apontando que as causas para os problemas do Brasil são as ‘ideologias exóticas’ e o ateísmo. Macunaíma e os irmãos sobem para se contrapor e o protagonista se dirige a um opositor como o ‘mulato’, sendo repreendido pelo irmão”.

(EF08H119), (EF08H120), (EF09H103), (EF09H104), (EF09H109), (EM13CHS401), (EM13CHS501), (EM13CHS503), (EM13CHS605)**Sugestão**

Podendo ser trabalhado ao lado do trecho 1 ou individualmente, esse trecho permite compreender como a sociedade brasileira conduz o negro a cultura da desqualificação, fazendo com que se normalize o cotidiano do racismo, em que “negar a própria negritude acaba por configurar-se numa estratégia de sobrevivência” (SANTOS (org.), 2019, p.34), esse trecho permite debates em torno da **meritocracia**, **“branqueamento” e desqualificação**, que devem ser **constratados a atuação de personagens históricos negros**.

Infício: 1h07min52s / Final: 1h11min20s



“Macunaíma está em fuga da multidão da praça e é abordado por um cidadão que o ‘prende por comportamento subversivo’, durante o desenvolvimento da cena ele convence a todos que estava em busca de uma cutia que escapou, ao ser questionado sobre atrapalhar o trabalho dos outros e ser ‘condenado’ ao linchamento, acaba entregando os irmãos, os homens da multidão então o deixam fugir e decidem punir o ‘velho’ e o ‘negro’. Mais tarde, a mulher que está tratando do protagonista diz que ele deveria ouvi-la e deixar de andar com os irmãos, que chegam debatendo sobre o preconceito vivido”.

Sugestão (EF08HI20), (EF08HI27), (EF09HI03), (EF09HI26), (EM13CHS502), (EM13CHS503), (EM13CHS603), (EM13CHS602).

A cena completa traz uma importante reflexão sobre **o racismo vivido pelo irmão de Macunaíma**, que a todo momento é deixado de lado pelo protagonista e que foi responsabilizado pela malandragem do irmão mais novo e “branco”, que pôde sumir tranquilamente da cena.

É interessante que o **docente separe a cena em duas partes**, parando-a após a saída tranquila do protagonista, enquanto seus irmãos são presos, é importante questionar os alunos sobre terem visto o racismo ou não, depois é possível mostrar a cena até a discussão dos irmãos, que após ter sido apresentada levará os estudantes a refletir - a partir do diálogo - como o racismo pode nos passar despercebido e partir até mesmo de familiares.

TRABALHANDO COM A FONTE

(EF08HI19), (EF08HI20), (EF09HI03), (EF09HI08), (EF09HI09), (EF09HI26), (EF09HI19), (EF09HI20), (EM13CHS101), (EM13CHS103), (EM13CHS403), (EM13CHS404), (EM13CHS601).

1. Para o trabalho com essa fonte, é importante que o docente introduza o tema e o contexto previamente, é interessante orientar os alunos sobre a época de produção e sobre o contexto da obra literária que baseia o filme, no entanto, sem se aprofundar na história.
2. Depois, os alunos podem ser orientados a **anotar suas percepções sobre os trechos individualmente no caderno**, ao final de cada trecho o(a) professor(a) deverá indagar-lhes sobre o que perceberam inicialmente, muitos podem não ver as marcas do racismo e podem dizer que não há nada demais.
3. Então o docente pode explicar-lhes o que está se passando em cada cena, depois, se possível, passar o trecho novamente de modo aos alunos perceberem.
4. É interessante reservar um tempo para orientar os estudantes sobre o contexto de produção da obra cinematográfica, e brevemente a vida/carreira do diretor, de modo que percebam as influências sobre o filme e as críticas existentes em cada cena.
5. Depois os estudantes podem produzir **um cartaz ou roteiro cinematográfico** atualizado da obra como se fosse uma releitura de Macunaíma na atualidade.

Extra: Também podem ser elaboradas atividades a partir dessa fonte que permitam abordar os abusos da Ditadura Militar Brasileira (1964-1985).

4.4 ABOLIÇÃO (1988)

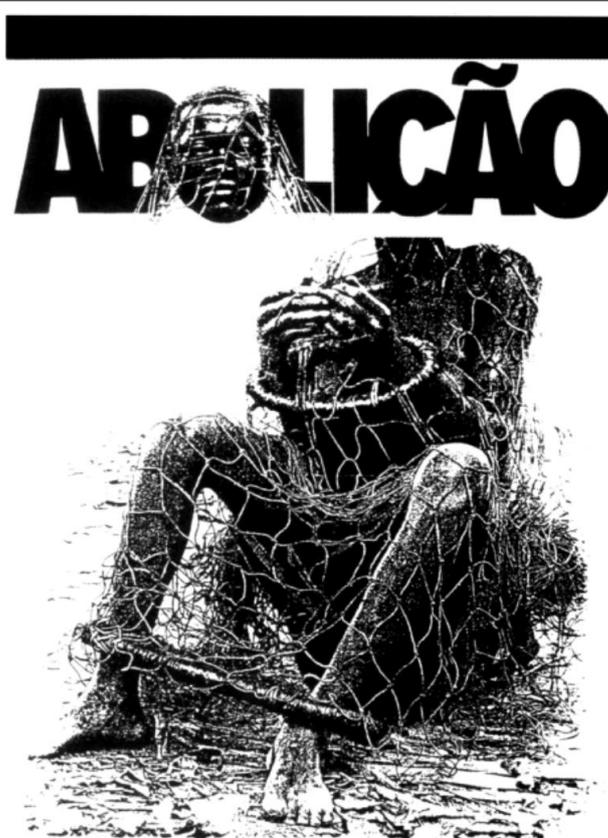
ABOLIÇÃO

Zózimo
Bulbul

FILME COMPLETO



POSTER ORIGINAL DE
LANÇAMENTO



LOJA PARA AQUISIÇÃO FÍSICA

Sob direção de Zózimo Bulbul, o filme **documentário** foi lançado no ano do centenário da abolição e faz um paralelo entre as condições do negro na sociedade brasileira, 100 anos após o 13 de maio de 1888. Com duração de 149 minutos (2h29min), classificação indicativa livre e com distribuição da Embrafilme, apresenta um panorama extenso sobre a história do negro antes, durante e depois da escravidão, por isso incentiva-se que o docente assista o documentário na íntegra antes de trabalhar com o mesmo, visto que esse material aborda uma pequena parte de seu vasto e rico material, que teve produção e direção de uma lenda do cinema brasileiro.

Sinopse

O documentário "Abolição", dirigido por Zózimo Bulbul, critica o racismo estrutural no Brasil pós-abolição da escravatura. Discute a falta de políticas públicas para os libertos, a divisão social entre letrados e explorados, e a contínua marginalização dos negros no Brasil. O filme aborda a história do país de 1888 a 1988, destacando a discriminação racial e a luta por igualdade. Zózimo Bulbul - renomado diretor afrodescendente, busca dar voz à comunidade negra e combater estereótipos na mídia.



Zózimo Bulbul, ator dos anos 1960, tornou-se diretor para dar voz aos negros no Brasil, produzindo curtas premiados como: Cinco Vezes Favela e Ganga Zumba, sempre com um olhar crítico afrodescendente, culminando naquela que talvez seja sua obra-prima: o documentário "Abolição".

O Diretor

Contexto da época

Após 100 anos da abolição da escravatura e em um momento de transição democrática no Brasil, o documentário "Abolição" de Zózimo Bulbul é lançado durante os debates da Constituição "Cidadã" (1988) que tornou o racismo crime inafiançável e prometeu o fim das discriminações, nesse período o documentário acaba contribuindo para as reflexões sobre o passado, o presente e o futuro do país.

EXTRAS



[Artigo sobre o pós-Abolição de Ana Maria Rios e Hebe Maria Mattos](#)



[A carreira de Zózimo - Centro Afro Carioca](#)



[Documentário: Acervo de Zózimo Bulbul](#)

[Entrevistas de Zózimo a TV Brasil](#)





Início: 27min10s / Final: 30min06

“Um professor inicia explicando a forma como o negro foi jogado na sociedade brasileira, sem lugar definido e ‘substituído pelo imigrante’, ficando sem espaço social. Logo depois o neto da princesa Isabel (Pedro Gastão) a coloca como ‘salvadora’ do povo negro brasileiro, aquela que ‘sacrificou’ a monarquia pelo bem da raça que redimiu, ignorando que a abolição também foi um processo na busca pelo ‘branqueamento’.”

(EF08HI06), (EF08HI14), (EF08HI18), (EF08HI19), (EF08HI22), (EF09HI03), (EF09HI08), (EM13CHS101), (EM13CHS103), (EM13CHS401), (EM13CHS503), (EM13CHS602), (EM13CHS603)

Sugestão



As cenas permitem ao docente trabalhar as contradições existentes entre a visão de benevolência passada pelos positivistas/monarquistas diante da realidade vivida pelos negros, também permitem que os alunos questionem a forma como a história foi escrita ao longo dos anos, pelos grupos dominantes, que ignoravam a realidade, passando mensagens de benevolência.

O professor pode conduzir a partir dos trechos, a reflexão de que por anos, ignorou-se o trabalho de personagens como André Rebouças, que aliado a outras figuras abolicionistas importantes, estava pressionando a monarquia e as elites cafeiras pelo fim da escravidão, também é interessante elencar como a vitória do Brasil na Guerra do Paraguai deu-se pela expressiva participação dos soldados negros, que lutavam essencialmente pela alforria.

Ou seja, **não foi uma benevolência sem motivos, foi um ato conquistado**, mas que sofreu com a influência de outros e talvez mais importantes personagens negros que foram então “apagados” pela assinatura de Isabel. Para concluir a reflexão, pode-se continuar o documentário do 30min18s ao 31min54s.

Início: 2h06min52s / Final: 2h09min25s



“Figuras políticas do Brasil em 1988 apontam para a importância da reflexão sobre o destino dos negros, o destino que foi traçado e as possibilidades diante da discriminação, e explicam que a reflexão pode ajudar na construção de um destino diferente, mas para tal, quais os caminhos? Um dos depoimentos destaca que a oportunidade de se ser um embaixador na África, com conhecimento e proximidade no continente africano, faz com que o negro ‘quase esbranquiçado’ aprenda o real significado de ser negro e suas lutas políticas”.

Sugestão (EF07HI10), (EF07HI16), (EF08HI12), (EF08HI19), (EF08HI20), (EF08HI27), (EF09HI08), (EM13CHS101), (EM13CHS103), (EM13CHS401), (EM13CHS601)

Mais do que uma atividade sobre o racismo, essa cena com um negro questionando e o outro afirmando que o caminho é o autorreconhecimento, a experiência e a valorização têm uma importância para o trabalho docente a partir da 10.639/2003, pois apresenta a importância da educação afro-brasileira, para que ao reconhecer-se o valor da África, **os alunos possam deixar de aceitar a desqualificação e a adaptação à cultura de branqueamento**, a que estamos expostos desde o período colonial.

O professor pode projetar esses dois trechos antes de diversos conteúdos sobre a cultura ou acontecimentos históricos na África, de modo a quebrar o questionamento “por que preciso aprender isso?” e com a intenção de ter-se uma maior atenção e valorização dos estudantes para com temas que saiam do eixo europeu/estadunidense, uma vez que conteúdos afro são tão ou mais importantes para a construção da identidade do povo brasileiro.



Início: 1h26min01s / Final: 1h29min52s

“Três atletas descrevem os desafios para o negro no mundo do esporte, os abandonos, as discriminações e o racismo escancarado, mesmo diante das vitórias e das conquistas em nome do Brasil”.

(EF09HI04), (EF09HI08), (EF09HI09), (EF09HI23), (EF09HI24), (EM13CH5502), (EM13CH5503), (EM13CH5601).

Sugestão

O docente pode optar por passar os três depoimentos juntos ou separados, é importante, no entanto, que **solicite a turma que se atente as falas ainda de 1988 e notem as que ainda permanecem no Brasil atual**, que notem as diferenças e semelhanças entre os atletas de antes, de hoje ou dos próprios alunos em seu cotidiano, notando-se que os atletas estão tão expostos aos preconceitos e ao racismo quanto qualquer brasileiro.

É importante que o professor direcione para **a reflexão sobre a importância dos estudos do segundo depoimento**, questionando aos alunos a diferença no meio esportivo antes, durante e depois de uma carreira de sucesso ou não, até para que se saiba como reagir diante de discriminações ou tenha-se uma opção em caso de uma carreira interrompida cedo demais.

Início: 39min07s / Final: 41min35s

“Por meio de duas entrevistas, uma com um historiador e outra com a filha de João Cândido, o diretor Zózimo busca provocar a reflexão sobre como as personalidades negras do Brasil, são ‘esquecidas’ independentemente de sua importância para mudanças antes impensadas, como o fim dos castigos corporais na marinha do Brasil”.



Sugestão

(EF09HI01), (EF09HI03), (EF09HI08), (EF09HI09), (EF09HI17), (EF09HI25), (EF09HI26), (EM13CH5101), (EM13CH5204), (EM13CH5401), (EM13CH5501), (EM13CH5603).

Dividida em **três momentos**, a cena permite trazer a reflexão dos alunos como a República brasileira tem tratado de maneira diferente ao longo de seus poucos mais de 100 anos, os personalidade nacionais por conta da cor de suas peles. Inicialmente o professor pode instigar os alunos passando o testemunho do historiador e depois questionando-os como eles acreditam que foi o tratamento dado a João Cândido, após o fim da república do café.

Após as percepções iniciais dos alunos, continuar a projeção com o testemunho da filha do marinheiro e depois com as reflexões finais do historiador, destacando sua admiração e incentivando aos alunos a perceberem elementos que “valorizam” João Cândido ou outros personagens negros no Brasil contemporâneo.

Para melhor compreensão, o professor **pode** avançar para os 57min30s até os 59min34s, onde o diretor utiliza-se de um antigo líder da FNB para apontar que a luta não é a negação do 13 de maio - que é apenas uma data, **mas uma busca pela verdadeira abolição**, é interessante que o docente destaque os nomes das personalidades negras apresentados pelo entrevistado e questione os alunos se conheciam algum deles.

Uma outra fonte interessante que pode contribuir para essa discussão está presente na obra de Lázaro Ramos (Medida Provisória) a partir de 1h14min12s até 1h15min05s, onde os personagens apontam as falas de desqualificação e racistas que já receberam, essa cena é também importante, pelo fato de que está explícito que os atores expressaram sentimentos reais.

É interessante acompanhar também o trabalho da ONG Viven - [Aponte aqui.](#)



TRABALHANDO COM A FONTE

(EF07HI10), (EF08HI06), (EF08HI12), (EF08HI14),
(EF08HI19), (EF08HI20), (EF09HI03), (EF09HI04),
(EF09HI08), (EF09HI09), (EF09HI23), (EF09HI25),
(EM13CHS101), (EM13CHS103), (EM13CHS401),
(EM13CHS404), (EM13CHS501), (EM13CHS503),
(EM13CHS601), (EM13CHS605).

1. O trabalho com essa fonte é rico e de diversas possibilidades, por se tratar de um documentário com 2h29min, existem outros elementos que podem ser abordados como navios negreiros e o sequestro dos povos negros, varguismo, ditadura militar entre outros conteúdos. **Mas essencialmente, esse documentário é voltado para o debate sobre a escravidão, a abolição e quando virá a libertação?**
2. Por isso, em cada trecho o professor pode incutir nos alunos a reflexão, de que ao longo dos anos, o Estado Brasileiro tem oprimido e desqualificado a maior parte de sua população, ao ponto de que ela não se reconheça como negra e procure se “adequar” ao jeito “branco/europeu”.
3. Como dito, o professor pode usar os trechos para introduzir conteúdos, de modo a incutir nos alunos percepções, mas também é possível trabalhar por meio de debates sobre os trechos, pode fazer comparativos, incentivar maiores pesquisas para propor aos alunos a construção de **um mural**, onde apresentem:
 - a) as permanências e as mudanças do Brasil escravocrata até 13 de maio de 1888 e aquele surgido após a data;
 - b) que reflitam que a escravidão continua em outros aspectos e perseguições;
 - c) nesse mural os estudantes podem incluir os “**negros esquecidos pela história oficial do Brasil**”.

Balcão de extras



FEAMIG - Para inspirar



O que é racismo estrutural? Desenhando.



Personalidades negras do Brasil



20 de Novembro e não 13 de maio

4.5 MEDIDA PROVISÓRIA (2020)

MEDIDA PROVISÓRIA

L Á Z A R O R A M O S

Lázaro Ramos é o diretor responsável pela obra que ao longo dos seus 94 minutos (1h34min) apresenta uma reflexão contundente sobre o Brasil contemporâneo, por meio de uma **distopia** com classificação indicativa para 14 anos.

Ao longo desse **drama**, o diretor traça uma crítica envolvente onde expõe a violência e a perseguição ainda existentes no Brasil, contando com diversas cenas que se aproximam do cotidiano de exploração e perseguição - tão naturalizados na contemporaneidade, o diretor nos leva a refletir sobre os excessos diários e como esse poderiam levar a uma situação que inicialmente parece "coisa de cinema", mas ao desenrolar da trama somos levados a refletir sobre as possibilidades reais do racismo.

A produção trata de diversos problemas passados e atuais, trazendo importantes reflexões, sendo uma escolha interessante da atualidade para um diálogo com os trabalhos de Joaquim Andrade e Zózimo Bulbul.



POSTER ORIGINAL DE LANÇAMENTO



TRAILER ORIGINAL,
DÍSPONIVEL NO YOUTUBE



AQUISIÇÃO VIA GOOGLE PAY



PLATAFORMA GLOBOPLAY



Sinopse



O filme, adaptação da peça teatral de Aldri Anunciação, retrata um Brasil distópico no qual um governo racista procura deportar cidadãos negros para a África. A narrativa acompanha a resistência de Antônio e seu primo André contra as injustas deportações, com Antônio utilizando seu conhecimento jurídico para se proteger, enquanto espera sua esposa Capitu, que está desaparecida e - sem que o esposo saiba - abrigada em um "afrobunker". A antagonista é uma funcionária do governo, Isabel, que a todo custo tenta se livrar de Antônio, enquanto esse ganha destaque por seus atos pacifistas e de resistência civil.

O Diretor



Lázaro Ramos, renomado ator e diretor, inspirou-se na peça "Namíbia, Não!" para criar "Medida Provisória" em parceria com Aldri Anunciação, Lusa Silvestre e Elísio Lopes Jr. Defensor da cultura negra, sua carreira inclui atuação no Olodum, novelas, teatro e filmes, com destaque para sua indicação ao Emmy em 2007. Como diretor, recebeu prêmio de melhor roteiro no Indie Memphis Film Festival de 2020.

Contexto da época

A peça "Namíbia, Não!" lançada em 2011 retrata Antônio e André em um Brasil fictício de 2016, onde o governo decide enviar os negros de volta para a África como compensação pela escravidão, refletindo sobre os debates entorno da lei 12.711/2012. Já "Medida Provisória" é uma adaptação cinematográfica da peça, abordando o aumento da violência e dos assassinatos de cidadãos negros no Brasil a partir de 2018. O filme foi lançado com atraso devido à pandemia de COVID-19, em meio a disputas políticas e desqualificação de autoridades negras, impulsionadas pelo negacionismo e manipulação nas redes sociais.

EXTRAS



[Portal Voz das Comunidades sobre o filme](#)



[Discussão do Café História referente ao filme](#)



[Episódio do programa Espelho, apresentado por Lázaro Ramos em entrevista com Emicida](#)





Início: 05min30s / Final: 06min50s

“O advogado Antônio faz uma reflexão da importância do que iria ser feito, de como essa reparação poderia compensar de maneira simbólica todo o esforço não reconhecido dos negros para a construção do Brasil. A cena se encerra com o futuro ‘ministro da devolução’ expressando seu racismo”.

(EF07H116), (EF08H114), (EF08H119), (EF08H20), (EF09H109), (EF09H126), (EF09H136), (EM13CH5101), (EM13CH5204), (EM13CH5401), (EM13CH5502), (EM13CH5503)

Sugestão

A cena pode ser trabalhada isoladamente ou de maneira combinada com outras da própria película ou de outras obras. A intenção deve ser a de incutir nos estudantes a **reflexão sobre os impactos da escravidão**, é interessante que a mesma pode ser projetada antes de diversas discussões com turmas do sétimo ano à terceira série do ensino médio, uma vez que sua intenção é a de fomentar reflexão sem em nenhum momento apontar o racismo ou discriminação, apenas cita o peso de 400 anos de trabalho escravo.

A mesma também pode ser utilizada para demonstrar a importância do empoderamento negro, pois, o protagonista - ao ter acesso aos estudos - pode elaborar argumentos para denunciar as falhas do sistema, fazendo com que os racistas recuassem, entretanto, o protagonista fica atônito e sem reação diante das falas do político e suas justificativas absurdas sobre a “quebra do país”.

Associado a outra cena de 13min40s a 14min10s, que traz a chegada dos protagonistas a uma discussão dos moradores brancos de seu prédio, **sobre a campanha “Resgate-se Já” e inicia uma discussão sobre meritocracia**. O docente pode aproveitar a deixa para debater o conceito de meritocracia e complementar a discussão.

Início: 12min22s / Final: 13min21s

“Os protagonistas são apresentados à campanha, que é iniciada com um homem branco trajado de indígena defendendo que todos podem ser quem quiserem, podem ser livres, mas devem retornar. Por fim, o porteiro bate à porta com os panfletos que foi orientado a distribuir”.



Sugestão

(EF08H119), (EF08H20), (EF09H123), (EF09H124), (EF09H125), (EF09H126), (EM13CH5101), (EM13CH5601), (EM13CH5602), (EM13CH5603), (EM13CH5605)

A cena inicial da campanha por si só é um “mar de possibilidades” e permite a **reflexão sobre inúmeras campanhas de desqualificação dos negros de maneira velada**, e o docente pode trabalhar a partir desta ótica, debatendo sobre como essas campanhas são prejudiciais para a autovalorização dos povos negros, além de incentivar discursos de ódio, “disfarçados de preocupação” e mais tarde o racismo escancarado e sem pudor, pautado pela “liberdade de expressão”.

Para contribuir nas reflexões, pode-se utilizar outro trecho da película do 19min02s a 21min37s, ou as **matérias jornalísticas abaixo**.





Início: 26min01s / Final: 30min42s

“O primeiro momento da cena apresenta a votação extraordinária, trocando da campanha voluntária, para um processo de deportação dos cidadãos negros. Depois com Capitu indo trabalhar, é introduzido o trabalho de ‘seleção dos imigrantes’ voluntários com o preconceito de Isabel sendo estampado, depois ela recebe André que faz uma reflexão sobre pertencimento e liberdade, por fim, vem a medida provisória 1.888 e toda a encenação termina”.

(EF07H10), (EF08H06), (EF08H12), (EF08H14), (EF08H19), (EF08H22), (EF09H01), (EF09H03), (EF09H33), (EM13CHS401), (EM13CHS403), (EM13CHS502), (EM13CHS601), (EM13CHS603)

Sugestão

É possível trabalhar com essa cena para a introdução do descaso do Estado brasileiro com suas populações em diversos momentos históricos, apoiando-se nas “leis” para justificar o descaso e as perseguições, interessante que essa cena pode ser utilizada para reflexões, introdução, exemplificação para compreender desde a destruição dos Quilombos, o Assassinato de Zumbi dos Palmares, a proibição da Capoeira, até para os contextos atuais de atuação truculenta do Estado contra cidadãos brasileiros.

A cena também pode ser base para discussões sobre a **manipulação e a censura da mídia pelos governos do Brasil**, desde o período Colonial com a desqualificação dos personagens negros, sendo possível um link com o trecho 2 da fonte Abolição (1988) e bem como para tratar-se da manipulação do acesso à educação e sua importância para a continuidade do *status quo*, para tal é interessante a cena do 38min04s até o 38min50s.

Curiosidade: Também é possível utilizar a cena para introduzir a ascensão dos regimes nazifascistas e autoritários em diversas nações, bem como sua perseguição à opositores.

Início: 42min47s / Final: 46min14s

“A cena traz a vizinha de Antônio, André e Capitu indo ao posto informar sobre a resistência deles, depois eles têm seus telefones cortados e uma visita de Isabel, da vizinha e de Santiago, para incentivar que deixem o apartamento, acontece todo um diálogo onde os visitantes são acusados de racismo e defendem-se dizendo que não o são, que estão apenas fazendo o trabalho, o melhor para o Brasil. Isabel indaga sobre a médica e fica satisfeita em saber que ela não está, por fim, os protagonistas tem sua luz desligada”.



Sugestão (EF07H10), (EF08H06), (EF08H14), (EF08H19), (EF08H20), (EF08H22), (EF09H03), (EF09H04), (EF09H09), (EM13CHS204), (EM13CHS401), (EM13CHS501), (EM13CHS503), (EM13CHS601)

É possível uma discussão sobre **os mecanismo utilizados pelo Estado para forçar a “adequação” dos negros ao todo**, uma vez que essa é uma prática comum desde a construção das Senzalas, das leis anti-fuga, do uso da polícia para capturar escravizados fugitivos, passando pelas proibições da capoeira, do estruço, dos quilombos, as perseguições aos cabanos, aos marinheiros de João Cândido, a destruição dos cortiços, dentre outros momentos em que o Estado procurou reprimir as populações negras, sob a justificativa de que “era o melhor para o país”, lembrando que esses são apenas alguns dos conteúdos em que essa cena pode servir como introdução ou reflexão final.



Início: 53min22s / Final: 57min20s

“No único momento em que André e Antônio saem do apartamento em busca de notícias de Capitu, acabam encontrando um homem que quer ‘contribuir’ para o bem da nação, conseguem prendê-lo e Antônio se recusa a matar, enquanto o primo lhe grava. Eles voltam para casa, a cena mostra brevemente a organização do Afrobunker, com o incentivo para que um jovem largue uma arma e pegue um livro, enquanto Isabel acompanha a chegada das delegações em Angola e o ministro manda deixar os que se apegam ao Art. 150 morrerem. Por fim, a Inspetora assiste o vídeo viral de André”.

Sugestão (EF08HI06), (EF08HI14), (EF08HI20), (EF09HI03), (EF09HI09), (EF09HI23), (EF09HI26), (EF09HI33), (EF09HI36), (EM13CHS204), (EM13CHS403), (EM13CHS404), (EM13CHS501), (EM13CHS502), (EM13CHS503), (EM13CHS605).

Essa cena pode ser utilizada tanto para **introdução** como em meio a conteúdos como **direitos civis dos negros, conquistas e espaços dos negros no Brasil, Constituinte de 1988**, inclusive com um link ao lado de trechos das fontes Macunaíma (1969) e Abolição (1988).

Podendo servir de base para uma **reflexão sobre como a resistência e a resiliência** dos negros no Brasil tem sido alvo de críticas, com acusações e preconceitos contra as favelas, aos sujeitos negros e aos encarcerados, quando na verdade o Estado ao longo dos anos demorou a elaborar e aplicar políticas públicas que previnam ou coíbam o racismo, sem nem mesmo punir adequadamente tal prática, deixando o cidadão negro “morrer apegado a lei”.

É possível também uma discussão sobre as possibilidades de uso e a importância que as redes sociais vem demonstrando no registro dos crescentes casos de racismo no país.

Início: 1h23min40s / Final: 1h29min30s

“A cena se inicia com um discurso de Antônio, ainda abalado pela perda de seu primo, dizendo que irá resistir, enquanto os repórteres noticiam que ele pode ser o último negro do Brasil. No desenrolar da cena, o protagonista atira uma cadeira e a inspetora Isabel quer usar de violência, mas o ministro Lobato, incentiva que aguardem, que esperem ele desistir, isso especialmente após a chegada de Capitu, pois, ele quer passar uma boa impressão, uma ideia de sucesso e violência não a trará. A cena se encerra com o ministro trocando o nome de Antônio e o chamando de André, então recebendo um soco do protagonista”.



Sugestão (EF08HI20), (EF09HI08), (EF09HI09), (EF09HI20), (EF09HI23), (EF09HI25), (EF09HI26), (EF09HI36), (EM13CHS401), (EM13CHS501), (EM13CHS502), (EM13CHS503), (EM13CHS601), (EM13CHS603), (EM13CHS605).

Essa cena, **permite retratar e introduzir os momentos em que a população negra se revoltou contra o descaso do Estado**, como as formas de resistência à escravidão, o abolicionismo e as diversas revoltas, com destaque as personalidades negras.

Assim como pode propiciar a reflexão sobre como os líderes foram perseguidos e até “apagados”, mesmo diante de suas mortes ainda ocorrendo a desqualificação desses personagens na história brasileira, isso através de mecanismos de manipulação e criação de narrativas desqualificantes, é interessante elencar esse trecho com os usados em **Abolição**, fortalecendo a proposta de atividade do **mural de personalidades** e com a aprovação da lei 10.639/2003 que tem incentivado a valorização da cultura afro brasileira, apesar do crescimento de novos movimentos que pregam pela manutenção do *status quo*.

TRABALHANDO COM A FONTE

Cena 1 – Início: 1h07min40s / Final: 1h09min10s

“André e Antônio começam a passar dificuldade pela falta de água. Enquanto pensa em fugir, André começa a debater se vale a pena toda aquela luta, pensa em ‘tirar sua melanina’, quando a janela quebra e eles são informados que tem apoio”.

Cena 2 – Início: 1h12min08s / Final: 1h14min00s

“André não resiste diante de tanto sofrimento e pressão, ele ‘tira sua melanina’ e vai até a casa da vizinha, onde rouba comida, água e decide tomar banho”.

Cena 3 – Início: 1h17min35s / Final: 1h22min26s

“No condomínio, André é pego no apartamento da vizinha, enquanto no Afrobunker Santiago - que havia desistido do seu trabalho - é pego pelos refugiados negros, ambas as situações saem do controle, a violência explode e ambos morrem”.



(EF08HI06), (EF08HI14), (EF08HI19), (EF08HI20), (EF09HI04), (EF09HI08), (EF09HI23), (EF09HI26)

Sugestão 1

(EM13CH5103), (EM13CH5204), (EM13CH5403), (EM13CH5501), (EM13CH5502), (EM13CH5503), (EM13CH5601), (EM13CH5602), (EM13CH5605)

1. Trabalhar com essas cenas deve ser feito de **maneira pausada e reflexiva**, uma vez que remete a uma das principais consequências da escravidão, do racismo e do preconceito em nossa nação, **a violência contra inocentes, o preconceito diário que cansa, que desqualifica, que irrita e que causa tensão**.
2. O docente pode passar a primeira cena, encerrando-a com o cartaz de Sara e questionando aos alunos, **o que fariam no lugar de André e Antônio**, é importante contextualizar para os estudantes todo o sofrimento dos personagens, mas também incentivar que se coloquem no lugar deles com o sofrimento diário, com os desafios do cotidiano que todos vivem.
3. Após as falas dos alunos continuar para a segunda cena, onde André não resiste, pedir que apontem as motivações e só depois “o julguem”, **indagar se teriam as mesmas reações, se o fariam mais cedo e questionar o que irá acontecer, qual será a reação do Estado Brasileiro?**
4. Por fim, projetar a última cena, levando os alunos **a refletir sobre os conflitos diários, muitas vezes motivados pelas práticas e falas de um Estado preocupado em manter o status quo**, indiferente ao sofrimento de seu povo, orientando-os para a importância da educação para o diálogo, para a argumentação e para a desconstrução de um Estado que faz sofrer, quem tanto se dedicou a melhorá-lo, destacando-se a postura de Antônio e pedindo que o identifiquem com personagens da História do Brasil.

(EF08HI14), (EF08HI19), (EF08HI20), (EF09HI03), (EF09HI04), (EF09HI08), (EF09HI26), (EF09HI33)

Sugestão 2

(EM13CH5101), (EM13CH5103), (EM13CH5401), (EM13CH5403), (EM13CH5502), (EM13CH5503), (EM13CH5601), (EM13CH5602), (EM13CH5603)

Para essa fonte deixaremos uma segunda proposta de atividade mais maleável, visto que é a mais recente das três e tem similaridade com os estilos de filmes apreciados pela geração atual de estudantes.

1. O(a) docente pode selecionar um ou mais trechos e após projetá-los, solicitar aos alunos que componham individualmente ou em grupos (de acordo com a realidade do professor) **um cartaz que se contraponha ao da campanha “Resgate-se já”**.
2. É possível que essa atividade seja adaptada para os quatro anos de ensino dos Anos Finais do Ensino Fundamental, é necessário apenas que o(a) docente considere sua realidade cotidiana com cada turma/ano de ensino.

Atenção: Caso o docente produza uma exposição com os cartazes é importante que produza um material explicativo contendo os objetivos da atividade, destacando que o cartaz “Resgate-se Já” foi produzido no contexto do filme e não reflete nenhuma MP verdadeira, tendo servido como base para uma atividade valorização da cultura afro-brasileira, com objetivo de uma educação antirracista.

Habilidades da BNCC

Sétimo Ano

(EF07HI10) – Analisar, com base em documentos históricos, diferentes interpretações sobre as dinâmicas das sociedades americanas no período colonial.

(EF07HI16) – Analisar os mecanismos e as dinâmicas de comércio de escravizados em suas diferentes fases, identificando os agentes responsáveis pelo tráfico e as regiões e zonas africanas de procedência dos escravizados.

Oitavo ano

(EF08HI06) – Aplicar os conceitos de Estado, nação, território, governo e país para o entendimento de conflitos e tensões.

(EF08HI12) – Caracterizar a organização política e social no Brasil desde a chegada da Corte portuguesa, em 1808, até 1822 e seus desdobramentos para a história política brasileira.

(EF08HI14) – Discutir a noção da tutela dos grupos indígenas e a participação dos negros na sociedade brasileira do final do período colonial, identificando permanências na forma de preconceitos, estereótipos e violências sobre as populações indígenas e negras no Brasil e nas Américas.

(EF08HI18) – Identificar as questões internas e externas sobre a atuação do Brasil na Guerra do Paraguai e discutir diferentes versões sobre o conflito.

(EF08HI19) – Formular questionamentos sobre o legado da escravidão nas Américas, com base na seleção e consulta de fontes de diferentes naturezas.

(EF08HI20) – Identificar e relacionar aspectos das estruturas sociais da atualidade com os legados da escravidão no Brasil e discutir a importância de ações afirmativas.

(EF08HI22) – Discutir o papel das culturas letradas, não letradas e das artes na produção das identidades no Brasil do século XIX.

(EF08HI27) – Identificar as tensões e os significados dos discursos civilizatórios, avaliando seus impactos negativos para os povos indígenas originários e as populações negras nas Américas.

Nono ano

(EF09HI01) – Descrever e contextualizar os principais aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos da emergência da República no Brasil.

(EF09HI03) – Identificar os mecanismos de inserção dos negros na sociedade brasileira pós-abolição e avaliar os seus resultados.

(EF09HI04) – Discutir a importância da participação da população negra na formação econômica, política e social do Brasil.

(EF09HI08) – Identificar as transformações ocorridas no debate sobre as questões da diversidade no Brasil durante o século XX e compreender o significado das mudanças de abordagem em relação ao tema.

(EF09HI09) – Relacionar as conquistas de direitos políticos, sociais e civis à atuação de movimentos sociais.



Lista de habilidades da BNCC - História Anos Finais (p.370 a 381)

Nono ano (Continuação)

(EF09HI17) – Identificar e analisar processos sociais, econômicos, culturais e políticos do Brasil a partir de 1946.

(EF09HI19) – Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos.

(EF09HI20) – Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar.

(EF09HI23) – Identificar direitos civis, políticos e sociais expressos na Constituição de 1988 e relacioná-los à noção de cidadania e ao pacto da sociedade brasileira de combate a diversas formas de preconceito, como o racismo.

(EF09HI24) – Analisar as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais de 1989 aos dias atuais, identificando questões prioritárias para a promoção da cidadania e dos valores democráticos.

(EF09HI25) – Relacionar as transformações da sociedade brasileira aos protagonismos da sociedade civil após 1989.

(EF09HI26) – Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas.

(EF09HI33) – Analisar as transformações nas relações políticas locais e globais geradas pelo desenvolvimento das tecnologias digitais de informação e comunicação.

(EF09HI36) – Identificar e discutir as diversidades identitárias e seus significados históricos no início do século XXI, combatendo qualquer forma de preconceito e violência.

Ensino Médio

(EM13CHS101) Analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão e à crítica de ideias filosóficas e processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.

(EM13CHS103) Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de natureza qualitativa e quantitativa (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos, gráficos, mapas, tabelas etc.).

(EM13CHS204) Comparar e avaliar os processos de ocupação do espaço e a formação de territórios, territorialidades e fronteiras, identificando o papel de diferentes agentes (como grupos sociais e culturais, impérios, Estados Nacionais e organismos internacionais) e considerando os conflitos populacionais (internos e externos), a diversidade étnico-cultural e as características socioeconômicas, políticas e tecnológicas.



Lista de habilidades BNCC - História Ensino Médio (p. 547 a 565)

Ensino Médio (continuação)

(EM13CHS401) Identificar e analisar as relações entre sujeitos, grupos e classes sociais diante das transformações técnicas, tecnológicas e informacionais e das novas formas de trabalho ao longo do tempo, em diferentes espaços e contextos.

(EM13CHS403) Caracterizar e analisar processos próprios da contemporaneidade, com ênfase nas transformações tecnológicas e das relações sociais e de trabalho, para propor ações que visem à superação de situações de opressão e violação dos Direitos Humanos.

(EM13CHS404) Identificar e discutir os múltiplos aspectos do trabalho em diferentes circunstâncias e contextos históricos e/ou geográficos e seus efeitos sobre as gerações, em especial, os jovens e as gerações futuras, levando em consideração, na atualidade, as transformações técnicas, tecnológicas e informacionais.

(EM13CHS501) Compreender e analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a autonomia e o poder de decisão (vontade).

(EM13CHS502) Analisar situações da vida cotidiana (estilos de vida, valores, condutas etc.), desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade e preconceito, e propor ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às escolhas individuais.

(EM13CHS503) Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas causas, significados e usos políticos, sociais e culturais, avaliando e propondo mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.

(EM13CHS601) Relacionar as demandas políticas, sociais e culturais de indígenas e afrodescendentes no Brasil contemporâneo aos processos históricos das Américas e ao contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual.

(EM13CHS602) Identificar, caracterizar e relacionar a presença do paternalismo, do autoritarismo e do populismo na política, na sociedade e nas culturas brasileira e latino-americana, em períodos ditatoriais e democráticos, com as formas de organização e de articulação das sociedades em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção da cidadania.

(EM13CHS603) Compreender e aplicar conceitos políticos básicos (Estado, poder, formas, sistemas e regimes de governo, soberania etc.) na análise da formação de diferentes países, povos e nações e de suas experiências políticas.

(EM13CHS605) Analisar os princípios da declaração dos Direitos Humanos, recorrendo às noções de justiça, igualdade e fraternidade, para fundamentar a crítica à desigualdade entre indivíduos, grupos e sociedades e propor ações concretas diante da desigualdade e das violações desses direitos em diferentes espaços de vivência dos jovens

5 ATO FINAL: CONSIDERAÇÕES

Sabe-se que a sociedade brasileira ainda tem muito a avançar para ter uma democracia racial de fato, e tem-se a convicção que o trabalho efetivo da lei federal 10.639/2003, pode colaborar com o avanço desta pauta, assim ao construir esse trabalho e por meio do produto didático obtido esperava-se contribuir para a ampliação do trabalho reflexivo em torno do Ensino de Cultura Afro-Brasileira dentro das salas de aula, bem como fora delas.

Ao longo do trabalho, durante a realização das pesquisas, a análise das leis e fontes escolhidas, ficou claro que não se deveria apenas levantar teorias entorno da existência ou não de materiais suficientes para o ensino de história e cultura afro-brasileira, pois ficou claro que ótimos pesquisadores como: Felipe, Teruya, Ralejo, Mello, Amorim e outros aqui referenciados ou não, têm se dedicado academicamente a essa discussão na intenção de efetivamente a 10.639/2003 ser atuante nas aulas de história.

Portanto, focou-se em contribuir para a efetividade da lei, para isso ao longo da produção do ato um, foi possível traçar um caminho do ensino de história no Brasil e com isso, compreender que a lenta efetivação da lei no ambiente escolar dá-se pela proposta histórica de desqualificação das figuras negras.

Para isso então se fez importante que, indo além das reflexões em torno dos recém comemorados 20 anos de promulgação da lei federal 10.639/2003, esse material contribuísse para a discussão em como as personalidades negras precisam ser incluídas nas aulas, tendo por objetivo não apenas o conhecer sobre eles(as), mas demonstrando por meio de suas lutas, como os negros tem sido desqualificados em nosso país e incentivando que nossos estudantes atinjam uma tomada de consciência das suas histórias e importância e trabalhem por um Brasil antirracista.

A fim de que os estudantes alcancem uma educação libertadora, o foco no ato dois foi de ir além dos filmes como mera ilustração, já que segundo Aguiar (2018), “Ferro (1976) definiu o cinema como um novo objeto historiográfico junto aos temas e às fontes da Nova História”, pode-se então utilizar as obras e as figuras dos diretores, destacando seus contextos de vida e sua importância na produção de obras reflexivas, essas pouco divulgadas pelo projeto desqualificador do ensino brasileiro, até 2003.

Deste modo, evidenciou-se que o trabalho com a 13.006/2014 pode contribuir para a efetividade da 10.639/2003, uma vez que abre espaço para a inclusão

de obras nacionais, em especial de diretores como aqueles aqui abordados e suas obras que uma vez usadas como fontes permitem criar formas para combater a falta de materiais para o ensino de cultura afro-brasileira.

Chegando ao clímax, pôde-se compreender que produtos como o manual aqui apresentado permitem termos condições de atender as necessidades dos/as professores/as, que em sala poderão usar o próprio cinema nacional, para incutir em seus alunos a atitude historiadora, justamente a ideia central da BNCC de história, que “não se trata de formar historiadores, mas de dotar diferente sujeitos de autonomia para a tomada da palavra e de posição em sua vida social [...]”. (RALEJO; MELLO; AMORIM, 2021, p. 15).

Tendo então considerado a história de nossa nação, os objetivos das leis federais 10.639/2003 e 13.006/2014, bem como as competências e habilidades exigidas pelo atual documento norteador no ensino no Brasil - a BNCC, foi possível produzir um manual que viesse a interligar nossos objetivos, uma vez que incentiva por meio das aulas de história que as futuras gerações de cidadãos brasileiros, **sejam autônomos e questionadores das práticas existentes, permitindo o letramento racial e o orgulho de suas origens, incentivando que a desqualificação da cultura negra seja abandonada.**

Se para Paulo Freire o foco da educação é permitir um sujeito livre e para a BNCC história é uma disciplina que deve formar críticos, pode-se assim utilizar de todo esse material: dissertação e manual, para organizar novas aulas de história, tendo como foco a “atitude historiadora”, que se utilizando dos filmes nacionais como fonte (atendendo a 13.006/2014) permitiriam não apenas aproximar-se da efetivação da lei federal 10.639/2003, mas formar cidadãos conscientes de sua história.

Esse trabalho não veio apenas atender as leis ou contribuir para suas efetivações – vai além disso, tem como objetivo permitir que docentes e estudantes possam avançar além do questionamento das condições vigentes e permitam-se defender mudanças e valorizações, como a importância do 20 de novembro, dia da **Consciência Negra**, além da valorização das personalidades negras, inclusive as contemporâneas, temos por propósito a **formação de sujeitos orgulhosos de sua real história**, que sejam transformados pelas aulas de história, pela educação em Cultura Afro-Brasileira e Africana, que defendam e lutem pelo fim da desqualificação do negro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Antônio Barros De. **O Cinema como recurso didático no ensino de história e cultura Afro-Brasileira: debates, práticas e desafios.** Revista de História Bilros, Fortaleza, v.6, n.12, p.213-236, maio/ago, 2018.

ALMEIDA, Maria de Fátima Fontoura. **Jornada Internacional de Cinema da Bahia: A história.** Trabalho de Conclusão de Curso, Salvador: UFBA, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/30199/1/TCC%20-%20Jornada.pdf>>. Acesso em: 22/05/2024.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte: Letramentos, 2018. P. 121 – 151.

ASSAD, Silvana. **Macunaíma e Retrato do Brasil: A Construção da Identidade Nacional, sob o Traço da Luxúria.** Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/2/1/macunaima-e-retrato-do-brasil-a-construcao-da-identidade-nacional-sob-o-traco-da-luxuria>>. Acesso em 06 de maio de 2023.

BENTES, Ivana. **Joaquim Pedro de Andrade: A revolução intimista.** Rio de Janeiro: 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2003b.

_____. Lei nº 13.006, de 9 de junho de 2014. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

_____, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Básica. Brasília: Imprensa Oficial, 1998.

_____. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. P. 370 - 387, P. 402, P. 547 - 565. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>> e <<https://observatoriodoensinomedio.ufpr.br/wp-content/uploads/2017/04/BNCC-Docemento-Final.pdf>>. Acesso em: 10/03/2024.

CAMINHA, Pero Vaz. **A Carta:** de Pero Vaz de Caminha. www.nead.unama.br. Belém. p.12 – Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua000283.pdf>>. Acesso em 17/01/2023

CARVALHO, N. C.; CORDEIRO, A. A. S. **Capoeira, do crime à legalização**: Uma história de resistência da cultura popular. Revista Trilhas da História. Três Lagoas, v.2, nº4 jan-jun 2013. p.68-80

CARVALHO, Noel dos Santos. **Cinema e representação racial: o cinema negro de Zózimo Bulbul**. 2006. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Acesso em: 08 maio 2023.

CARVALHO, Noel dos Santos; DOMINGUES, Petrônio. **A representação do negro em dois manifestos do cinema brasileiro**. OSF [online], Vol. 31, N. 89, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890027>>. p.378.

CONCEIÇÃO. Jefferson Queiroz. **Representação dos Negros No Cinema Nacional**. Discente História.com Cachoeira, v. 7, n. 14, p. 348, 2020. Disponível em: <<https://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/historiacom/article/view/2570/1735>>. Acesso em 02 de maio de 2023.

DAMATTA, R. “Digressão: a fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira.” In: **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Petrópolis, Vozes, 1981, p. 58-85, p.68-75.

DUTRA, GUILHERME PESSOA. **A construção do negro enquanto um não-ser na modernidade: a fábrica de sujeitos raciais e suas implicações para as engrenagens do capitalismo no ontem e no hoje**. Salvador, Germinal: marxismo e educação em debate, v.14, n.2, ago. 2022. p.107-130.

FELIPE, Delton Aparecido. TERUYA, Teresa Kasuko. **A narrativa fílmica como prática cultural em Sala de aula**. Espaço Plural, n. 32, jan-jun. 2015. p. 100 a 119.

FELIPE, D. A. (org). **Educação para as relações étnico-raciais: estratégias para o ensino de história e cultura afro-brasileira**. Maringá: Mondrian Ed, 2019.

FELIPE, D. A.; FACCHINI, A.; SOUZA, A. P. H.; THOMAZ, D.; MOREIRA, L.T.; CARVALHO, L. A.; SANTOS, L. V. S.; (org). **Estratégias para o ensino de história e cultura afro-brasileira: dúvidas**. Maringá: Diálogos Ed, 2019.

FELIPE, Delton Aparecido. TERUYA, Teresa Kasuko. **Filmes e História e Cultura Afrobrasileira e Africana em Sala de Aula: Essa Relação é possível?**. UEM, 2011.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, 42.^a edição.

GARCIA, Alê. **Medida Provisória é vislumbre do Brasil distópico que surgiria enquanto dormimos**. Omelete. 2022. Disponível em: <<https://www.omelete.com.br/filmes/criticas/medida-provisoria-e-vislumbre-de-brasil-distopico-que-surgiria-enquanto-dormimos>>. Acesso em: 08 de maio de 2023.

GOES, Washington. **Abordagem da história e cultura afro-brasileira na BNCC do ensino médio: reflexões a partir da lei nº 10.639/03**. Revista do Fim do Mundo, UNESP, Marília, n.7, P. 135-157, jan/jun. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.36311/2675-3871.2022.v3n7.p135-157>> Acesso em: 21/05/2024.

GOMES, Nilma Lino. **Cultura negra e educação**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n.23, p. 75-85. Maio/Jun/Jul/Ago, 2003.

GOODY, J. *O Roubo da História: Como os europeus se apropriaram das ideias e invenções do Oriente*, Editora Contexto, 2008. p.10.

JANCSÓ, I.; PIMENTA, J. P. **Peças de um mosaico**. In: MOTA, C. G. (Org). **Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)**. São Paulo: Senac, 2000. p.409

JUNIOR, P. S. Por 19 anos, Santos virou sinônimo de Pelé. **ESPN**, 2012. Disponível em: <http://www.espn.com.br/noticia/250781_por-19-anos-santos-virou-sinonimo-de-pele>. Acesso em: 04/01/2023.

KELLNER, D. **A cultura de mídia: estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. São Paulo: EDUSC, 2001

MELO, Thais. **O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: caminhos, cruzamentos e disputas (1900-1922)**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, v.24, n.2, p. 1-25. 2019.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. **"Sou escravo de oficiais da Marinha": a grande revolta da marujada negra por direitos no período pós-abolição (Rio de Janeiro, 1880-1910)**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 36, n.72, 151-172. 2016.

PENAFRIA, Manuela. **Análise de Filmes – conceitos e Metodologia**. Lisboa, VI Congresso SOPCOM: 2009.

PINTO, Leonor E. Souza. **O cinema brasileiro face à censura imposta pelo regime militar no Brasil – 1964/1988**. Disponível em: <<http://www.memoriacinebr.com.br/>>. Acesso em 21/05/2024.

PRUDENTE, C. Luís. **A dimensão pedagógica da alegoria carnavalesca no cinema negro enquanto arte de afirmação ontológica da africanidade: pontos para um diálogo com Merleau-Ponty**. Cuiabá: Revista Educação Pública, da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, Mato Grosso, v. 23, 2014, p. 403- 424.

RALEJO, A. S.; MELLO, R. A.; AMORIM, M. de O. **BNCC e Ensino de História: horizontes possíveis**. Educar em Revista, Curitiba, v.37, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-4060.77056>>. Acesso em 20/05/2024.

RAMOS, Luís Lázaro Sacramento. **Na minha Pele**. Rio de Janeiro: Objetiva. 2017. p. 42.

REDAÇÃO. **Longa dirigido por Lázaro Ramos repercute na crítica internacional e estreia hoje na Noruega.** Gg Globo. 2021. Disponível em: <<https://gq.globo.com/Celebridades/noticia/2021/03/longa-dirigido-por-lazaro-ramos-repercute-na-critica-internacional-e-estrela-hoje-na-noruega.html>>. Acesso em: 04 de maio de 2023.

RODRIGUES, E. **Raça e controle social no pensamento de Nina Rodrigues.** Revista Múltiplas Leituras, v.2, n.2, p. 81-107, jul. /dez. 2009. p.105

ROCHA, Glauber. **Revolução do Cinema Novo.** São Paulo: Cosac Naify, 2004.

RÜSEN, JÖRN. Aprendizado Histórico. In: Schmidt, Maria A. MARTINS, Estevão de R. **Contribuições para uma Teoria da Didática da História.** Curitiba: W. A. Editores LTDA., 2016.

SILVA, A. P. **Pelé e o complexo de “vira-latas”:** discursos sobre raça e modernidade no Brasil. 2008. Tese (Doutorado) – Programa de Pós – Graduação em Sociologia e Antropologia, Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2008.

SILVA, L. P. **Maria Felipa uma heroína baiana:** A história ilustrada da heroína da independência do Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018. P. 7 e 8.

SILVA, M. M. **Extra! Extra! Entrudo ameaça a civilidade e modernidade feirense (1900-1930).** In: Simpósio Nacional de História, a28., 2015, Florianópolis. Anais Lugares dos Historiadores: velhos e novos desafios, Florianópolis: UDESC, 2015, p. 5 e 6.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **Aprender, Ensinar e relações étnico-raciais no Brasil.** Porto Alegre, ano XXX, n3 (63), p. 492 a 500, set/dez. 2007.

SOUZA, Amália Coelho De. **Com Alma nos Olhos: Cinema Negro a partir da Alma no Olho de Zózimo Bulbul.** Dissertação (Mestrado em Comunicação – Mídias e Formatos Narrativos) – Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Cachoeira, BA. p. 14. 2020. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/disserta%C3%A7%C3%A3o_amalia.pdf>. Acesso em: 25 de abril de 2023.

SOUZA, Éder Cristiano de. **O uso do Cinema no Ensino de História:** Propostas Recorrentes, Dimensões Teóricas e Perspectivas da Educação Histórica. Escritas, v. 4, 2012.

SOUZA, Éder Cristiano de. **Cinema e educação histórica:** jovens e sua relação com a história em filmes. UFPR. Curitiba, 2014.

SOUZA, Ricardo Luiz De. **A mitologia Bandeirante:** construção e sentidos. História Social, v. 13, p. 151-171.

WASHINGTON, D. **Fence só poderia ser feito por um diretor negro, diz Denzel Washington.** [Entrevista concedida a] COLETTI, C. Observatório do Cinema, 2016.

Disponível em: <<https://observatoriodocinema.uol.com.br/filmes/2016/11/fences-so-poderia-ser-feito-por-um-diretor-negro-diz-denzel-washington>>. Acesso em: 06/01/2023.

Sem autor. **Crítica – Medida Provisória (Sem Spoiler)**. Canal Bang. 2022. Disponível em: <<https://www.canalbang.com.br/post/cr%C3%ADtica-medida-provis%C3%B3ria-sem-spoiler>>. Acesso em 08 de maio de 2023.

ANEXOS



[Acesse aqui.](#)

Ao caro leitor, acima disponibilizamos os links para acesso gratuito ao material em formato PDF, podendo ser acessado tanto pelo **link** direto ou pelo **Qr-Code**, disponível para download, mas não autorizadas modificações e/ou reproduções.